

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL

RAFAEL NEVES FONSECA

**O REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO: QUESTIONAMENTOS SOBRE  
A MATERIALIZAÇÃO DO AÇAÍ ULTRAPROCESSADO NO SÉCULO XXI**

JOÃO PESSOA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL

**O REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO: QUESTIONAMENTOS SOBRE  
A MATERIALIZAÇÃO DO AÇAÍ ULTRAPROCESSADO NO SÉCULO XXI**

Rafael Neves Fonseca

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

Área de Concentração: Cooperação Internacional  
Orientador: Prof. Thiago Lima da Silva

João Pessoa  
2020

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

F676r Fonseca, Rafael Neves.

O regime agroalimentar corporativo : questionamentos sobre a materialização do açaí ultraprocessado no século XXI / Rafael Neves Fonseca. - João Pessoa, 2020. 111 f. : il.

Orientação: Thiago Lima da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Políticas públicas - Agroindustrialização. 2. Cultivos flexíveis. 3. Alimentos ultraprocessados. 4. Açaí (Euterpe Oleracea). 5. Commodity agrícola. I. Silva, Thiago Lima da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 35:63(043)



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**RAFAEL NEVES FONSECA**

**O REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO: QUESTIONAMENTOS  
SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

**Orientador(a): Prof. Thiago Lima da Silva**

**Data de aprovação: 27 / 07 / 2020**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Thiago Lima da Silva**  
**Orientador/ Presidente da banca examinadora**

**Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite**  
**Examinador Interno**

**Profa. Dra. Andrea Santos Baca**  
**Examinador Externo**

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa foi desenvolvida durante tempos sombrios, no mundo e no Brasil. Portanto, em primeiro lugar, agradeço a todas as pessoas que lutam pela educação pública universal e gratuita. A educação transforma.

Neste sentido, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Thiago Lima, por compartilhar tantos conhecimentos e pelo grandioso trabalho desenvolvido como educador.

Agradeço, imensamente, o apoio dos meus pais e do meu irmão: sem vocês nada disso seria possível. Não apenas no plano material mas, principalmente, pelas motivações e apoio emocional.

Conheci grandes pessoas durante o mestrado em João Pessoa/PB. Os meus colegas de do mestrado fazem parte dessa aventura.

Sempre tive o total apoio da minha companheira, Julia, que diariamente mantivemos uma relação profunda mesmo à distância. Obrigado por sempre viver – e apoiar – essas aventuras.

Por fim, agradeço a Andrea Santos Baca (UFABC), Eliane Superti (UFPB) e Alexandre César Cunha Leite (UFPB) pelas grandes contribuições teóricas.

“Gente é pra brilhar  
Não pra morrer de fome”  
(Caetano Veloso)

FONSECA, Rafael Neves. 2020. O regime agroalimentar corporativo: questionamentos sobre a materialização do açaí ultraprocessado no século XXI.

## RESUMO

A partir da teoria dos regimes agroalimentares, investigamos o processo de materialização dos alimentos no atual regime agroalimentar corporativo, coordenado pelo espírito da financeirização. Para isso, na primeira parte da pesquisa, desenvolvemos uma revisão do estado da arte da literatura sobre os regimes agroalimentares, assim como destacamos, principalmente, dois fenômenos: os cultivos flexíveis e os alimentos ultraprocessados. Entendemos que por meio da articulação entre estes fenômenos torna-se possível mapear elementos estruturais do processo de materialização dos alimentos no século XXI. Na segunda etapa da pesquisa, propomos um estudo de caso sobre o Complexo Agroindustrial do Açaí (*Euterpe Oleracea* Mart.), baseado na construção metodológica do estudo de caso articulado com um constructo composto por variáveis. O constructo parte das características que um cultivo agrícola deve conter para tornar-se uma *commodity* financeirizada. Dentre as inúmeras reflexões naturais, históricas e culturais que a cultura do Açaí está imersa, destacamos uma principal contradição: por que o Açaí é consumido como um alimento minimamente processado com altos valores nutricionais na região Norte do Brasil e, em outras regiões do Brasil e do mundo, é consumido como um alimento ultraprocessado (*Mix* de Açaí)? Para justificar os elementos de uma *commodity* agrícola financeirizada, os seguintes eixos foram analisados: os complexos agroindustriais, mercado futuro, cultivos flexíveis, mercado e estrangeirização de terras, os alimentos ultraprocessados e políticas públicas. Sendo assim, apontamos que há uma relação direta entre o regime alimentar corporativo, a financeirização e flexibilização dos cultivos agrícolas, a produção de alimentos ultraprocessados e a expansão das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e que tais relações são incentivadas ou constrangidas pelas políticas públicas. Esta pesquisa está posicionada no campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

**PALAVRAS-CHAVE:** regime alimentar corporativo, cultivos flexíveis, alimentos ultraprocessados, Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

FONSECA, Rafael Neves. 2020. The corporate agri-food regime: questions about the materialization of ultra-processed açai in the 21st century.

## **ABSTRACT**

Based on the theory of agri-food regimes, we investigated the materialization process of food in the current corporate agri-food regime, coordinated by the spirit of financialization. In this sense, in the first part of the research, we developed a review of the state-of-the-art literature on agri-food regimes, as well as highlighting, mainly, two phenomena: flex crops and ultra-processed foods. We understand that through the articulation between these phenomena it becomes possible to map structural elements of the materialization process of food in the 21st century. In the second stage of the research, we propose a case study on the Agro-industrial Complex of Açai (*Euterpe Oleracea* Mart.), based on a case study method. The construct starts from the characteristics that an agricultural crop must contain in order to become a financialized commodity. Among several natural, historical and cultural elements that the culture of Açai is immersed in, we highlight a main contradiction: why Açai is consumed as a minimally processed food with high nutritional values in the Northern region of Brazil and, in other regions of Brazil and of the world, is it consumed as an ultra-processed food (Mix of Açai)? To justify the elements of a financialized agricultural commodity, the following structures were analyzed: the agro-industrial complexes, the future market, flex crops, land markets and land grabbing, ultra-processed foods, and public policies. Therefore, we point out that there is a direct interaction between the corporate agri-food regime, the financialization and flexibilization of agricultural crops, the production of ultra-processed foods and the expansion of Chronic Non-Communicable Diseases (NCDs), such relations are incentive or constrained by public policies. This research is positioned in the field of Food Sovereignty and Security.

**KEYWORDS:** corporate agri-food regime, flex crops, ultra-processed foods, non-communicable diseases (NCDs).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1.</b> NEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO, AQUISIÇÃO DE TERRAS E INVESTIMENTOS EM BIOCOMBUSTÍVEIS.....	26
<b>FIGURA 2.</b> AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS NEGOCIANTES DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS E SEUS EFEITOS EM CADEIA PARA PREÇOS DOS ALIMENTOS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES. ....	33
<b>FIGURA 3.</b> CONSTRUCTO DAS <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS FINANCEIRIZADAS NO REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO. ....	42
<b>FIGURA 4.</b> ESQUEMA DA TRAJETÓRIA E INFLUÊNCIA DAS <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS NO REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO. ....	51
<b>FIGURA 5.</b> CADEIA INDUSTRIAL DO GRUPO JULONG. ....	55
<b>FIGURA 6.</b> MAPA DO ESTADO DO PARÁ.....	59
<b>FIGURA 7.</b> DESENHO ESQUEMÁTICO DE VIAS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA PRODUTORES. DEPENDENDO DA POSSE DA TERRA E DO TRANSPORTE DISPONÍVEL, OS PRODUTORES SE ENVOLVEM EM DIFERENTES ACORDOS COM INTERMEDIÁRIOS, CORRETORES E PROCESSADORES.....	64
<b>FIGURA 8.</b> ESTRUTURA INPUT-OUTPUT DA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO AÇAÍ.....	65
<b>FIGURA 9.</b> FÁBRICAS DA EMPRESA FROOTY.....	72
<b>FIGURA 10.</b> PRODUÇÃO DE AÇAÍ EM “TERRA FIRME” COM O USO DE IRRIGAÇÃO.....	82
<b>FIGURA 11.</b> RÓTULOS - MIX DE AÇAÍ.....	87
<b>GRÁFICO 1.</b> LUCROS DA ADM, BUNGE E CARGILL (\$ MILHÕES DE DÓLARES) .	28
<b>GRÁFICO 2.</b> ÍNDICE DE PREÇO DOS ALIMENTOS – FAO. 1990-2012 (2002-04 = 100) .....	29
<b>GRÁFICO 3.</b> MUDANÇAS NOS PREÇOS DO PETRÓLEO, NA PRODUÇÃO DE ÓLEO DE XISTO DOS EUA E NA PRODUÇÃO GLOBAL DE GRANDES MATÉRIAS-PRIMAS FLEXÍVEIS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS (2000–2013). ....	34
<b>GRÁFICO 4.</b> NÚMERO DE PESSOAS SUBNUTRIDAS NO BRASIL (MILHÕES) (MÉDIA DE 3 ANOS).....	48
<b>GRÁFICO 5.</b> PREVALÊNCIA DE OBESIDADE NA POPULAÇÃO ADULTA NO BRASIL (18 ANOS OU MAIS).....	49
<b>QUADRO 1.</b> DEFINIÇÃO RESUMIDA CLASSIFICAÇÃO NOVA.....	47
<b>QUADRO 2.</b> FASES DE DESENVOLVIMENTO, SETORES DE MERCADO E PARTICIPANTES NO AÇAÍ.....	62

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – OS REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA ALIMENTAÇÃO HUMANA.....	17
1.1. Articulação Entre os Capitais Industriais e Financeiros.....	21
1.2. Os Cultivos Flexíveis.....	31
CAPÍTULO II – O QUE DEFINE UMA <i>COMMODITY</i> AGRÍCOLA FINANCEIRIZADA? .....	38
2.1. As Tipologias dos Cultivos Flexíveis: uma possível abordagem metodológica.....	39
2.2. A Materialização dos Alimentos: os Cultivos Flexíveis e os Ultraprocessados.....	46
2.3. Exemplo do Óleo de Palma (O azeite de dendê).....	53
CAPÍTULO III. ESTUDO DE CASO: O AÇAÍ ( <i>Euterpe Oleracea Mart.</i> ) NO CAMINHO PARA SER UMA <i>COMMODITY</i> AGRÍCOLA FINANCEIRIZADA? .....	57
3.1. Introdução.....	57
3.2. Contexto Histórico.....	58
3.3. O Complexo Agroindustrial do Açaí.....	63
3.4. Mercado Futuro.....	67
3.5. Cultivos Flexíveis.....	74
3.6. Mercado e Estrangeirização de Terras.....	80
3.7. Alimentos Ultraprocessados.....	85
3.8. Políticas Públicas.....	89
3.9. Conclusão.....	93
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
GLOSSÁRIO.....	106
ANEXO A – Decreto nº 1.522 /2016 - Política Industrial do Açaí.....	107
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	109
APÊNDICE B – Atores entrevistados.....	111

## INTRODUÇÃO

O “pão-nosso-de-cada-dia” tem sido desde o início da humanidade motivo de grandes transformações sociais e de lutas do ser humano (CASTRO, 1957). A alimentação representa mais do que a busca por suprir necessidades nutricionais, físicas ou biológicas. O ato de se alimentar carrega consigo uma diversidade de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Através da comida é possível compreender melhor como as sociedades se organizam do ponto de vista material e imaterial e também captar uma série de evidências para entender a forma na qual os recursos são alocados na economia política, bem como os princípios éticos e morais que intermediam as relações humanas (CASTRO, 1946).

Tendo esta reflexão como ponto de partida, a presente pesquisa busca responder às seguintes perguntas: o que é uma *commodity* agrícola financeirizada? Seria o Açaí uma expressão empírica da expansão do processo de financeirização das *commodities* agrícolas na contemporaneidade? Partindo da hipótese de que sim, ou seja, o Açaí entrou em uma lógica de financeirização, perguntamos: como isso afeta padrões alimentares dentro da distinção entre ‘comida de verdade’ e ‘ultraprocessados’? Qual o papel do Estado, por meio de políticas públicas, neste processo? A globalização afeta de alguma maneira essa dinâmica?

Esta pesquisa encontra justificativas acadêmica e de política pública. Com relação à primeira, investigamos e pretendemos contribuir com os estudos teóricos sobre os regimes agroalimentares, os Cultivos Flexíveis e a mudança das práticas alimentares, tendo como eixo a financeirização das relações agroalimentares. Já do ponto de vista da segunda, acreditamos que as informações e materiais expostos no estudo podem servir como recursos para a elaboração de políticas públicas. Atualmente, existem programas e políticas públicas que incentivam a agroindustrialização do Açaí e de outros cultivos. Entretanto, o processo de industrialização da agricultura promovido pelo Estado brasileiro resultou, na maioria dos casos, na expansão de monoculturas, mal-uso do solo, impactos socioambientais, entre outros danos. A comparação internacional também mostra a importância deste estudo. Em casos como o da Malásia, o fomento estatal para a produção em larga escala de óleo de palma (uma espécie de palmeira assim como o Açaí), resultou em diversos desastres socioambientais, além de intensificar a dependência econômica do país no sistema-mundo (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016).

Sendo assim, esta pesquisa possui dois objetivos gerais:

- 1) Contribuir com o debate teórico sobre a financeirização dos regimes agroalimentares;
- 2) Compreender como estes processos se efetivam em alimentos que são culturas de Exportação Agrícola Não Tradicionais (EANTs) ou comida de verdade.

Para atingir os objetivos gerais, os seguintes objetivos específicos foram perseguidos:

- 1) Conhecer o estado da arte da ‘teoria dos regimes agroalimentares’.
- 2) Compreender a dinâmica da financeirização das culturas e *commodities* agrícolas.
- 3) Compreender a financeirização a partir de um estudo de caso concreto, no Brasil.

O Estudo de Caso sobre o Açaí foi escolhido por alguns motivos:

- 1) Desde meados de 1990 são desenvolvidos estudos que apresentam evidências da inserção do fruto no regime agroalimentar industrial (BRONDÍZIO, 2008).
- 2) Existem evidências de Fusões & Aquisições (F&A) de indústrias processadoras de Açaí, guiadas por atores financeiros e empresas de *Private Equity* (PE), mapeadas nesta pesquisa.
- 3) Atualmente, o Açaí serve de insumo para, pelo menos, duas indústrias: alimentar e cosméticos.
- 4) Existe uma expansão do cultivo de Açaí em larga escala (em “terra firme”) com uso de irrigação. Naturalmente, o fruto é cultivado nas regiões de igarapés na margem dos rios.
- 5) De modo geral, existem dois tipos de consumo. O consumo local/regional do alimento é feito *in natura* ou minimamente processado. Por outro lado, o consumo em outras regiões do Brasil e do mundo é de um alimento ultraprocessado, uma espécie de sorvete ou creme.
- 6) Por fim, existe um esforço do governo Estadual do Pará em desenvolver políticas públicas para fomentar a industrialização e verticalização do Complexo Agroindustrial do Açaí e de outras culturas da floresta tropical amazônica. Ademais, também existem agências de cooperação internacional de outros países e empresas certificadoras interessadas em desenvolver o comércio internacional do Açaí.

Para a elaboração do estudo de caso, são utilizados documentos com dados secundários, como por exemplo pesquisas, relatórios de organizações internacionais, documentos setoriais, artigos jornalísticos e outros. Ademais, foi desenvolvido um instrumento com o objetivo de coletar informações primárias, por meio de um questionário semiestruturado, de atores industriais, extrativistas, financeiros, governamentais e outros, que possuem conexões com o

Complexo Agroindustrial do Açaí. Houve um recorte nos atores industriais e financeiros, que são os responsáveis pela financeirização e flexibilização da economia política. O questionário foi aplicado virtualmente, mas também em pesquisa de campo na cidade de Belém/PA, entre 12 e 23 de novembro de 2019. Cabe destacar que também foram utilizados materiais e entrevistas coletados após relacionamentos construídos para o trabalho de conclusão de curso na área de Relações Internacionais, que também contou com pesquisa de campo complementar, realizada em janeiro de 2018 (COELHO *et al.*, 2017). Portanto, a dissertação é continuidade de estudos iniciados na graduação.

A escolha de um estudo de caso sobre o Açaí é resultado de uma iniciante trajetória acadêmica que foi consolidando-se ao longo do curto tempo de graduação e mestrado. Investigar a economia política – e ecológica – do Açaí pode levar vidas. A pergunta inicial foi resultado do trabalho de conclusão da graduação, o qual buscou mapear a Cadeia Global de Valor do Açaí sob um ponto de vista mercadológico. Ao conhecer mais de perto os atores envolvidos nesta economia política, surgiu o questionamento de investigar mais profundamente as relações complexas que se constituem a partir dessa matéria-prima. Uma provocação central guiou o projeto de pesquisa: por que atores financeiros vinculados a fundos internacionais exercem Fusões e Aquisições (F&A) de indústrias de processamento de Açaí? Essa pergunta geral nos levou à descoberta de diversos campos das Ciências Sociais. Ademais, outra questão mais específica surgiu: o que define uma *commodity* agrícola como financeirizada?

Antes de apresentar as discussões propostas em cada capítulo do estudo, o(a) leitor(a) precisar ter em mente duas reflexões: 1) De modo geral, propomos uma investigação sobre o processo de materialização dos alimentos, não uma análise dos hábitos de consumo. Para isso, mostra-se necessário evidenciar quatro processos: a mercantilização dos alimentos; a industrialização da produção; a especulação e subordinação dos alimentos às estruturas econômicas; e suas funcionalidades para a acumulação do capital. 2) No final da investigação argumentamos a relação entre quatro grandes fenômenos: a financeirização dos regimes agroalimentares; os Cultivos Flexíveis; a produção de alimentos ultraprocessados; e a proliferação de epidemias vinculadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

No primeiro capítulo, desenvolvemos uma introdução geral ao tema da pesquisa. Para isso, apresentamos os elementos gerais da teoria dos regimes agroalimentares e trazemos alguns exemplos sobre como o regime agroalimentar corporativo (1980-) efetiva-se na economia política do óleo de palma, com foco no leste asiático. Damos ênfase ao processo de financeirização da economia política internacional. O fenômeno da financeirização representa o presente período de acumulação-regulação do capitalismo, no qual o valor das mercadorias é determinado pelos

atores e instrumentos financeiros (EPSTEIN, 2005; DOWBOR, 2017; CHESNAIS, 2016). Existem inúmeras pesquisas sobre a financeirização dos diversos setores da economia (mercado imobiliário, educação, infraestrutura, entre outros). O objetivo é mostrar como o alimento também é considerado um ativo financeiro. A formação de preços, integrações de regiões ao comércio internacional e sistemas de produção estão intrinsecamente vinculados com as especulações e interesses das elites financeiras (CLAPP, 2016; BURCH; LAWRENCE, 2009; BORRAS JR *et al.*, 2016). A agricultura possui uma relação com o setor financeiro desde, pelo menos, o século XIX. Entretanto, tal articulação assumiu uma nova forma nos últimos tempos.

Na etapa final deste capítulo, refletimos sobre como a atual economia capitalista carrega consigo múltiplas crises – de fome, energética e climática – que causam diversas mudanças no sistema internacional. Neste momento, não descartando a variedade de fenômenos que constituem as causas e efeitos das crises, devido a questões metodológicas, delimitamos dois fenômenos que serão estudados com maior profundidade: as culturas e *commodities* flexíveis (BORRAS JR *et al.*, 2016) e os alimentos ultraprocessados (MONTEIRO *et al.*, 2016). Optamos pelo estudo destes fenômenos porque eles oferecem uma compreensão tanto em nível estrutural, como também no nível microestrutural. Estudar a economia política das culturas e *commodities* flexíveis permite analisar como a agricultura é feita atualmente. E, ao pesquisar os ultraprocessados, é possível investigar como tais processos resultam em mudanças nas práticas alimentares de grande parcela dos cidadãos em diferentes cantos do mundo, com implicações relevantes.

No segundo capítulo, discorreremos conceitual e metodologicamente sobre as estruturas de análise dos cultivos e *commodities* flexíveis e dos alimentos ultraprocessados. Existem diferentes tipologias de cultivos e *commodities* flexíveis. Estes representam umas das principais formas de se fazer agricultura na contemporaneidade. De modo geral, os Cultivos Flexíveis, ou *FlexCrops*, são culturas ou *commodities* que servem como matéria-prima para diferentes setores da economia, desde o processamento de alimentos até a produção de combustíveis (BORRAS JR *et al.*, 2016).

Já os alimentos ultraprocessados são influenciados pelos estudos epidemiológicos no campo da Saúde Pública. Atualmente, tendo em vista os diferentes tipos de alimentos, os pesquisadores Monteiro *et al.* (2016) desenvolveram classificações para enquadrar os tipos de alimentos existentes. Os ultraprocessados entram como uma dessas categorias de análise, mas na contramão dos alimentos minimamente processados ou *in natura*. Portanto, no segundo capítulo,

buscamos evidenciar as relações entre as culturas e *commodities* flexíveis com os alimentos ultraprocessados. No seio desta reflexão está presente o conceito da fome oculta<sup>1</sup>. Ou seja, atualmente existe uma parcela da população que se alimenta de produtos ultraprocessados porque são baratos e produzidos em larga escala. No entanto, tais “alimentos” carecem de micronutrientes importantes para a reprodução da vida e resultam em uma série de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como por exemplo a obesidade. O importante é deixar claro que a atual economia política dos regimes agroalimentares está diretamente articulada às Sindemias Globais (SWINBURN *et al.*, 2019). Além disso, o principal objetivo do capítulo é mostrar o processo de materialização dos alimentos.

Normalmente, as pesquisas realizadas sobre a comoditização, financeirização ou expansão dos cultivos e *commodities* flexíveis estão concentradas em estudos de caso sobre os principais Cultivos Flexíveis: soja, milho, palma e cana-de-açúcar (McMICHAEL, 2016; CLAPP, 2016). Entretanto, conforme apontam as pesquisas científicas, estão surgindo outros Cultivos Flexíveis que sofrem cada vez mais alterações e impactos, como é o caso da mandioca, coco, beterraba açucareira, canola e girassol (BORRAS JR *et al.*, 2016). Sendo assim, perguntamos: todos os Cultivos Flexíveis em ascensão se enquadram como *commodities* agrícolas financeirizadas? Consideramos essa pergunta importante porque o preço desses cultivos não está diretamente vinculado ao dólar ou às bolsas de valores internacionais. O nosso interesse é observar como ocorre este processo de expansão da financeirização nos cultivos que não estão no mesmo estágio (financeirizado) em comparação à soja, milho, cana-de-açúcar e palma.

Neste sentido, no terceiro capítulo é desenvolvido um estudo de caso sobre o Açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*), uma cultura presente predominantemente na região amazônica e que, atualmente, passa por diversas transformações que merecem ser estudadas à luz dos estudos críticos. O estudo de caso, como método científico das Ciências Sociais, contribui para a construção e evolução da teoria, como também na produção de dados empíricos. É considerado um método que parte do estudo de um fenômeno ou acontecimento histórico (VENNESSON, 2008). No formato interpretativo, o estudo de caso parte de um eixo teórico para compreender casos específicos. Então partimos da teoria dos regimes agroalimentares para compreender o Complexo Agroindustrial do Açaí. Foi desenvolvido um constructo composto por variáveis (Figura. 3) para auxiliar a organização do pensamento e, assim, criar eixos que permitem analisar

---

<sup>1</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a fome oculta pode ser entendida como uma deficiência de micronutrientes (vitaminas e minerais). Isto é, um tipo de desequilíbrio na alimentação pelo consumo insuficiente dos alimentos que são fontes de micronutrientes essenciais (frutas, legumes e verduras, peixes e óleos vegetais, leite etc.).

o estágio de financeirização de determinada *commodity* agrícola. Existem evidências sobre como o capital industrial, articulado com atores financeiros, demonstram interesse no Complexo Agroindustrial do Açaí, como também é notável que uma parte significativa da produção de Açaí é comercializada como alimento “natural”. Contudo, há uma série de características que enquadram o Açaí na categoria de ultraprocessado para fins de exportação<sup>2</sup>. O nosso foco são as práticas alimentares de consumo das regiões importadoras onde as populações o consomem como ‘creme’ ou ‘sorvete’.

Como dito anteriormente, para desenvolver o estudo de caso, elaboramos um constructo com eixos – teóricos e empíricos – capazes de dimensionar o estágio de financeirização e flexibilização da cultura do Açaí. Em outros termos, o estudo de caso analisa seis eixos resultantes da revisão da literatura, sendo eles: o Complexo Agroindustrial do Açaí; mercado futuro; Cultivos Flexíveis; mercado e estrangeirização de terras; alimentos ultraprocessados; e políticas públicas. Ao analisar a expressão destes fenômenos em determinada cultura, é possível compreender o grau de exploração em que está inserida. Ademais, utilizamos as tipologias proposta por Borrás Jr. *et al.* (2016), o qual aponta para três graus de exploração: Real, Antecipada e Imaginada. Sendo assim, articulamos o conjunto de variáveis definidas com a proposta metodológica dos tipos de flexibilização. Durante a pesquisa buscamos justificar as relações entre o processo de financeirização e flexibilização dos cultivos agrícolas. Entendemos que a cultura do Açaí se encontra no estágio antecipado. Argumentamos que existem evidências lógicas e materiais da expansão do processo de financeirização e flexibilização do Complexo Agroindustrial do Açaí. Acontecimentos que devem despertar os movimentos sociais, formuladores de políticas públicas e ação pública em geral.

Compreendemos que a pesquisa se enquadra no campo científico interdisciplinar, da economia política, que envolve o campo da ecologia, sociologia, antropologia econômica, ciência política, relações internacionais, geografia e das Ciências Sociais de forma ampla. Talvez com uma influência do substantivismo polanyiano, por meio da crença que a economia (mercado) não possui uma vida própria ou caráter autorregulável, e que para explicar as transformações, fenômenos econômicos e sistemas de trocas é fundamental acessar outros campos da ciência.

Por fim, nas considerações finais, apontamos para as limitações. Por outro lado, justificamos como o estudo contribui para as discussões sobre o estado de bem-estar social, por meio da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), como também a necessidade de

---

<sup>2</sup> No consumo regional, no norte do Brasil, o Açaí é consumido como um alimento *in natura* ou minimamente processado. Já a polpa do Açaí exportado serve para a fabricação de alimentos ultraprocessados.

pensarmos um modelo de desenvolvimento alternativo pautado nos sistemas agroflorestais, na comida de verdade e nas questões distributivas.

## CAPÍTULO I – OS REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA ALIMENTAÇÃO HUMANA

O processo de financeirização da economia política não é restrito às investigações sobre agricultura e alimentação humana. O fenômeno compõe uma ampla agenda de pesquisa no campo das Ciências Sociais, desde investigações sobre o processo de urbanização até os instrumentos financeiros utilizados na agricultura industrial. Sob um ponto de vista macroestrutural, ao compreender a dinâmica da expansão do capitalismo em diversas regiões do mundo, torna-se possível investigar de que forma o capitalismo em seu formato financeiro expande-se em diferentes populações. Em outras palavras, os instrumentos desenvolvidos no capitalismo financeiro podem ser encontrados tanto no complexo agroindustrial da soja – *commodity* altamente explorada – como também na produção de Açaí, alimento básico de populações da Amazônia.

Neste contexto, a teoria dos regimes agroalimentares (MCMICHAEL, 2016) guia o eixo teórico desta pesquisa. Tendo em vista a natureza aplicada do estudo, não faremos um aprofundamento da discussão teórica sobre os regimes agroalimentares. Apresentamos aqui, brevemente, as principais influências e objetivos da teoria. Consolidada no final dos anos de 1980, na expansão do neoliberalismo, Philip McMichael e Harriet Friedmann desenvolveram uma perspectiva teórica capaz de elucidar as transformações da circulação dos alimentos à nível global quando existem mudanças nas ordens mundiais<sup>3</sup>. De modo geral, o principal objetivo da teoria é mapear como ocorre a produção, distribuição e consumo dos alimentos em determinado período histórico (MCMICHAEL, 2016).

As grandes teorias que guiaram o desenvolvimento científico desta perspectiva foram a teoria do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) e da escola francesa da regulação (AGLIETTA, 1979). As contribuições de cada teoria merecem um estudo à parte, mas a questão central é dimensionar as transformações dos regimes agroalimentares entre o centro, semiperiferia e periferia do sistema mundo, assim como entender que a economia política é composta por períodos, e cada um deles possui um ‘regime de acumulação’ e ‘modo de regulação’, que influenciam a forma na qual os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos em diferentes partes do mundo. Do ponto de vista analítico, a teoria justifica a

---

<sup>3</sup> A teoria de regimes agroalimentares ganhou força na comunidade científica com a publicação de McMichael e Harriet Friedmann (1989), “*Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present*”.

existência de três regimes agroalimentares: o primeiro é centrado no projeto britânico (1870-1930); o segundo é coordenado pelo modelo agroindustrial intensivo norte-americano (1950-1970); e o terceiro, considerado o regime corporativo, é definido pela hegemonia de mercado fundamentado nas políticas neoliberais (1980-) (MCMICHAEL, 2016).

Existem diversos questionamentos sobre a periodização dos regimes agroalimentares, discussão que não cabe nos limites deste trabalho. A presente passagem sobre a teoria dos regimes serve para contextualizar o fundamento teórico da investigação e, principalmente, apontar que procuramos desenvolver uma análise a partir do regime agroalimentar corporativo (1980-). O pano de fundo está ligado à difusão de uma série de princípios neoliberais nos diferentes âmbitos da vida social, como por exemplo, as reformas estruturais – ou gerenciais – as quais tem como principal objeto transferir poder do Estado aos atores privados. Além disso, é uma perspectiva que compreende o papel central do Estado, isto é, Estado e mercado não são opostos. O primeiro cumpre um papel central na garantia da circulação das *commodities* e, de um forma geral, da propriedade privada. Conforme mudam os regimes de acumulação, o Estado assume novas formas (ibidem).

O regime agroalimentar corporativo é composto por uma diversidade de atores corporativos privados (agentes financeiros, empresas transnacionais, consultorias e supermercados), que influenciam diretamente a forma de produção, distribuição e consumo dos alimentos (BURCH; LAWRENCE, 2009; MCMICHAEL, 2016; CLAPP, 2016). Neste contexto, segundo Friedman (2005), as corporações transnacionais organizaram-se por meio de cadeias de suprimentos e se apropriaram do meio ambiente e do consumo (*marketing*). Houve uma definição linear das safras com as mutações químicas das sementes e a introdução de uma lógica produtivista insumo-produção. Para isso, as corporações utilizaram estratégias de regulação privada, traduzidas pela coordenação de cadeias globais de valor por meio de técnicas do agronegócio<sup>4</sup>. Assim, produtores de países periféricos enfrentam dificuldades em competir no mercado com aqueles produtores subsidiados ou monopolizados dos países centrais.

Uma das dinâmicas mais significativas na virada do século XX para o XXI é a ascensão de estratégias financeiras e opções gerenciais das corporações do setor agroalimentar. Burch e Lawrence (2009), por exemplo, expõem os produtos financeiros ofertados pelos supermercados em parceria com os bancos e empresas de *Private Equity*. Ou

---

<sup>4</sup> Ya e Yeros (2019) desenvolvem uma reflexão, teórica e conceitual, sobre o uso do termo ‘cadeias globais de valor’. Os autores apontam para a noção de *Global Agricultural Value Systems (GAVSs)* ou Sistemas Globais de Valor Agrícola (tradução nossa), uma noção capaz de delimitar o avanço da agricultura industrial no sul global.

seja, os supermercados passam a extrair sua lucratividade não apenas de operações comerciais, mas também de operações eminentemente financeiras, que o ganho não é derivado das características dos produtos, mas dos instrumentos financeiros. Atualmente, o processo de financeirização tem uma grande influência na economia política mundial. Diversos setores da economia passam por ele, sendo que os alimentos não são uma exceção.

Isso quer dizer que cada vez mais a configuração dos diversos sistemas econômicos atende primordialmente aos interesses financeiros, subordinando outros, como por exemplo os de Saúde Pública ou de Segurança Alimentar (DOWBOR, 2017). No caso dos regimes agroalimentares, as evidências mostram que, dos anos 1990 em diante, as instituições e instrumentos financeiros coordenaram diversos estágios da cadeia de suprimentos mundo afora. Tal modificação ocorreu no bojo do crescimento de atores e instrumentos financeiros, resultando na financeirização do alimento. Assim, o regime agroalimentar corporativo aponta que houve uma intensificação do processo de comoditização em circuitos internacionais. Isso foi fundamental para estruturar a financeirização devido à maior previsibilidade mercadológica das *commodities* que se tornam, por exemplo, ativos negociáveis nas bolsas de valores (BURCH; LAWRENCE, 2009; MCMICHAEL, 2016; CLAPP, 2016).

Como dito anteriormente, existem questionamentos sobre a periodização dos regimes agroalimentares. A discussão sobre a consolidação, ou não, do regime agroalimentar corporativo compõe agendas de pesquisa. Por um lado, Friedmann (2005) questiona a consolidação do terceiro regime pelo fato de não existirem evidências concretas sobre a totalidade da financeirização dos regimes agroalimentares. Com isso, o terceiro regime encontra-se em um estágio de construção. Em outros termos, a coordenação do regime ainda é realizada pelos atores industriais, cuja resiliência e capacidade de adaptação às crises faz com que haja uma renovação dos processos industriais. Por outro lado, McMichael (2005) aponta que já ocorreu a mudança de regime, que pode ser interpretada por um ‘novo’ espírito e ética capitalista, baseados em valores corporativos e neoliberais, resultando uma espécie de regime agroalimentar multipolar pautado nos alimentos e agrocombustíveis (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). Ao longo da pesquisa, delimitamos algumas articulações entre os capitais industriais e financeiros no setor agroalimentar. Temos como objeto de análise a trajetória das *commodities* agrícolas.

Sendo assim, na literatura dos regimes agroalimentares, agricultura e desenvolvimento, encontramos uma definição geral, a qual aponta que um cultivo ou *commodity* agrícola é considerado um ativo financeiro quando o seu preço é atrelado às bolsas de valores internacionais. Contudo, uma *commodity* sofre transformações de acordo com a

história, evoluções materiais e tecnológicas (FRIEDMANN, 1992). Portanto, o estudo de caso sobre o Açaí permite chegar a determinadas reflexões que também se encaixam na trajetória de outras culturas. Para fins comparativos e metodológicos, contrapomos dois grupos de cultivos: tradicionais e não tradicionais. Isto é, existem culturas, como por exemplo a da soja, do milho, da cana-de-açúcar e do óleo de palma (dendê), que já apresentam um estágio avançado de apropriação por atores e práticas financeiras. Por outro lado, a literatura aponta que existem outros cultivos que também sofrem transformações intensas no contexto do regime agroalimentar corporativo, como é o caso da mandioca, do coco, da beterraba açucareira, da canola e do girassol (BORRAS JR *et al.*, 2016).

Apresentamos evidências empíricas e teóricas para posicionar o Açaí neste grupo de cultivos. Uma *commodity* é considerada financeira apenas quando está atrelada à bolsa de valores? Ou podemos considerar um cultivo financeirizado quando atores financeiros são responsáveis pelas integrações produtivas à nível nacional e internacional?

Isto posto, o estudo está fundamentado na ideia dos ‘Cultivos Flexíveis’, quando uma matéria-prima da natureza serve como insumo para diferentes indústrias. Entendemos que a intensificação da flexibilização agrícola marca o modo de se fazer agricultura industrial na contemporaneidade (REYES; SANDWELL, 2018). Do ponto de vista metodológico, desenvolvemos um estudo de caso articulado com o constructo composto por variáveis. Uma vez escolhido o objetivo de pesquisa – a financeirização do Complexo Agroindustrial do Açaí –, definimos categorias para balizar o objeto com os elementos que compõe os cultivos no regime agroalimentar corporativo. São eles: os complexos agroindustriais, o mercado futuro, os Cultivos Flexíveis, a estrangeirização e mercado de terras, os alimentos ultraprocessados e as políticas públicas. Sendo assim, se determinado cultivo apresentar tais elementos, pode ser analisado pela teoria dos regimes agroalimentares, assim como compor um projeto de agricultura global.

Existem esforços na comunidade dos estudos críticos agrários com o objetivo de propor um escopo metodológico, baseado em evidências empíricas, que auxiliam na construção de análises sobre tais cultivos.

Nosso foco é compreender como o modo de produção em larga escala baseado no uso intensivo de práticas e instrumentos indústrias-financeiros afeta a produção e o consumo de alimentos. Sendo assim, no centro de uma alimentação industrial estão presentes os ultraprocessados (MONTEIRO *et al.*, 2016). Este tipo de produto é resultado de duas variáveis de extrema importância: o aumento de grãos e matérias-primas produzidas em larga escala e a oferta de alimentos baratos com alto valor energético. As práticas alimentares de

um regime agroalimentar corporativo são identificadas concretamente no cotidiano, por meio da alimentação da população, como por exemplo no consumo de refrigerantes, de biscoitos recheados, do famoso “PF” (preço fixo), na regularidade de refeições em restaurantes a quilo, entre outras. Esse tipo de dieta carrega consigo uma série de consequências nocivas à saúde. Além disso, estes produtos não oferecem micronutrientes, o que resulta na fome oculta e sensação de “barriga cheia” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Nota-se que uma expressão física deste processo são algumas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), com destaque à obesidade. Atualmente, os sistemas de saúde no mundo gastam o equivalente a 2,8% do PIB mundial no combate, prevenção ou tratamento da obesidade ano (SWINBURN *et al.*, 2019). Valor semelhante comparado aos gastos com o combate ao tabagismo ou mesmo das guerras. Ademais, o Banco Mundial estima que um investimento de 70 bilhões de dólares durante dez anos é o suficiente para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sobre desnutrição das Nações Unidas (Ibidem). O retorno econômico estimado é de 850 bilhões de dólares. Por outro lado, a indústria de combustíveis fósseis e de alimentos recebem mais de 5 trilhões de dólares por meio de subsídios governamentais ao ano (Ibidem). Conforme explicitado no início da pesquisa, a discussão dos recursos vinculados aos regimes agroalimentares deve tomar como ponto de partida as mudanças das formas de produção e de ações distributivas. Neste sentido, tendo em vista as questões financeiras presentes na discussão, torna-se necessário aprofundar uma análise sobre o processo de financeirização dos regimes agroalimentares, o qual contribui para a degradação do meio ambiente, desarticula uma série de comunidades rurais e intensifica uma dieta nociva à saúde (CLAPP, 2016; BURCH; LAWRENCE, 2009; CHESNAIS, 2016).

### **1.1. Articulação Entre os Capitais Industriais e Financeiros**

Segundo Delgado (2012), a agricultura e alimentação humana apresentam uma forte articulação entre os capitais industriais e financeiros. Na primeira metade do século XX, houve uma transição importante no sistema financeiro de um modelo bancário para um moderno sistema de crédito. Dentro dessa dinâmica, existia uma tendência de subordinação da produção na economia capitalista aos bancos. Ao mesmo tempo, ocorreu a emergência das sociedades por ações. Sendo assim, a partir desse momento, há uma lógica de concentração e centralização exercida pelas sociedades por ações. Consequentemente, a concentração de capital e criação de conglomerados empresariais se sobrepõe à lógica de produção e

concorrência. Esse tipo de organização é privilegiado ao acessar tecnologias e economias de grande escala em diversas regiões do mundo. Além disso, também constituem uma relação privilegiada com os bancos no acesso ao crédito (COUTINHO, 2013).

Neste sentido, uma série de mudanças são constituídas com o avanço da industrialização, articulado com a criação de conglomerados internacionais e instituições financeiras internacionais. A literatura aponta alguns processos e conceitos que são considerados importantes para delimitar, conceitualmente, o avanço da lógica industrial na produção agrícola e de alimentos (McMICHAEL, 2016). São eles: o apropriação e substitucionismo; os contratos dos complexos agroindustriais (*contract farming*); as inovações tecnológicas e produtivas; a expansão da fronteira agrícola; Fusões e Aquisições (F&A) de empresas agroindustriais; os ultraprocessados.

A transformação primária das safras explica os fundamentos da tentativa de consolidar uma agricultura industrial. Há um processo de apropriação da produção rural por parte do capital industrial, o qual procura ter o máximo de controle do tempo da natureza. O principal objetivo de atores industriais ao transformar as safras concerne em padronizar as matérias-primas para facilitar e escalar o processo industrial. Para isso, os chamados capitais apropriação (apropriação) cumprem uma função elementar ao controlar o uso da terra, alterar o processo natural de produção, controlar o trabalho rural e mecanizar as colheitas. Neste sentido, a estratégia de setorização da produção rural tem como base o controle do tempo da natureza. Associado aos capitais apropriação, convivem os capitais substitucionistas (substitucionismo), os quais assumem os processos industriais posteriores às transformações primárias. Estes vinculam-se à fabricação e processamento de alimentos. Os capitais substitucionistas, de certa forma, competem com os capitais apropriação, tendo em vista que há um esforço de substituir a produção rural para não depender do tempo da natureza. Sendo assim, através de combinações químicas, genéticas e biotecnológicas, procuram alterar as matérias-primas e, conseqüentemente, a essência do alimento (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990). A indústria de perfumes e sabores para alimentos serve como um exemplo representativo sobre a substituição da produção rural e da essência natural dos alimentos por outros sintéticos.

A complexidade do modo de produção industrial exige uma coordenação, normalmente, exercida por uma parcela restrita de atores econômicos. Também é possível compreender essas relações a partir do conceito de governança, “uma série de arranjos institucionais e regulatórios com o objetivo de intensificar a mobilidade e acumulação do capital” (OVERBEEK, 2010, p. 699, tradução nossa). Sendo assim, o conceito de complexos

agroindustriais busca interpretar tais interações: “um conjunto de atividades econômicas – agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam elevado grau de integração entre si” (BRUM, 1988, p. 104). Existem inúmeras maneiras de pesquisar as relações de poder nos Complexos Agroindustriais (CAI), e a análise dos contratos é uma delas. De modo geral, a literatura aponta, principalmente, dois formatos de contrato: os sem intermediações e os sistemas de integração. O primeiro é quando as relações são informais e não há um grau avançado de dependência, principalmente por parte dos atores de menor porte, como por exemplo os camponeses. O segundo representa uma relação formal por meio de contratos e dependência de maquinários, crédito, sementes, outros para a produção rural. Em suma, é possível até quantificar o grau de dependência dentro de um CAI<sup>5</sup>. Na arquitetura deste complexo arranjo industrial-financeiro “moderno”, as organizações e os conglomerados transnacionais possuem uma série de estratégias, instrumentos e práticas para manter um grau de articulação, visto que há uma desterritorialização dos capitais. Esse tipo de relação pode ser estruturado, por exemplo, por meio de *contract farming* (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Importante para analisar a coordenação em complexos agroindustriais são as sociedades por ações, pois elas permitiram a presença de capitais internacionais na coordenação dos complexos agroindustriais em diferentes regiões do mundo. Na era do neoliberalismo, um conjunto de instrumentos financeiros foram desenvolvidos para possibilitar a intensificação da mobilidade do capital. Dentre a diversidade de operações e instrumentos financeiros, destacamos dois: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e as Fusões e Aquisições de Empresas (F&A) (SCHMIDT, 2016).

Existem empresas do setor financeiro responsáveis por intermediar esses tipos de operações. Normalmente, quando se trata de um IDE, os conglomerados empresariais possuem um departamento responsável por esse tipo de transação, mas também existem empresas especializadas nesse tipo de investimentos. Por outro lado, no caso das F&A, as dinâmicas são complexas e, todavia, precisam ser estudadas com maior profundidade. As fusões representam uma operação mercadológica quando empresas se integram para somar forças no mercado. Já as aquisições retratam um processo de aquisição (mudança de propriedade) entre empresas. Importante ressaltar que existem inúmeras motivações que levam a compra de uma empresa, desde o combate à concorrência até a expansão produtiva. No cenário brasileiro, temos

---

<sup>5</sup> Uma forma de mensurar este processo é por meio dos conceitos de Consumo Intermediário (CI) e Valor Bruto da Produção (VBP). O CI é referente a todos os insumos que entram no processo de produção (insumos, máquinas, fertilizantes, crédito etc.) menos a força de trabalho. Portanto, quanto maior a proporção do CI sobre o VPB, consequentemente, maior é o grau de dependência (NIEDERLE, 2007).

exemplos concretos, como os casos da *holding* J&F investimentos, 3G Capital, BR Foods, Grupo Pão de Açúcar, entre outros.

Além das estratégias empresariais, decisões políticas favoreceram a mobilidade de capitais financeiros. O Plano Real, implementado na década de 1990, é um marco temporal. Além da concepção de estabilização monetária, o plano alterou a dinâmica patrimonial das empresas e propôs uma maior flexibilidade para circulação de capitais financeiros (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). De fato, reconfigurou as estruturas econômicas e sociais do país.

As grandes transformações com o desenvolvimento do capital financeiro na dinâmica entre Economia, Sociedade e Estado ao longo do século XX exige um entendimento do processo de financeirização dos regimes agroalimentares. Atualmente, já existe um volume considerável de estudos internacionais sobre a expansão do capital financeiro e da financeirização na agricultura. A articulação entre o sistema financeiro em relação a produção agrícola existe há séculos. Entretanto, a crise financeira de 2007-2008, despertou o interesse de pesquisadores(as) para analisar as profundas e complexas relações entre o sistema financeiro e agricultura na contemporaneidade (CLAPP, 2016). A partir dos anos de 1990, ocorreu uma ascensão de atores financeiros, os quais começaram a comercializar produtos financeiros e/ou derivativos vinculados às *commodities* agrícolas na economia internacional (BURCH; LAWRENCE, 2009).

Para compreender o processo de financeirização das *commodities* agrícolas, há a necessidade de clarear as dinâmicas contratuais. Neste sentido, de modo geral, existem dois grupos: os contratos a termo e os contratos futuros. Os *forward contracts*, ou contratos a termo, são considerados o modelo mais antigo de contrato agrícola envolvendo o produtor e organizações financeiras. O produtor se compromete a vender a sua produção em uma data futura com um preço pré-estabelecido (CLAPP, 2016). Tais contratos previnem as partes das oscilações de preços ou possíveis riscos vinculados às *commodities* agrícolas. Isto é, o produtor assume um empréstimo e paga quando a safra for comercializada. Por outro lado, com a evolução e complexificação dos modelos contratuais, atualmente, existem os *future contracts*, ou contratos futuros, os quais são negociados nos mercados de câmbios e bolsas de valores. Nesta modalidade, os contratos podem ser comprados e vendidos entre diversos atores sem possuir uma conexão direta com o produtor (Ibidem). Uma característica importante desta dinâmica é a forma na qual a troca é realizada. Alguns contratos são liquidados em dinheiro (*cash-settled contracts*) e outros liquidados pela entrega (*delivery-settled contracts*) (Ibidem). Ademais, essa modalidade eliminou a necessidade física da troca

da produção em si, o que despertou interesse de diversos atores econômicos em negociar esse tipo de contrato futuro.

Neste contexto, a crise de 2007-2008 foi um acontecimento determinante nos estudos sobre o processo de financeirização dos regimes agroalimentares. Diversos atores financeiros, como os bancos, fundos de investimentos, empresas de *Private Equity* (PE)<sup>6</sup> e fundos soberanos, controlavam uma parcela significativa dos recursos financeiros no mercado futuro. Simultaneamente, houve a criação de uma complexa arquitetura tributária internacional que permitiu a mobilidade do capital em uma escala acentuada (DOWBOR, 2017). Entretanto, as instituições financeiras não são homogêneas, quer dizer, existem diversas organizações com interesses difusos no setor financeiro. As instituições e instrumentos, comandadas pelos altos executivos, diversificam os seus alcances e, conseqüentemente, conseguem influenciar a coordenação de diversos estágios dos regimes agroalimentares. Isto é, atualmente, aloca investimentos na compra de terras, insumos para produção, empresas de logística e estoques, certificações, indústrias de processamento, negociação de *commodities*, supermercados, entre outros ramos dos regimes agroalimentares (BURCH; LAWRENCE, 2009, p. 271).

A expansão do processo de financeirização ultrapassa a questão alimentar. Devido à volatilidade do preço de alimentos na crise de 2007-2008, os atores financeiros realizaram um movimento de diversificação de investimentos para a redução de possíveis riscos<sup>7</sup>. Uma parcela significativa de pesquisadores, citados ao final do parágrafo, justificam o aumento da negociação de terras entre Estados, empresas e fundos de investimentos como resultado deste processo. Em geral, devido a uma instabilidade no abastecimento de alimentos, Estados e empresas passaram a comprar terras em outros países para suprir o abastecimento de suas populações. Além disso, alguns atores financeiros realizam este tipo de investimento apenas por motivos especulativos, tendo em vista o caráter conservador do investimento de ‘baixo risco’. Em paralelo, houve um crescimento dos investimentos em biocombustíveis vinculados à *commodities* agrícolas (SASSEN, 2016; CLAPP, 2016; BORRAS *et al.*, 2016; entre outros).

De modo geral, os atores financeiros passaram a cercar pedaços de terra para fins especulativos do mercado financeiro internacional. Esse fenômeno, chamado de *expulsões* por

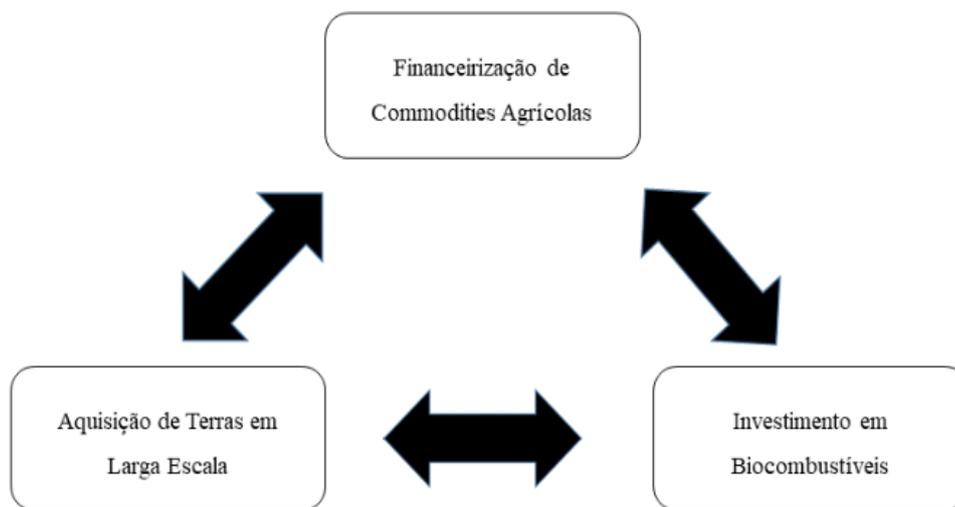
---

<sup>6</sup> Uma empresa de PE concerne um tipo de relação financeira quando “detentores do patrimônio de uma empresa possuem uma parte da corporação e tem direito a ações proporcionais dos pagamentos de dividendos efetuadas pela empresa aos acionistas. As ações são negociadas nos mercados de ações” (CHESNAIS, 2016, p. 298, tradução nossa).

<sup>7</sup> Risco pode ser entendido como “uma maneira sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernização” (BECK, 2010, p. 260). Ademais, de modo geral, existem duas abordagens ou grupos na sociedade do risco. Há um grupo preocupado nas estruturas que causam os riscos, e outro grupo que busca mitigar os riscos criados pela própria modernização da sociedade industrial.

Sassen (2016), representa um modelo econômico neoextrativista o qual carrega fortes elementos da economia colonial, como o trabalho escravo contemporâneo, e fomenta a circulação de matérias-primas retiradas da natureza através de um processo intenso de espoliação (HARVEY, 2004; ACOSTA, 2016). Importante registrar que a noção de neoextrativismo e economia colonial são elementares para o estudo de caso proposto no capítulo III.

**Figura 1.** Nexos da Financeirização, Aquisição de Terras e Investimentos em Biocombustíveis.



**Fonte:** Traduzido de Clapp (2016, tradução nossa).

Tendo em vista a argumentação desenvolvida até o momento, podemos destacar que o atual regime corporativo está firmado na relação entre as *commodities* agrícolas financeirizadas, a aquisição de terras em larga escala e investimentos em biocombustíveis. Há um número restrito de cultivos agrícolas que são alvos de investimentos. Estes são chamados de *4F Crops*: *food* (alimentos), *fiber* (fibras ou ração), *fuel* (combustíveis ou energia) e *forest* (floresta, madeira, celulose e carvão) (SAUER, 2016). Tais nexos são, em parte, reflexo da tripla crise do capitalismo contemporâneo (alimentar, climática e energética). No segundo capítulo, aprofundamos uma interpretação a respeito das tipologias e categorias das culturas e *commodities* flexíveis que servem como insumo para essa lógica produtiva (BORRAS JR *et al.*, 2016).

O que precisa ficar visível é o caráter multidimensional do processo de financeirização dos regimes agroalimentares. De modo geral, há 10 anos Bruch e Lawrence (2009, p. 271-

272) destacaram seis principais acontecimentos, os quais são capazes de justificar a financeirização no regime agroalimentar:

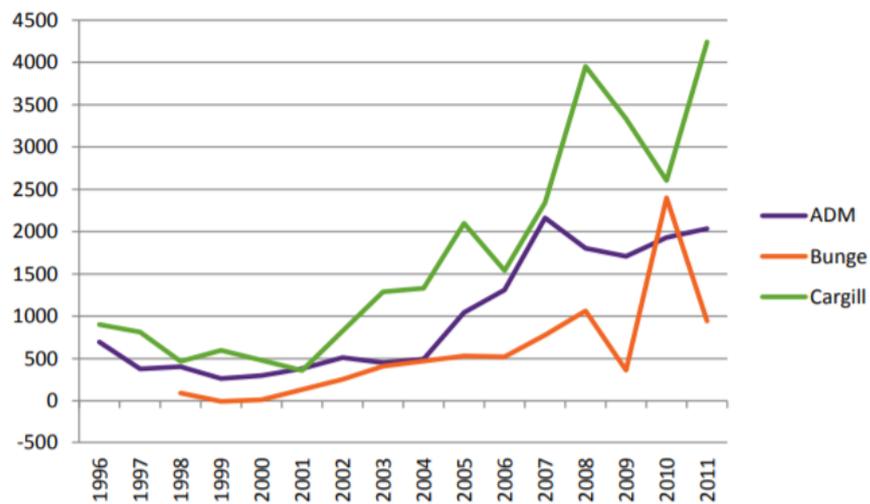
- 1) Nos últimos anos, centenas de investimentos, fundos de investimento e *hedge funds* foram estabelecidos com o objetivo de investir em terras agrícolas em todo o mundo.
- 2) Muitos fundos também foram estabelecidos para investir nos setores de insumos agrícolas e logística.
- 3) Em um movimento sem precedentes para um banco comercial, o Goldman Sachs fez um investimento direto no setor agroalimentar chinês em 2006, com a compra de uma participação de 13% no Yurun Food Group, o segundo maior processador de carnes e aves do país.
- 4) Cada vez mais, empresas de *private equity* também têm interesse em empresas do setor agroalimentar e estão atualmente ativas em todos os pontos da cadeia de suprimentos.
- 5) Em 2009, a International Finance Corporation, um braço do Banco Mundial, empreendeu uma iniciativa importante quando começou a contribuir para os fundos de investimento agrícola estabelecidos por gestores de fundos *hedge* e *private equity*.
- 6) A criação de fundos soberanos (SWFs), um tipo de fundo de investimento, que foram estabelecidos pelos governos a partir de superávits acumulados, muitas vezes de *commodities* importantes, como o petróleo.

Apesar do surgimento de atores financeiros no regime agroalimentar, uma parcela significativa das formas de produção, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas são controladas, todavia, por um número restrito de conglomerados transnacionais. Estes controlam a negociação de grãos mundo afora, como também influenciam diretamente o preço e disponibilidade de matérias-primas para a produção industrial de alimentos e outros bens. No reconhecido trabalho elaborado por Burch, Clapp e Murphy (2012), chamado de *Cereal Secrets*, há uma extensa análise de dados, acontecimentos e descobertas. Coincidentemente, os nomes das principais empresas negociadoras de grãos no mundo iniciam-se com as primeiras letras do abecedário. Neste sentido, o grupo de pesquisadores utilizaram a sigla ABCD para caracterizar este conjunto de organizações transnacionais: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Sendo assim, as ABCD ocupam uma posição privilegiada no controle dos diferentes estágios ligados aos complexos

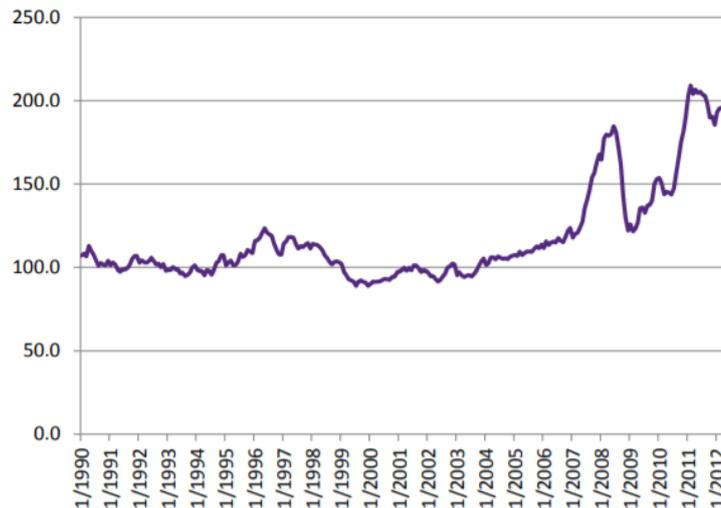
agroindustriais, desde a oferta de sementes para a produção agrícola até a negociação dos grãos no mercado de futuros.

Nos gráficos abaixo, apresentamos a influência destes grupos na composição dos preços dos grãos. Além disso, é importante pontuar que em meio da crise alimentar de 2007-2008, as empresas obtiveram lucros ao aumentar o valor das *commodities* agrícolas. Isto é, uma parcela limitada de organizações possui o controle de uma parte do abastecimento alimentar em termos mundiais. E, mesmo em períodos de crises do capital, estas utilizam instrumentos financeiros para manter a lucratividade.

**Gráfico 1.** Lucros da ADM, Bunge e Cargill (\$ milhões de dólares)



**Fonte:** Burch, Clapp e Murphy (2012). Site das empresas, relatórios corporativos, mídias financeiras.

**Gráfico 2.** Índice de Preço dos Alimentos – FAO. 1990-2012 (2002-04 = 100)<sup>8</sup>

**Fonte:** Burch, Clapp e Murphy (2012).

Há uma relação direta entre os lucros da Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill em comparação aos índices de preço dos alimentos. No próximo capítulo, aprofundamos a análise sobre a dinâmica das *commodities* agrícolas financeirizadas no atual estágio da agricultura. Todavia, precisamos delimitar as principais características dos outros atores que exercem influência no regime agroalimentar corporativo: os fundos de investimentos, ou *Hedge Funds*, empresas de *Private Equity*, conglomerados transnacionais, Fundos Soberanos e as bolsas de valores. Particularmente, estes atores se apropriam de maneiras distintas dos instrumentos financeiros existentes na atualidade.

Podemos analisar um *Hedge Fund* como “um fundo de investimento que gerencia recursos de um número limitado de clientes, geralmente muito ricos (normalmente não mais do que 100 investidores), mesmo com um número restrito de investidores, os investimentos são volumosos” (BURCH; LAWRENCE, 2009, p. 273, tradução nossa). Em seguida, as empresas de *Private Equity*, normalmente, são responsáveis pela aquisição de empresas de menor porte ou em processo de crescimento. O objetivo desse tipo de operação é expandir as atividades da empresa e aumentar o seu valor de mercado. Responsabilidades são divididas entre diferentes atores presentes na operação. Uma organização principal é responsável por assumir as dívidas e gestão da empresa adquirida, enquanto outros investem e garantem os empréstimos. O objetivo final é lançar a empresa nas bolsas de valores ou vendê-la para um

<sup>8</sup> Índice de preços reais, representando preços nominais deflacionados pelo índice de valor unitário de manufaturas do Banco Mundial (MUV).

conglomerado transnacional. Importante ressaltar que os investidores são motivados pelo lucro em curto e médio prazo (COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, 2007, *apud* BURCH; LAWRENCE, 2009). Segundo Schmidt (2016),

“Um dos agentes de mudança mais importante no regime de financeirização é a empresa de *private equity* (PE). A indústria de PE impulsionou um boom de fusões e aquisições (F&A) por meio de aquisições alavancadas (LBO) que elevaram os níveis de endividamento corporativo e aumentaram a concentração. Os negócios de *private equity* influenciam todas as indústrias. Entretanto, a indústria de alimentos tem as características que interessam para aquisições, um crescimento estável que gera fluxo de caixa estável” (2016, p. 7, tradução nossa).

No estudo de caso sobre o Açaí, enfatizamos a influência das firmas de *Private Equity* na economia política do fruto. Já os Fundos Soberanos são um instrumento financeiro de Estados Nacionais, os quais normalmente são provenientes da extração de recursos naturais como, por exemplo, o petróleo. São consideradas reservas nacionais e são destinadas para diferentes fins. Antes de finalizar a descrição dos atores financeiros emergentes, vale ressaltar a existência de diferentes fundos financeiros com o objetivo de especular e/ou investir recursos. Um exemplo dos últimos tempos são os fundos de pensão (CLAPP, 2016). Por fim, uma parcela considerável das negociações de derivativos (agrícolas, imobiliários, dívida e entre outros) e contratos financeiros em geral são intermediados e/ou coordenados pelas bolsas de valores.

Há uma relação de longa duração entre atores do setor financeiro e alimentar. Um exemplo emblemático concerne a criação da Chicago Board of Trade (CBOT), constituída em 1848. A Bolsa de Chicago representa o maior centro de negociação das *commodities* agrícolas na economia mundial<sup>9</sup>. Outras bolsas operadoras de mercados futuros também negociam massivamente derivativos agrícolas. Entretanto, são majoritariamente influenciadas por investidores locais. Alguns exemplos são: Dalian Commodity Exchange (China), Multi Commodity Exchange of India Ltda. (Índia) e B3 (antiga Bm&FBovespa - Brasil). Além destas, existem algumas bolsas com capacidade de influenciar os preços de *commodities* específicas, como o caso da London International Financial Futures and Options Exchange (LIFFE), a qual negocia majoritariamente café e cacau. E, também, a Bursa Malaysia, a qual negocia óleo de palma (CLAPP, 2016, p. 147).

---

<sup>9</sup> Produção de milho safra 2015-2016 foi de 1 bilhão de toneladas. Entretanto, foram comercializadas 10,5 bilhões de toneladas na bolsa de Chicago (HEINRICH-BOLL FOUNDATION, 2017).

Existe um grupo amplo de *commodities* vinculadas às bolsas de valores internacionais: milho, aveia, arroz em casca, soja, farelo de soja, óleo de soja, trigo, cacau, café, algodão, açúcar, porco magro, bacon, gado vivo, gado alimentador, lã, óleo de palma e borracha. Cada vez mais outras *commodities* são inseridas nos circuitos globais intermediados pelas bolsas de valores, como por exemplo, a financeirização do suco de maçã concentrado, a partir de 2012, na Minneapolis Grain Exchange (MGEX) (VALDÉS, 2016).

A Consultoria Valoral Advisors (2018) aponta que em 2005 existiam 38 fundos de investimentos no setor agroalimentar. Em 2017, houve um salto significativo para 441 fundos de investimentos no setor. Na bolsa brasileira, a B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no ano de 2003, a negociação de contratos agrícolas representava 24,1% das transações. Após dez anos (2013), os contratos agrícolas passaram a representar 42,1% das negociações (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). Portanto, há um crescimento quantitativo de atores financeiros e contratos futuros na economia mundial.

Neste sentido, o preço das *commodities* agrícolas financeirizadas está diretamente atrelado ao dólar. No segundo regime agroalimentar industrial, houve uma mudança de regulação no início da década de 1970 (fordista-flexível), que refletiu na alteração do padrão monetário das trocas internacionais. O dólar passou a ocupar uma posição privilegiada em termos de poder. Portanto, o fato de ser a moeda com maior alcance na economia mundial explica, em partes, o motivo dos atores presentes em diferentes estágios do complexo agroindustrial cooperarem. Contudo, não é o único fator. Segundo Dowbor (2017), o crescimento dos contratos derivativos também reflete a busca dos atores econômicos em reduzir as suas contribuições tributárias.

## **1.2. Os Cultivos Flexíveis**

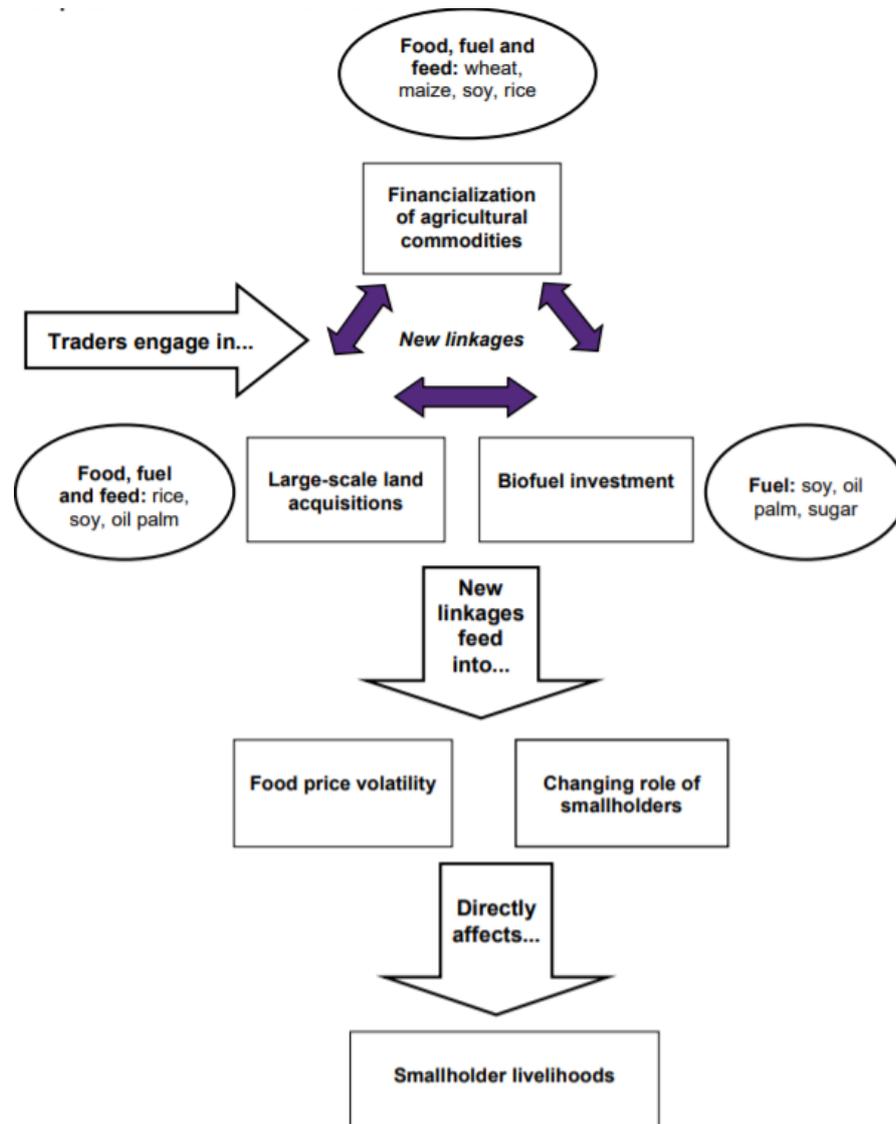
Os Cultivos Flexíveis ocupam uma posição privilegiada na agenda de estudos sobre os regimes agroalimentares internacionais. Eles podem ser entendidos através de duas principais características: os recursos múltiplos e flexíveis. O primeiro remete a ideia de uma mesma cultura servir para diferentes fins, como por exemplo quando a soja é utilizada para a alimentação humana e de ração animal. O segundo diz respeito à alternância do propósito de uso e à facilidade técnica de alterar o destino da matéria-prima. Um exemplo emblemático é o milho, que serve para alimentação humana, produção de biocombustíveis, xarope, ração animal e outros. Neste sentido, um Cultivo Flexível é entendido como uma matéria-prima que

serve para diferentes setores industriais (alimentar, combustíveis, cosméticos, farmacêutico, entre outros) (BORRAS JR *et al.*, 2016; REYES; SANDWELL, 2018).

Ademais, para uma cultura se enquadrar como flexível precisa servir como insumo para, pelo menos, duas indústrias. Dito isso, quanto maior a facilidade técnica de alterar o destino da matéria-prima, maior poderá ser o retorno econômico. Esses padrões contemporâneos reconfiguram as relações de poder entre diferentes atores sociais (latifundiários, trabalhadores rurais, exportadores, agentes públicos, entre outros), além de conquistar investidores financeiros devido à liquidez dos investimentos e à ampliação das oportunidades de investimentos. Ou seja, quando o valor da soja para o setor alimentar estiver mais atrativo em relação aos biocombustíveis, os investidores optam pelo setor alimentar e vice-versa (BORRAS JR *et al.*, 2016). Essa dinâmica tem capacidade de resultar em crises alimentares pela instabilidade de preços e abastecimento de alimentos. Neste sentido, há uma mudança profunda da relação entre a agricultura e alimentação.

Como já dito, a literatura denomina essa agricultura contemporânea de *4F Crops: food* (alimentos), *fiber* (fibras ou ração), *fuel* (combustíveis ou energia) e *forest* (floresta, madeira, celulose e carvão) (SAUER, 2016). No esquema abaixo, apresentamos de uma forma ilustrativa tais articulações:

**Figura 2.** As principais atividades dos negociantes de *commodities* agrícolas e seus efeitos em cadeia para preços dos alimentos e meios de subsistência dos pequenos agricultores.

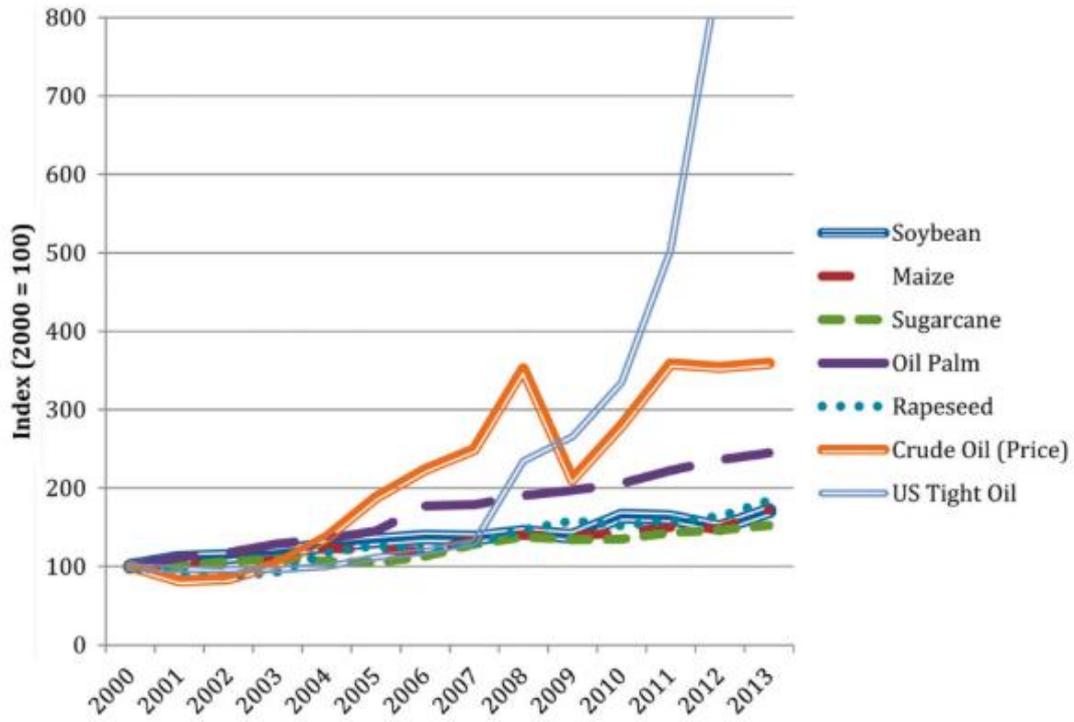


**Fonte:** Burch, Clapp e Murphy (2012).

A interação entre os processos vinculados ao atual modo de produção de determinados complexos agroindustriais exige coordenação. Sendo assim, alinhado com o conceito de financeirização utilizado no presente trabalho (EPSTEIN, 2005), inferimos que os atores financeiros ocupam um papel privilegiado na governança para intensificar a mobilidade e a acumulação do capital. Os Cultivos Flexíveis que possuem um maior número de investigações, materiais e estudos acumulados são soja, cana-de-açúcar, milho e óleo de palma.

Na imagem abaixo, mostramos informações para quantificar e ilustrar a relação entre agricultura e produção de biocombustíveis desde o início do século XXI:

**Gráfico 3.** Mudanças nos preços do petróleo, na produção de óleo de xisto dos EUA e na produção global de grandes matérias-primas flexíveis para biocombustíveis (2000–2013)<sup>10</sup>.



**Fonte:** Borrás *et al.* (2016). FAOSTAT 2015; U.S. Energy Information Administration 2015a; U.S. Energy Information Administration, 2015b.

Há uma produção em massa de grãos para atender diversos interesses industriais. No Brasil, a soja é responsável por 80% da produção de biodiesel (ABIOVE, 2018). O crescimento exponencial da produção de soja no Brasil, por exemplo, é reflexo de interesses privados e de políticas econômicas a fim de reverter a crise cambial no final dos anos de 1990. Até os anos 1960, não havia a quantidade de soja como existe atualmente no país (DELGADO, 2012). Portanto, as políticas públicas influenciam as *commodities* que serão produzidas em larga escala em um determinado regime de acumulação, uma vez que há uma captura da ação pública pelos interesses privados.

Entretanto, com o avanço do agronegócio e formas de apropriação e substituição (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990), outros Cultivos Flexíveis estão surgindo, como nos casos da mandioca, coco, beterraba açucareira, canola e girassol (BORRAS JR *et al.*, 2016). Sendo assim, esses Cultivos Flexíveis em ascensão se enquadram

<sup>10</sup> Os dados de soja, milho, cana-de-açúcar, dendê e canola referem-se à produção global; os preços do petróleo referem-se ao preço de primeira compra de petróleo dos EUA; a produção de xisto de óleo refere-se à produção de óleo forte dos EUA. Todos os valores são indexados para o ano 2000.

como *commodities* agrícolas financeirizadas? Consideramos essa pergunta importante porque o preço desses cultivos não está diretamente vinculado ao dólar ou às bolsas de valores internacionais. O nosso interesse é observar como ocorre esse processo de expansão da financeirização nos cultivos que não estão no mesmo estágio (financeirizado) em comparação à soja, ao milho, à cana-de-açúcar e à palma.

Importante ressaltar que um elemento característico dos Cultivos Flexíveis e das *commodities* agrícolas financeirizadas são os fins para exportação. Sendo assim, a partir de uma revisão do estado da arte da literatura, encontramos uma categoria de análise interessante com capacidade de enquadrar conceitualmente as “outras culturas e *commodities* agrícolas”. Na enciclopédia *Environment & Society*, organizada por Robbins (2007), há uma definição sobre as culturas de Exportações Agrícolas Não Tradicionais (EANTs). Especificamente,

“... as exportações agrícolas não tradicionais (EANTs) são produtos agrícolas que não foram anteriormente consumidos ou plantados como culturas de rendimento (*Cash Crop*) num país. EANTs incluem frutas, legumes, flores, nozes e especiarias” (WASKEY, 2007, p. 1259, tradução nossa)<sup>11</sup>.

O termo ‘culturas de rendimentos’, ou ‘*Cash Crops*’, expressa uma noção categórica e conceitual daquelas culturas presentes em um estágio avançado no regime agroalimentar corporativo, visando a escala e lucratividade. Sendo assim, considerando o referencial teórico construído até o momento, podemos apontar que uma cultura de rendimento, atualmente, consiste nas ditas *4F Crops*, ou Cultivos Flexíveis.

Entre os anos de 1997 e 2001, as exportações brasileiras de soja e açúcar, culturas consideradas flexíveis ou exportações tradicionais, cresceram 55%. Por outro lado, no mesmo período, as Exportações Agrícolas Não Tradicionais (melões, uvas, mangas e outras culturas) tiveram um aumento de 145% (FAO, 2004)<sup>12</sup>. O exemplo brasileiro nesse período é tido como referência para a elaboração do conceito de Exportações Agrícolas Não Tradicionais (EANTs). O aumento das exportações de culturas não tradicionais é reflexo do regime agroalimentar corporativo influenciado pelas políticas econômicas neoliberais e os ajustes estruturais, que forçaram os Estados da periferia e semiperiferia do sistema-mundo a ‘dolarizarem’ suas economias domésticas. Para isso, também houve um aumento das

<sup>11</sup> Durante o processo de revisão bibliográfica também encontramos a categoria-conceito das PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

<sup>12</sup> “The Market for non-traditional agriculture exports” (HALLAM *et al.*, 2005). Disponível em: <http://www.fao.org/3/y5445e/y5445e09.htm#bm9>.

exportações dos setores de horticultura e floricultura dos países do sul global, de modo a obterem mais divisas (dólares) por meio do comércio internacional (FRIEDMANN, 2009).

Entretanto, existem críticas à concepção de Exportações Agrícolas Não Tradicionais (EANTs). Snyder (2007)<sup>13</sup>, a partir de uma análise sobre o papel da mulher na economia rural, aponta que o fomento das EANTs representa uma narrativa contraditória e, ao mesmo tempo, “simpática” para promover a exportação de culturas familiares e cultivos de alto rendimento dos países da periferia e semiperiferia do sistema-mundo. Na realidade, as camponesas do sul global competem com subsídios estatais de países do centro, como por exemplo dos Estados Unidos e União Europeia. Estes Estados subsidiam a importação de alimentos com a finalidade de manter os preços baixos da produção agrícola em seus territórios. Em outras palavras, o subsídio à pequena agricultura é uma política pública emblemática dos países centrais ao manter uma parte da população no campo, garantir a soberania e segurança alimentar, baixar o preço dos alimentos, entre outros fins sociais, políticos e econômicos. Portanto, como agricultores familiares do sul global competem com os altos subsídios de países centrais? Não conseguem. No caso da América Latina, conseqüentemente, as famílias camponesas perdem suas terras para grandes conglomerados empresariais, como também passam a integrar complexos agroindustriais por meio de longas jornadas de trabalho, baixos retornos financeiros e uso intensivo de agrotóxicos. Ademais, a mudança para a produção de culturas agrícolas não tradicionais sob a lógica industrial-financeira em detrimento de alimentos básicos pode impulsionar crises de fome quando há escassez ou alta de alimentos básicos (CLAPP, 2016).

Também há um questionamento linguístico que surgiu ao longo da pesquisa sobre a concepção de ‘tradicional’. A ideia de tradição (do latim *Traditio*) remete à “continuidade, permanência de uma doutrina, visão de mundo, ou conjunto de costumes e valores de uma sociedade, grupo social ou escola de pensamento, que se mantêm vivos pela transmissão sucessiva através de seus membros” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 269). Neste sentido, é evidente que a categoria de análise Exportações Agrícolas Não Tradicionais representa uma visão de mundo de grupos sociais distantes das comunidades tradicionais. Isto é, para as comunidades tradicionais e camponesas que cultivam frutas, legumes, flores, nozes e especiarias há séculos, estes tipos de cultivo são considerados tradicionais, como também, em alguns casos, o próprio cultivo do milho e da soja. Por outro lado, a sociedade industrial,

---

<sup>13</sup> Margaret C. "Peg" Snyder é uma cientista social americana. Ela foi uma das principais idealizadoras da ONU Mulheres.

urbanizada e “moderna” considera o cultivo de soja, milho, óleo de palma, açúcar e outras produções em larga escala em nível internacional como cultivos tradicionais. Há aqui, então, uma contradição<sup>14</sup>.

Dito isso, até o momento, destacamos como o fenômeno dos Cultivos Flexíveis e da financeirização da natureza não se limitam a determinadas culturas e *commodities* agrícolas. Há um processo de expansão dessa lógica de produção na tentativa de inserir outros cultivos na dinâmica de multiplicidade e flexibilidade, no regime agroalimentar corporativo. Além disso, a financeirização de *commodities* agrícolas está diretamente atrelada ao processo de estrangeirização de terras e investimentos em biocombustíveis. O avanço da financeirização de *commodities* contribui para a desarticulação de grupos sociais, como por exemplo, agricultores familiares, camponeses e comunidades tradicionais, como também promove uma série de mudanças nas práticas alimentares.

Enfim, a financeirização das *commodities* agrícolas faz parte de um regime agroalimentar corporativo resultante de uma série de relações macro e micro estruturais no atual regime de acumulação-regulação do capitalismo. A complexidade do processo de financeirização não se limita apenas ao controle das *commodities* a índices das bolsas de valores ou moedas internacionais. Há uma alteração profunda nas estruturas dos regimes agroalimentares. A partir de uma revisão da literatura, na presente pesquisa, apresentamos os principais fatores/fenômenos sociais que influenciam o processo de financeirização dos cultivos e *commodities* agrícolas. São eles: criação de complexos agroindustriais, mercado futuro, Cultivos Flexíveis, mercado e estrangeirização de terras, alimentos ultraprocessados e políticas públicas. Lembrando que esse conjunto de fenômenos impactam diretamente o território e a reprodução da vida em diversas dimensões.

---

<sup>14</sup> Consideramos uma deficiência da pesquisa a falta de profundidade sobre um olhar das comunidades tradicionais e camponesas. Entretanto, como procuramos analisar a transformação de *commodities* agrícolas sob prisma do sistema capitalista, aceitamos determinadas categorias de análise.

## CAPÍTULO II – O QUE DEFINE UMA *COMMODITY* AGRÍCOLA FINANCEIRIZADA?

Uma *commodity* serve como objeto de investigação para diferentes campos de estudo. Em inglês, o termo possui o significado de qualquer tipo de mercadoria mas, na economia mundial, assumiu o significado de uma matéria-prima uniforme negociada em larga escala<sup>15</sup>. As *commodities* ou matérias-primas têm diferentes finalidades na economia política. Neste contexto, a relação atual entre agricultura, desenvolvimento e sociedade pode ser analisada com base na financeirização das *commodities* agrícolas e no comércio internacional de terras (CLAPP, 2016; BORRAS JR *et al.*, 2016). Ademais, a noção de *commodity* agrícola muda ao longo do tempo. Alguns cultivos passam a ter mais influência no comércio internacional, assim como determinados bens comuns da natureza podem se tornar alvos de investimento e, com isso, serem negociados em nível internacional por agentes econômicos (FRIEDMANN, 1992). Sendo assim, é importante ter em mente, no presente capítulo, que a noção de *commodity* agrícola altera-se com as transformações históricas e materiais.

De modo geral, considera-se uma *commodity* agrícola financeirizada aquela que possui o seu preço vinculado, diretamente, a uma bolsa de valores ou moeda internacional. Entretanto, do ponto de vista teórico, existem diversas definições para o processo de financeirização. E, portanto, a concepção de uma *commodity* agrícola financeirizada depende do posicionamento teórico do(a) pesquisador(a). Neste caso, entendemos como processo de financeirização “uma crescente importância dos mercados e interesses financeiros, instituições financeiras e elites financeiras no funcionamento da economia e governança das instituições, tanto a nível nacional como internacional” (EPSTEIN, 2005, p. 3, tradução nossa).

Isso significa que o atual regime de acumulação-regulação sofre significativas influências de atores financeiros. Portanto, a financeirização de uma cultura ou *commodity* agrícola depende do grau de influência dos atores financeiros na economia política que envolve determinada cultura ou *commodity* agrícola. Além disso, como vimos anteriormente, existe uma diversidade de atores financeiros. Ou seja, podemos considerar um cultivo financeirizado apenas pela vinculação à moeda internacional ou a bolsas de valores internacionais?

---

<sup>15</sup> De acordo com o Dicionário Cambridge, uma *commodity* é “uma substância ou produto que pode ser comercializado, comprado ou vendido”.

Atualmente, há uma evolução das discussões sobre os tipos de culturas e *commodities* agrícolas (McMICHAEL, 2016). Neste campo, um fenômeno em ascensão são os Cultivos Flexíveis, ou *FlexCrops*. Estes representam o estágio atual da agricultura industrial-financeira na contemporaneidade, quando os princípios e ‘espírito’ criados no setor financeiro se expandem para as formas de produção na agricultura e, conseqüentemente, na alimentação humana.

## **2.1. As Tipologias dos Cultivos Flexíveis: uma possível abordagem metodológica**

Perguntas fundamentais para esta pesquisa são: o que é uma *commodity* agrícola financeirizada? Como ela se constitui na economia política? A literatura sobre o fenômeno dos Cultivos Flexíveis guiou uma parte relevante das reflexões propostas na pesquisa até agora. Para compreender a economia política e ecológica das *commodities* no século XXI, é de extrema importância delimitar os fenômenos e dinâmicas vinculadas ao modo de produção ‘flexível’ (REYES; SANDWELL, 2018). Sendo assim, relacionamos a financeirização das *commodities* agrícolas com a estrangeirização de terras e investimentos em biocombustíveis, produção de ultraprocessados, alteração de políticas públicas e entre outros fatores, que se expressam em diferentes culturas agrícolas e regiões do mundo.

Há definida na literatura dos estudos críticos agrários uma tipologia inicial da flexibilização de culturas e *commodities* agrícolas (BORRAS JR *et al.*, 2016). São delimitados três tipos: Real, Antecipada e Imaginada. Consideramos importante esse esforço de criar tipos de flexibilização para compreender o avanço do fenômeno em diversas culturas agrícolas, bem como servir de base metodológica para investigar a realidade de culturas específicas por meio de estudos de caso. Nessa seção do trabalho, discorreremos sobre as principais características dos tipos de flexibilização. E, no final, propomos um conjunto de variáveis que definem uma *commodity* agrícola financeirizada.

O tipo de flexibilização Real ocorre quando existem bases lógicas e materiais para a flexibilização ocorrer. O óleo vegetal de uma planta específica, por exemplo, pode ser substituído por outras culturas que os resultados serão os mesmos. Além disso, há uma facilidade de adaptar a *commodity* no processo industrial. Os incentivos das políticas públicas, já consolidadas, aceleram e facilitam a flexibilidade e adaptação dos produtores em fornecer as matérias prima (BORRAS JR *et al.*, 2016).

A dinâmica da flexibilização não se limita apenas às principais *commodities* negociadas na contemporaneidade. Cultivos como canola, beterraba açucareira e mandioca já se enquadram na categoria de flexibilização Real. Este é também o caso do óleo de palma, conforme já apresentamos (capítulo 2.3). O incentivo à flexibilização não se limita aos interesses de países centrais do sistema-mundo, como é o caso do *US Renewable Fuel* ou *EU Renewable Energy Directive*, mas também compõe a agenda dos países da semiperiferia, como no caso do Brasil, por exemplo, que possui uma série de políticas públicas e interesses privados no processo de flexibilização – principalmente para indústria de biocombustíveis – da soja (BYERLEE; FALCON; NAYLOR, 2016). No caso brasileiro, a indústria açucareira também compõe o fenômeno dos Cultivos Flexíveis. Portanto, a dinâmica já ocorre com uma série de políticas públicas e estratégias empresarias voltadas para a transformação dos cultivos com o objetivo de atender diferentes indústrias.

O segundo tipo é o Antecipado, quando ainda não é feita a flexibilização, mas já existem fortes especulações sobre as atividades, como por exemplo o *lobby* para aprovar ou criar incentivos e compra de terras em larga escala para iniciar a produção de Cultivos Flexíveis. Isto é, a flexibilização não necessariamente precisa ocorrer para criar impactos e alterações na economia política (BORRAS JR *et al.*, 2016).

Existem inúmeros projetos sendo estruturados para expandir a produção agrícola em diferentes regiões do mundo. Não há espaço para discorrer sobre os exemplos neste momento. Contudo, o caso do MATOPIBA (acrônimo para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), talvez, represente um exemplo emblemático sobre como um território que antes não convivia com largas plantações de soja, por exemplo, e torna-se alvo de um projeto público gigantesco. Em 2015, por meio do Decreto nº 8.447, o governo federal do Brasil constituiu oficialmente a região do MATOPIBA pelo plano de desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA (PITTA; MENDONÇA, 2015 *apud* PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017). Importante notar que o governo federal, através do decreto, regulamentou um processo de expansão agropecuária, as políticas públicas incentivaram o processo, principalmente devido ao interesse da produção de soja. Consideramos esse exemplo importante porque o projeto do MATOPIBA representa um acontecimento recente da transição de um tipo antecipado para o tipo Real. Em outras palavras, até 2015, existia o interesse de transformar a região em uma grande produtora de grãos, o que se concretizou e, com isso, atualmente, impacta uma série de elementos centrais para vida na região (consultar o estudo de PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017).

O último tipo, a flexibilização Imaginada, diz respeito à situação em que não ocorre a flexibilização, não existem bases materiais e lógicas, mas há uma preocupação por algum motivo. A diferença entre o tipo Antecipado e Imaginado concerne as bases lógicas e materiais existentes. Isto é, as políticas de incentivo, negociações em andamento e pesquisas sendo desenvolvidas. Ademais, é importante notar que esses tipos de flexibilização convivem no mesmo espaço-tempo (BORRAS JR *et al.*, 2016).

O último tipo encontra-se no campo das ideias, composto por interesses de grupos econômicos na expansão e busca por novos investimentos. Sendo assim,

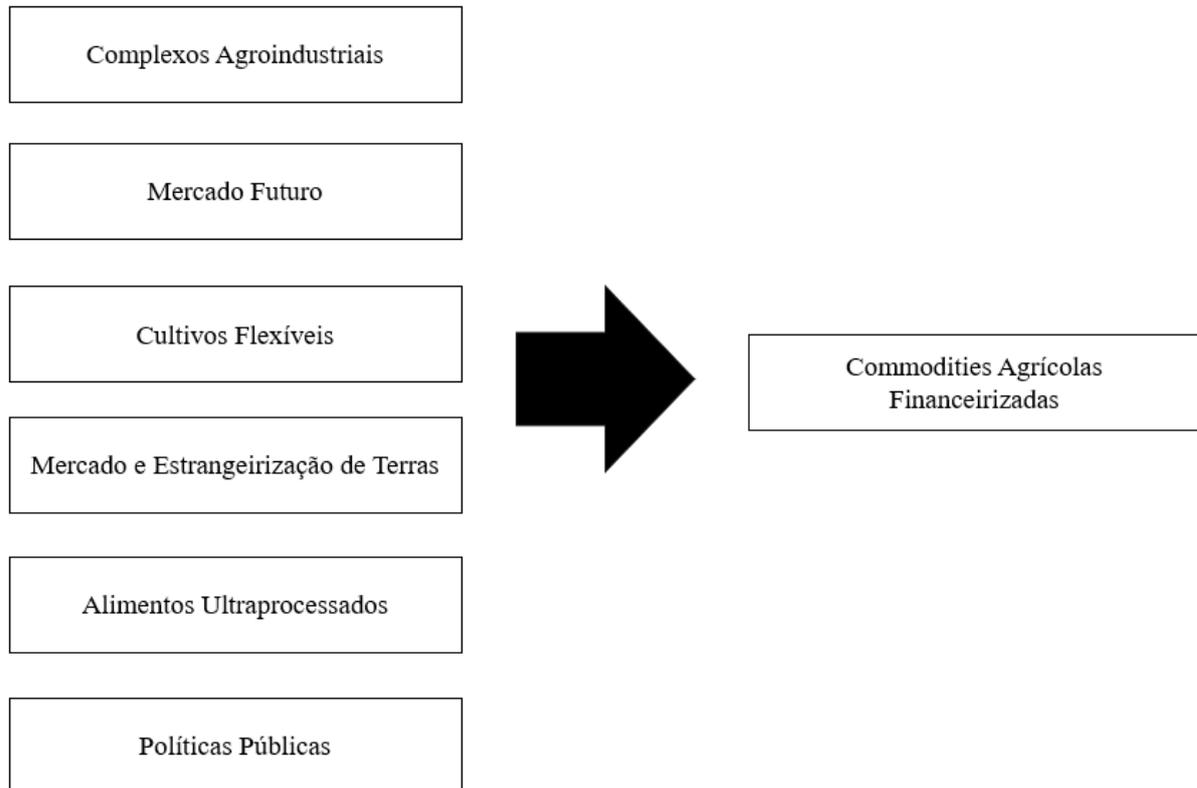
“os fatores que incentivam, desencorajam, facilitam ou dificultam a flexibilização não são apenas químico-físico e tecnológico; eles são muito mais políticos. Até que ponto esses três tipos se manifestam em diferentes contextos e em várias culturas e setores de *commodities* é uma das incógnitas que precisam ser pesquisadas mais empiricamente, extensivamente e com cuidado” (BORRAS JR *et al.*, p. 107, tradução nossa).

Adiantamos que no estudo de caso sobre o Açaí desenvolvido no próximo capítulo, argumentamos que o cultivo se enquadra no tipo Antecipado, porque já existem políticas públicas que incentivam o fenômeno.

As tipologias de cultivos e *commodities* flexíveis permitem um alargamento teórico para a elaboração de um constructo composto por variáveis, as quais são capazes de definir uma *commodity* financeirizada no regime agroalimentar corporativo. Neste caso, existe uma diversidade de fatores sociais que constituem a noção de ‘*commodity* agrícola financeirizada’. Sendo assim, até o momento, procuramos determinar os fatores sociais e variáveis que definem uma *commodity* agrícola financeirizada.

Dito isso, o constructo proposto para analisar o processo de financeirização das *commodities* agrícolas envolve uma série de fenômenos que estão articulados em diferentes graus. Não pretendemos inferir que essa é a única possibilidade de interpretação da realidade. A escolha de desenvolver um estudo de caso a partir de um constructo composto por variáveis também apresenta limitações, ao não aprofundar uma análise sobre como os fenômenos afetam diretamente o cotidiano. Por outro lado, as generalizações permitem uma reflexão sobre um eixo da realidade, bem como possibilita traçar cenários e a mudança de determinados fenômenos. Sendo assim, para analisar se um cultivo passa pelo processo de financeirização e exploração no atual regime agroalimentar, entendemos que é necessário mapear, principalmente, os seguintes elementos:

**Figura 3.** Constructo das *commodities* agrícolas financeirizadas no regime agroalimentar corporativo.



**Fonte:** Elaboração Própria.

Neste momento, fazemos brevemente o exercício de aplicar o constructo no exemplo do óleo de palma, que será apresentado na seção 2.3. A partir de uma análise da cadeia industrial do Grupo Julong (figura 5), é possível mostrar como uma empresa, entre inúmeras, insere o óleo de palma na dinâmica de transformações industriais. Estes complexos agroindustriais envolvem outros atores, como por exemplo, fábricas de refinamento, *marketing*, financiamento e empresas que controlam largas plantações (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016). Ou seja, a palma está presente na lógica industrial. Ademais, como mostramos na seção 1.1, é negociado na bolsa de valores e *mercado futuro*, com destaque à Bursa Malaysia, bolsa de valores da Malásia que intermedia os principais contratos futuros da *commodity* (CLAPP, 2016).

Do ponto de vista do fenômeno dos *cultivos flexíveis*, como aponta Byerlee, Falcon e Naylor (2016), a palma compõe o grupo de espécies da ‘revolução tropical das oleaginosas’, em que houve uma expansão da produção devido à sua capacidade de atender diferentes segmentos industriais (alimentar, ração animal, biocombustíveis e cosméticos). As plantações da palma exigem largas porções de terra, o que resulta em um *mercado e estrangeirização de*

*terras* promovido por grandes grupos econômicos que desejam controlar as diversas etapas do complexo agroindustrial (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016). Como dito anteriormente, o controle da terra envolve uma dinâmica de poder entre os atores de determinada economia política. Já no eixo da alimentação humana, de acordo com dados apresentados na *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO), mais de 50% dos produtos que encontramos nos supermercados possuem derivados deste cultivo (ibidem). Em outras palavras, o óleo de palma serve como insumo para fabricação de uma série de *alimentos ultraprocessados*. Por fim, no eixo das *políticas públicas*, medidas são adotadas nos governos nacionais, que possuem capacidade de produção para fomentar a produção em larga escala. Na seção 2.3. apresentamos dois exemplos: 1) Políticas nacionais da Malásia para expandir e mecanizar a produção: *Transformasi Nasional 50* (TN50), ou Transformação Nacional 50 (NAMBIAPPAN *et al.*, 2018); e 2) A reforma agrária promovida na Filipinas – *Comprehensive Agrarian Reform Program* (CARP) – a qual fomentou a exploração do cultivo (HAMBLOCH, 2018).

Em suma, de acordo como o constructo desenvolvido, o óleo de palma se enquadra como uma *commodity agrícola financeirizada*. Isto é, está no estágio Real de financeirização e flexibilização. É possível realizar o mesmo exercício com outros cultivos ou *commodities* agrícolas.

Assim sendo, propomos um estudo de caso para analisar uma cultura em ascensão nos circuitos internacionais: o Açaí. Isto é, optamos por delimitar um estudo sobre a expansão do processo de financeirização nos cultivos que compõe a categoria de Exportações Agrícolas Não Tradicionais (EANTs). Já existe um número considerável de investigações sobre como o processo de financeirização ocorre nas principais culturas (soja, milho, óleo de palma, açúcar) (HAMBLOCH, 2018; PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017; CLAPP, 2016; BORRAS JR *et al.*, 2016; ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016; BYERLEE; FALCON; NAYLOR, 2016). Ao analisar uma cultura em processo de transformação, torna-se possível identificar fatores sociais que incentivam ou dificultam a financeirização e flexibilização, o papel das políticas públicas e a pressão exercida a partir das possibilidades de relações econômicas internacionais. Assim, esperamos contribuir com os estudos dos regimes agroalimentares.

Conforme a figura 3, definimos elementos que serão analisados em cada eixo do estudo de caso. Eles são:

- 1) Complexos Agroindustriais: a integração de regiões ao comércio internacional; as transformações que alteram as formas de se apropriar e substituir os bens comuns e

naturais; a mecanização e escalabilidade das produções; alteração das relações contratuais entre os atores do complexo agroindustrial; criação de bases materiais e incentivos para produção em larga escala; controle de camponeses e pequenos fornecedores.

2) Mercado Futuro: a expansão de contratos de antecipação; movimentações e uso de instrumentos e práticas do setor financeiro (Fusões e Aquisições); investimentos em empresas de tecnologia para rastreabilidade e controle dos preços; atores financeiros na coordenação dos CAIs; o interesse de vender contratos futuros de safras e de empresas processadoras ou fornecedoras.

3) Cultivos Flexíveis: os avanços de interesses industriais e financeiros organizados para transformação do cultivo ou *commodity*; mapeamento das indústrias compradoras da matéria-prima; possíveis cenários futuros; a extração de óleos da natureza e produção de combustíveis; mutação genética das sementes; a relação entre a flexibilização dos cultivos agrícolas e um espírito advindo do setor financeiro; fluidez dos investimentos e crises alimentares.

4) Mercado e Estrangeirização de Terras: a expansão dos monocultivos; criação de bases lógicas e materiais para a criação de um mercado de terras; expulsões de camponeses; riscos à biodiversidade; investimentos estrangeiros em terras e infraestrutura.

5) Alimentos Ultraprocessados: a transformação da matéria-prima e sua materialização como alimento; aplicar a classificação NOVA dos tipos de alimentos.

6) Políticas Públicas: as políticas agroindustriais; a influência das reformas estruturais na capacidade de investimento e regulação estatal; a produção de desigualdades sociais por meio de políticas agroindustriais; cooperação internacional.

No eixo metodológico, após uma profunda revisão do estado da arte da literatura, a pesquisa adota o método do estudo de caso (VENNESSON, 2008), guiado por variáveis organizadas a partir da revisão da literatura. Procuramos compreender como o fenômeno da financeirização das *commodities* agrícolas ocorre em determinada economia política.

Durante o processo de pesquisa, surgiu a possibilidade de desenvolver o estudo de caso por meio da técnica de *process tracing*. Contudo, esta técnica procura investigar a trajetória histórica de um fenômeno já consolidado. Em outras palavras, a financeirização dos cultivos tradicionais (soja, milho, cana-de-açúcar e óleo de palma) se enquadra em tal método, mas as

*commodities* não tradicionais, todavia, não se encontram em um estágio avançado de exploração financeira, o que limita a técnica de *process tracing*.

Conforme apresentado na figura 3, utilizamos um conjunto de variáveis para definir o que uma *commodity* agrícola deve possuir para ser considerada financeirizada. Uma articulação que merece a devida atenção é o esforço de entrelaçar a noção de financeirização com a flexibilização dos Cultivos Flexíveis. Isto é, a partir dos tipos de Cultivos Flexíveis (BORRAS JR *et al.*, 2016) – Real, Antecipado e Imaginado –, consideramos possível aplicar a mesma lógica do grau de flexibilização ao de financeirização. Ambos os fenômenos, da financeirização e flexibilização, são totalmente atrelados, pois quanto mais incentivos uma *commodity* obtiver para ser flexibilizada, maior será o seu grau de financeirização. Em outras palavras, após desenvolver uma análise sobre cada elemento que determina uma *commodity* agrícola financeirizada, posicionamos a *commodity* nos graus de financeirização-flexibilização: Real, Antecipada e Imaginada.

Entretanto, existem limites em articular o fenômeno da financeirização com o da flexibilização dos cultivos. Como dito anteriormente, por mais que ambos sejam interconectados, tais generalizações encontram limites que podem ser abordados em pesquisas futuras. Em outras palavras: do ponto de vista convencional, todas as *commodities* agrícolas indexadas às bolsas de valores servem de insumo para mais de uma indústria?

Portanto, após a revisão do estado da arte da literatura sobre os regimes agroalimentares, foi adotado o método do estudo de caso guiado por um conjunto de variáveis, para definir o que é uma *commodity* agrícola financeirizada. No estudo de caso sobre o Açaí, por meio de um contexto histórico, procuramos interpretar cada eixo que compõe o constructo proposto: complexo agroindustrial do Açaí, mercado futuro, Cultivos Flexíveis, mercado e estrangeirização de terras, alimentos ultraprocessados e políticas públicas. Para a elaboração do estudo de caso, são utilizados documentos com dados secundários, como por exemplo pesquisas, relatórios de organizações internacionais, documentos setoriais, artigos jornalísticos, entre outros. Ademais, foi desenvolvido um instrumento com o objetivo de coletar informações primárias, por meio de um questionário semiestruturado, de atores industriais, extrativistas, financeiros, governamentais e outros, que possuem conexões com o Complexo Agroindustrial do Açaí.

## 2.2. A Materialização dos Alimentos: os Cultivos Flexíveis e os Ultraprocessados

Há uma relação direta entre a produção de grãos em larga escala e o avanço dos Cultivos Flexíveis. Essa dinâmica tem como objetivo ofertar *commodities* com preço baixo a diferentes setores industriais (alimentar, ração animal, farmacêutico, combustíveis, químico, outros). Também servem como ativos financeiros para negociação no mercado de futuros, valorização de terras, desenvolvimento de empresas de bens de capital, tecnologias de precisão, *big data* e georreferenciamento. Portanto, a produção agrícola é basilar para movimentar a economia industrial-financeira-tecnológica e, conseqüentemente, a geopolítica internacional (MCMICHAEL, 2016; GOODMAN; SORJ; WILKINSON; 1990; NIEDERLE; WESZ JR, 2018; CLAPP, 2016). Contudo, no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), qual papel esse modo de produção, pautado em *commodities* agrícolas financeirizadas, cumpre na alimentação humana?

As pesquisas científicas da área da Saúde Pública e de epidemiologias oferecem uma contribuição central para ampliar uma análise sobre como a produção de *commodities* industriais afeta diretamente a saúde humana (MONTEIRO *et al.*, 2016). Antes de aprofundar essa abordagem, há necessidade de delimitar alguns elementos teóricos. A Associação Internacional de Epidemiologia (IEA) define ‘epidemiologia’ como

“o estudo dos fatores que determinam a frequência e a distribuição das doenças nas coletividades humanas. Enquanto a clínica dedica-se ao estudo da doença no indivíduo, analisando caso a caso, a epidemiologia debruça-se sobre os problemas de saúde em grupos de pessoas, às vezes grupos pequenos, na maioria das vezes envolvendo populações numerosas” (OMS, 1973).

Isto é, os estudos epidemiológicos buscam compreender como uma doença se expande em determinadas populações. Neste sentido, uma parte da comunidade acadêmica do campo da Saúde Pública lançou uma comissão através da renomada revista científica, *The Lancet*, com a missão de difundir uma agenda de pesquisa voltada às Sindêmias Globais: obesidade, subnutrição e mudança climática (SWINBURN *et al.*, 2019). Uma ‘sindemia’ é quando ocorre mais de uma epidemia na mesma população<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Também representa uma “agenda de pesquisa baseada na estrutura conceitual para a compreensão de doenças ou condições de saúde que surgem nas populações e que são exacerbadas pelos fatores sociais, econômicos, meio ambiental e político em que uma população está imersa” (THE LANCET, 2017).

A Sindemia Global (obesidade, desnutrição e mudança climática) aproxima o campo da Saúde Pública aos estudos da Gestão Pública e das Relações Internacionais. As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como a obesidade, também são justificadas pelo modo de produção de um regime agroalimentar corporativo à nível internacional. Ademais, com o avanço das pesquisas, foi desenvolvida uma categoria de análise capaz de identificar através de inúmeros critérios o grau de relação entre a produção industrial e o alimento (MONTEIRO *et al.*, 2016). Isto é, há uma classificação chamada NOVA que categoriza o alimento de acordo com o nível de processamento industrial. Neste caso, entendemos que por meio da NOVA e sua vinculação com as formas de produção dos alimentos, torna-se possível compreender a dinâmica de materialização dos alimentos no regime contemporâneo.

**Quadro 1.** Definição Resumida classificação NOVA<sup>17</sup>.

<b>Grupos</b>	<b>Definição Resumida</b>
Alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados	O primeiro grupo da classificação NOVA inclui alimentos <i>in natura</i> e alimentos minimamente processados. Alimentos <i>in natura</i> são partes comestíveis de plantas (sementes, frutos, folhas, caules, raízes) ou de animais (músculos, vísceras, ovos, leite) e também cogumelos e algas e a água logo após sua separação da natureza.
Ingredientes culinários processados	O segundo grupo da classificação NOVA é o de ingredientes culinários processados. Este grupo inclui substâncias extraídas diretamente de alimentos do grupo 1 ou da natureza e consumidas como itens de preparações culinárias. Os processos envolvidos com a extração dessas substâncias incluem prensagem, moagem, pulverização, secagem e refino.
Alimentos processados	O terceiro grupo da classificação NOVA é o de alimentos processados. Este grupo inclui produtos fabricados com a adição de sal ou açúcar e, eventualmente, óleo, vinagre ou outra substância do grupo 2, a um alimento do grupo 1, sendo em sua maioria produtos com dois ou três ingredientes. Os processos envolvidos com a fabricação desses produtos podem envolver vários métodos de preservação e cocção e, no caso de queijos e de pães, a fermentação não alcoólica.
Alimentos ultraprocessados	O quarto grupo da classificação NOVA é o de alimentos ultraprocessados. Este grupo é constituído por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Com frequência, esses ingredientes incluem substâncias e aditivos usados na fabricação de alimentos processados como açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e

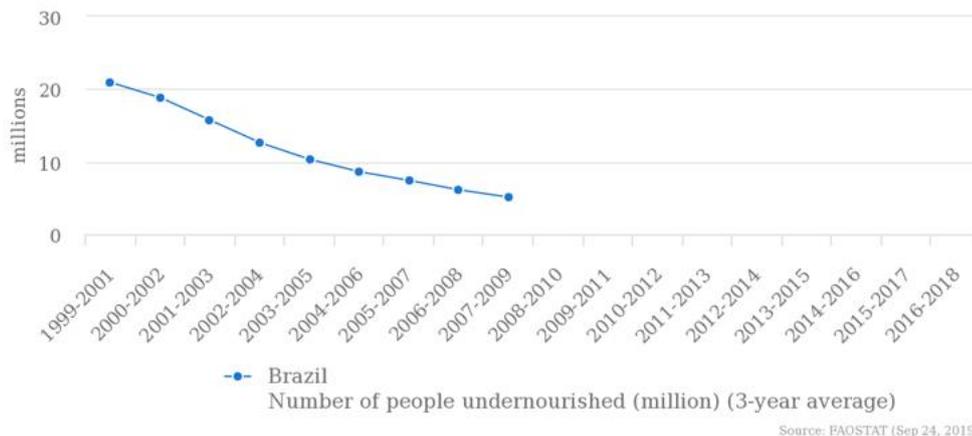
<sup>17</sup> A versão completa da classificação NOVA está disponível no artigo de Monteiro *et al.*, 2016.

	<p>conservantes. Ingredientes apenas encontrados em alimentos ultraprocessados incluem substâncias não usuais em preparações culinárias e aditivos cuja função é simular atributos sensoriais de alimentos do grupo 1 ou de preparações culinárias desses alimentos ou, ainda, ocultar atributos sensoriais indesejáveis no produto final. Alimentos do grupo 1 representam proporção reduzida ou sequer estão presentes na lista de ingredientes de produtos ultraprocessados.</p>
--	---

**Fonte:** Monteiro *et al.* (2016). “NOVA. A estrela brilha”.

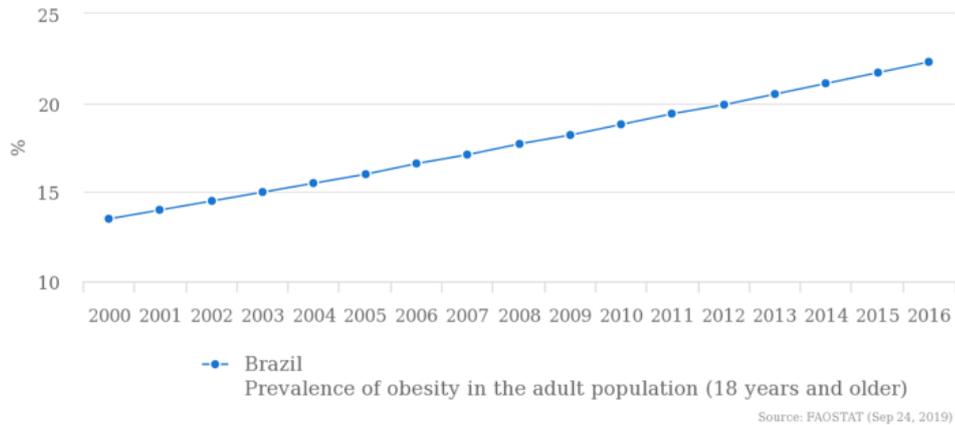
Conforme os alimentos, gradativamente, tornam-se ultraprocessados, os seus valores nutricionais são reduzidos. Estudos apontam que o aumento do consumo de ultraprocessados está diretamente relacionado à epidemia da obesidade. Em outras palavras, o aumento da produção de *commodities* agrícolas financeirizadas para atender à produção de alimentos industriais (ultraprocessados) contribui para a difusão de uma dieta nociva à saúde humana (SWINBURN *et al.*, 2019). Nos gráficos abaixo, são apresentados os dados da realidade brasileira sobre a desnutrição e obesidade no século XXI.

**Gráfico 4.** Número de Pessoas Subnutridas no Brasil (milhões) (média de 3 anos)<sup>18</sup>.



**Fonte:** FAOSTAT (2019)

<sup>18</sup> Não encontramos dados compilados na FAOSTAT para os anos seguintes, de 2010 a 2016. Contudo, a mensagem central diz respeito à queda da subnutrição. Contudo, há um entendimento do aumento da desnutrição nos últimos 4 anos (2016-2020).

**Gráfico 5.** Prevalência de Obesidade na População Adulta no Brasil (18 anos ou mais).

**Fonte:** FAOSTAT (2019)

Embora os dados apresentados acima sejam reflexo de um processo multidimensional envolvendo políticas públicas, produção industrial, crescimento de renda, mudança nas práticas alimentares, liberalização do comércio internacional e outros fatores, nos chama a atenção o fato de uma parcela significativa da população brasileira sair do estado de desnutrição para a obesidade. Há uma relação complexa entre obesidade, alimentos ultraprocessados e aumento da produção de grãos e Cultivos Flexíveis. A lógica industrial transforma a noção de alimentação e comida para a formulação de ultraprocessados (substâncias e aditivos usados na fabricação de alimentos processados como açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes). Um exemplo emblemático diz respeito à produção de óleo de palma (óleo de origem vegetal), que representa atualmente 30% do mercado total de óleos e 45% dos óleos destinados para a produção de alimentos no mundo (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Além dos ultraprocessados contribuírem para a situação de fome oculta de uma parcela da população, também fazem parte do processo de alienação das práticas alimentares. As formas de produção dos alimentos estão atreladas à massificação da produção de alimentos, ao processo de urbanização e alterações profundas no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2015)<sup>19</sup>. Ao longo da trajetória brasileira, com o crescimento da população

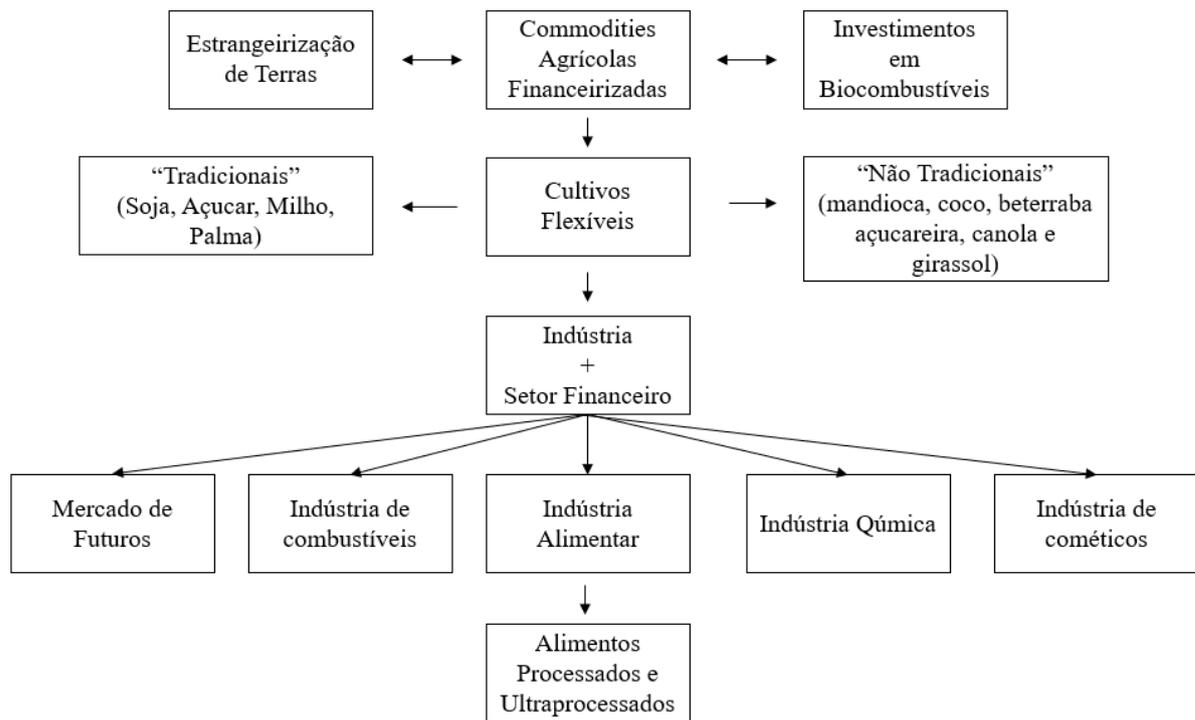
<sup>19</sup> No Brasil, a população urbana é 86.6% e a rural 13.4% (FAOSTAT, 2018).

urbana, foram implementadas diferentes políticas públicas com a finalidade de abastecer as cidades. Na metade do século XX, o Estado brasileiro estabeleceu uma estrutura atacadista de abastecimento público, conhecida popularmente como as centrais de abastecimentos (CEASAS). O papel essencial destas era interligar a produção local e regional, principalmente de hortigranjeiros. Nosso foco aqui não é aprofundar-se na análise sobre a estrutura de abastecimento público. Entretanto, consideramos importante compreender a função social das centrais de abastecimento ao comercializar alimentos *in natura* ou minimamente processados. Desde a criação das centrais de abastecimento até os dias atuais, diversas mudanças ocorrem nas políticas públicas, fazendo com que outros circuitos de distribuição em larga escala ganhassem relevância no abastecimento de alimentos (CUNHA; BELIK, 2012).

Neste contexto, o regime agroalimentar corporativo financeirizado também é caracterizado pela “revolução dos supermercados” (BURCH; LAWRENCE, 2009). A partir de 1980, os grupos atacadistas privados ganharam força e controle no abastecimento de alimentos dos grandes centros urbanos. Uma parcela significativa de atacados privados, normalmente controlados por uma parcela restrita de agentes econômicos, servem como canais de escoamento de ultraprocessados em circuitos nacionais, abastecendo pequenos e médios restaurantes e mercadinhos populares. Além disso, também assumem atividades de instituições financeiras ao oferecer linhas de crédito aos seus consumidores. Portanto, o acesso a uma alimentação saudável ou comida de verdade depende do fomento e/ou da regulação das estruturas de abastecimento e das políticas públicas.

Por fim, a fome oculta, todavia, persegue uma parcela das populações urbanas e rurais no Brasil. Por mais que existam avanços no combate à fome e desnutrição, houve a disseminação de uma dieta fundamentada em alimentos processados e ultraprocessados. De fato, como mostramos a partir da literatura, essa dinâmica não depende apenas das escolhas individuais, mas de princípios que regem um regime agroalimentar internacional corporativo que, de um lado, precisa produzir *commodities* agrícolas financeirizadas (Cultivos Flexíveis) para atender interesses de atores econômicos; e, de outro, necessita escoar massivamente essa produção, seja no setor alimentar por meio de produtos ultraprocessados ou para outros fins indústrias (produtos químicos, combustíveis e remédios).

**Figura 4.** Esquema da Trajetória e Influência das *Commodities* Agrícolas no Regime Agroalimentar Corporativo.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de esquemas apresentados no livro de Clapp (2016).

No esquema acima, buscamos alinhar a lógica da financeirização de *commodities* agrícolas e dos Cultivos Flexíveis com os ultraprocessados no regime agroalimentar corporativo. De fato, o aumento da obesidade e outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis são resultado de inúmeras relações sociais nos níveis macro e micro estrutural. Consideramos que a análise crítica do regime agroalimentar corporativo contribui para aprimorar a compreensão dos fenômenos que causam a fome no mundo<sup>20</sup>.

Assim sendo, é relevante compreender como ocorre o processo de industrialização da alimentação devido aos impactos criados às populações e ao meio ambiente. E, ademais, registrar que não existe apenas uma forma de produzir, adquirir, preparar e consumir os alimentos (RIBEIRO, 2015). As formas de alimentação mudam de acordo com as classes ou grupos sociais. No Império Britânico, por exemplo, “o açúcar passou de raridade em 1650 para artigo de luxo em 1750 e uma virtual necessidade por volta de 1850. A mudança do papel do açúcar expressou a ascensão do capital industrial” (MCMICHAEL, 2016, p. 39). O

<sup>20</sup> A lógica de transformar um alimento em ativo financeiro não se limita apenas aos ultraprocessados, pois cada vez mais atores financeiros investem em “alimentos saudáveis” e orgânicos devido à lucratividade (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

açúcar, assim como outros substitutos alimentares, contribui com a energia e produtividade do trabalhador, pois são altamente calóricos.

Por ora, é importante deixar claro que partimos do pressuposto de que existe uma subordinação de populações a interesses econômicos e que o alimento cumpre um papel central nessa dinâmica. Do ponto de vista da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), a alimentação sofreu uma série de mudanças com o processo de urbanização e industrialização. De modo geral, o crescimento das populações urbanas exigiu a massificação da produção industrial de alimentos e com baixos preços. Essa dinâmica complexa se mantém até os dias atuais, pois, em uma sociedade industrial, a força de trabalho deve ser barata, fazendo com que muitos trabalhadores fiquem sujeitos a uma alimentação também barata e, conseqüentemente, de má qualidade nutricional.

O conceito proposto por Ribeiro (2015) permite ampliar a perspectiva sobre a alimentação a partir da categoria de ‘práticas alimentares’, tornando possível investigar a realidade envolta da alimentação humana. Tal conceito é definido pelo conjunto de

“práticas relacionadas à produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos, com o objetivo de colocar em evidência que os momentos anteriores ao consumo dos alimentos não são irrelevantes para sua compreensão, pois já apresentam essa possibilidade de apropriação da realidade” (RIBEIRO, 2015, p. 75).

A noção de práticas alimentares surge a partir de um questionamento sobre o conceito institucional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), um debate que não aprofundamos nesta pesquisa. Entretanto, em um contexto no qual há uma busca incessante em ofertar serviços e mercadorias baratas, conseqüentemente, os salários também são baixos. Essa dinâmica complexa resulta na alienação das práticas alimentares, em que passamos a consumir o alimento de uma forma mecânica, gastando o menos possível com a alimentação apenas para suprir as necessidades nutricionais básicas e, com isso, internalizamos uma relação pragmática com a saúde física e mental (RIBEIRO, 2015).

Uma maneira prática de entender essas relações entre os modos de produção e materialização dos alimentos é por meio do caso do óleo de palma no leste asiático.

### 2.3. Exemplo do Óleo de Palma (O azeite de dendê)

O cultivo do óleo de palma (*Elaeis guineensis*) conhecido como azeite de dendê, no Brasil, possui uma trajetória em ascensão no regime agroalimentar corporativo. É considerado como um dos principais óleos vegetais da atualidade em conjunto com a soja. De acordo com as estatísticas da FAO, atualmente a Malásia é o segundo maior produtor em termos de volume de produção e de área destinada para o cultivo<sup>21</sup>, atrás apenas da Indonésia em ambos os quesitos. Uma parte significativa das investigações científicas estão centradas na Malásia devido ao extremo impacto ambiental causado pela expansão dos monocultivos, comprometendo a biodiversidade e vida humana. A palmeira também é produzida em regiões da África Ocidental e Central, no norte da América Latina e na América Central, totalizando mais de 40 países (KOH; WILCOVE, 2008; SHEIL *et al.*, 2009; JEFFREY *et al.*, 2012; TAN; KANNIAH; CRACKNELL, 2013; LI *et al.*, 2015 *apud* CHENG *et al.*, 2018).

Batizada de ‘*Golden Crop*’ devido aos altos investimentos e retornos financeiros, há uma expansão de sua produção nos chamados *middle-income countries* (MICs), ou países de renda média, como por exemplo a Tailândia, Camboja, Colômbia e Nigéria e em alguns países dos BRICS (acrônimo para os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Estes, além de se tornarem grandes produtores e consumidores de óleo de palma, também são centros logísticos para sua distribuição. De acordo com dados apresentados na *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO), mais de 50% dos produtos que encontramos nos supermercados possuem derivados deste cultivo<sup>22</sup> (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016).

A revolução tropical das culturas oleaginosas – alimentos, ração, combustíveis e florestas (BYERLEE; FALCON; NAYLOR, 2016) – dos últimos 30 anos foi capaz de expandir a produção agrícola mundialmente transformando a vida de diversas comunidades camponesas. A questão central dos cultivos oleaginosos repousa na capacidade de anteder diferentes segmentos. O modelo de desenvolvimento destes monocultivos exige profundas transformações em infraestrutura, assim como a expansão da produção com uso intensivo de tecnologia. Este modelo de desenvolvimento agrícola baseia-se na ideia de aumentar a produção de alimentos no mundo devido ao crescimento populacional até 2050 (ibidem). Contudo, sabemos que atualmente há desperdício de alimentos – a questão está na forma de produção e distribuição da comida.

---

<sup>21</sup> FAOSTAT (<http://www.fao.org/faostat>).

<sup>22</sup> Primeira Conferência da América Latina de Produtores de Óleo de Palma, Guatemala, 17 de outubro de 2013.

No contexto da Malásia, segundo Nambiappan *et al.* (2018), a partir de 1960 há o início de uma profunda transformação do cultivo de palma no país. Do ponto de vista quantitativo, as plantações saltaram de 55.000 hectares em 1960 para 5,74 milhões de hectares em 2016. Ao mesmo tempo, nesse período, houve uma expansão em termos de produção passando de 100.000 toneladas para 17,32 milhões de toneladas. Sendo assim, desde 1960, a produção de óleo de palma ocupa uma posição estratégica na balança comercial deste país por meio das exportações. As exportações em 1975, por exemplo, eram de 1,17 milhão de toneladas. Já em 2016, aumentou para 16,05 milhões<sup>23</sup>. E, atualmente, as exportações cada vez mais são representadas pelos derivados do óleo de palma. Outro elemento importante diz respeito ao ‘*Transformasi Nasional 50*’ (TN50), ou ‘Transformação Nacional 50’, um programa de desenvolvimento nacional que se estende de 2020 até 2050, o qual, dentre as inúmeras iniciativas, propõe a mecanização da colheita a fim de aumentar a produtividade<sup>24</sup>.

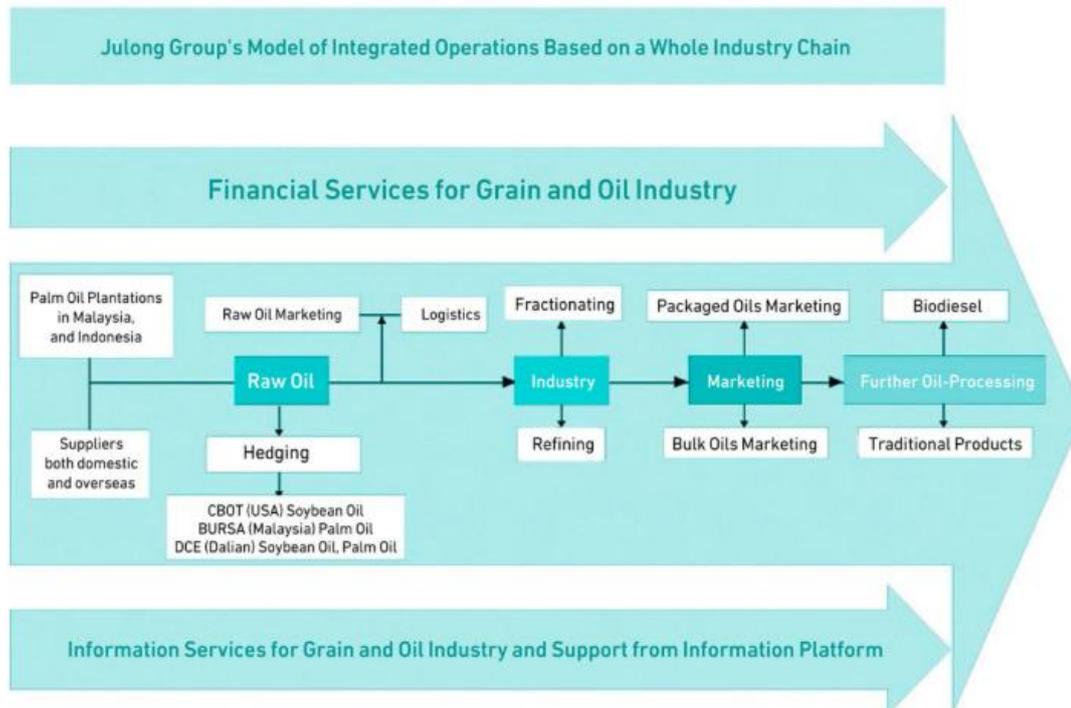
Sendo assim, o avanço do fenômeno dos Cultivos Flexíveis na cultura do óleo de palma é legitimado por meio de narrativas políticas e negociações comerciais. Devido aos seus múltiplos usos, os investidores financeiros encontram nesses tipos de cultivo uma forma de controlar os riscos e incertezas, criando uma série de relações econômicas especulativas (BORRAS JR *et al.*, 2016). Para compreender essa dinâmica, Alonso-Fradejas *et al.* (2016) desenvolveram diversas análises da economia política da palma. Uma delas é sobre o grupo chinês Julong Group. Importante notar que a China cada vez mais exerce influência na economia política da palma.

---

<sup>23</sup> Em média, o setor contribui com 5% a 7% do PIB do país.

<sup>24</sup> Chama a atenção o fato de que a produção de óleo de palma na Malásia é majoritariamente para fins de exportação, como também tem uma expressão relativamente pequena no PIB comparado com os custos causados à sociedade.

**Figura 5.** Cadeia industrial do Grupo Julong.



**Fonte:** Julong China (2013), retirado de Alonso-Fradejas *et al.* (2016)<sup>25</sup>.

A partir de uma leitura sobre o complexo industrial do grupo Julong, podemos notar os processos industriais e financeiros. As estratégias utilizadas pela empresa são caracterizadas pela verticalização e horizontalização, dependendo da etapa do complexo agroindustrial. De modo geral, a *commodity* serve de ativo financeiro no mercado futuro, bem como de insumo para processos industriais em outros segmentos da economia. Além disso, outros agentes da economia secundária (fábricas e refinamento) e terciária (*marketing*) estão envolvidos na transformação da matéria-prima. A empresa também controla plantações (e terras) no território dos maiores países produtores (Indonésia e Malásia).

Neste sentido, tendo em vista o vasto poder das empresas transnacionais, as agências locais da Malásia e de países produtores de matérias-primas em geral cumprem um papel estratégico para a formulação de políticas públicas, como por exemplo o mapeamento e controle dos espaços utilizados para os cultivos. Esse tipo de informação é essencial para elaborar políticas públicas. O Conselho do Óleo de Palma da Malásia (MPOB) é o principal órgão do Estado responsável pela economia política da *commodity* (CHENG *et al.*, 2018).

<sup>25</sup> Fonte: <http://www.julongchina.com/en/>.

Outras regiões do mundo são alvos da expansão da indústria do óleo de palma envolvendo profundas mudanças institucionais nas políticas públicas, como é o caso da Filipinas. A partir de uma análise de políticas públicas e das cadeias globais de valor, Hambloch (2018) mostra como a reforma agrária conduzida no país – *Comprehensive Agrarian Reform Program (CARP)* – facilitou a expansão de atores privados no controle de cooperativas a partir da regulação da terra. Em outros termos, o controle da terra representa um eixo central na ordenação das vastas cadeias globais de valor que ligam produtores e consumidores de diferentes regiões do mundo. A revolução dos cultivos oleaginosos necessita alterar uma série de políticas públicas e formas da propriedade da terra para consolidar a sua forma de produção. No estudo de caso do Complexo Agroindustrial do Açaí, identificamos a influência da propriedade da terra nas relações de poder entre os atores.

Como dito anteriormente, o processo de mecanização das colheitas de palma todavia não se consolidou, pois há uma presença significativa de mão de obra. As grandes empresas do setor utilizam a narrativa de geração de empregos por meio da ‘sustentabilidade’, ou contatos com cooperativas e camponeses, para promover suas operações extrativistas. Entretanto, as investigações sobre os efeitos do comércio de palma na vida camponesa ou da pequena produção mostram o aumento da exploração do trabalho e degradação dos habitats (HAMBLOCH, 2018; BYERLEE; FALCON; NAYLOR, 2016).

A produção de palma no Brasil, principalmente no Estado do Pará, está em ascensão. Um dos municípios que passa por tais transformações é Paragominas/PA. Grandes empresas coordenam o projeto de produção de palma, como é o caso da Agropalma, Vale do Rio Doce e Petrobrás. Utilizamos o exemplo do óleo de palma para fundamentar o estudo por ser uma espécie de palmeira, como o Açaí. Portanto, a expansão de qualquer monocultivo é altamente prejudicial à vida, mas as largas produções de palmeiras, além de extraírem diversos recursos naturais, exigem uma força de trabalho intensiva. Contudo, o Açaí contém porções mínimas de óleo, fator que impede comparações diretas sobre a expansão de seu comércio nos circuitos internacionais (ver capítulo 3.5.).

Apresentamos alguns dados e análises sobre a cultura da palma para mostrar como o processo de expansão dos Cultivos Flexíveis ocorre em outras regiões do mundo (normalmente nos países do sul global). O regime agroalimentar corporativo altera uma série de relações ligadas à vida social. Além de não ocorrer apenas em determinadas regiões do mundo, também sabemos que diversas culturas estão sendo ‘flexibilizadas’. Essa dinâmica muda de um país para outro e de uma cultura para outra? Segundo Borrás *et al.* (2016), as questões empíricas sobre os Cultivos Flexíveis devem ser analisadas com cuidado e urgência.

## CAPÍTULO III. ESTUDO DE CASO: O AÇAÍ (*Euterpe Oleracea Mart.*) NO CAMINHO PARA SER UMA *COMMODITY* AGRÍCOLA FINANCEIRIZADA?

### 3.1. Introdução

Como dito anteriormente, o conceito de financeirização utilizado na pesquisa apoia-se em Epstein (2005), o qual aponta para uma crescente influência dos mercados, interesses, instituições e elites financeiros na economia política atual, seja sob o prisma local ou pelo internacional. Partindo desta perspectiva para desenvolver um estudo de caso (VENNESSON, 2008) sobre o Açaí<sup>26</sup>, buscamos posicioná-lo entre as categorias: Real, Antecipada e Imaginada. Obviamente, uma das possibilidades era a de que o Açaí não pudesse ser posicionado em nenhuma das três categorias. Contudo, como antecipamos, nosso estudo demonstrará que a cultura em tela pode ser classificada como Antecipada.

Adotamos um estudo de caso sobre o Açaí para identificar se ele está na rota da financeirização. A construção das variáveis de *commodity* agrícola financeirizada serve como um instrumento para guiar o estudo de caso. A partir de uma abordagem histórica e interpretativista, procuramos delimitar como as relações complexas do regime agroalimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016) se expressam na economia política do Açaí. O método do estudo de caso contribui para a construção e evolução da teoria, como também na produção de dados empíricos. É considerado um método que parte do estudo de um fenômeno ou acontecimento histórico (VENNESSON, 2008). No formato interpretativo, o estudo de caso parte de um eixo teórico para compreender casos específicos. Então partimos da teoria dos regimes agroalimentares para compreender o Complexo Agroindustrial do Açaí.

Além de revisão de literatura, realizamos pesquisa de campo de 12 dias na cidade de Belém/PA, com o objetivo de entrevistar atores empresariais (indústrias processadoras, *tradings* e atores financeiros), órgão dos governos (secretarias e institutos de desenvolvimento) e atores da sociedade civil (ONGs). Um roteiro semiestruturado (ver

---

<sup>26</sup> O Açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) é uma cultura que carrega consigo uma série de elementos, desde aspectos milenares vinculados às suas formas de produção até a inserção de um bem da natureza extrativista aos circuitos agroalimentares internacionais. Para a compreensão do caso, destacamos a forte influência da obra de Brondízio, “*The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market*” (2008), e das produções de Costa, Fernandes e Crispim, “*Constituição, Situação e Dinâmica de Arranjos Produtivos Locais: O Caso do APL de Açaí na Região do Grão-Pará (2002 a 2010)*” (2018), e de Costa, “*Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)*” (2019). É nítido o esforço destas obras de buscar uma discussão de excelência sobre o desenvolvimento sustentável, desigualdades sociais e compreensão do ser humano com o meio ambiente.

apêndice A) guiou as entrevistas. Ademais, tivemos a oportunidade de realizar viagens anteriores ao Estado do Pará, as quais possibilitaram uma aproximação com camponeses na região do Baixo Tocantins e Breves na Ilha do Marajó<sup>27</sup>. De modo geral, houve uma interação ao longo dos últimos 3 anos com diversos atores imersos no que chamamos a partir de agora: o Complexo Agroindustrial do Açaí.

Nas próximas seções do estudo de caso, demonstraremos que o Complexo Agroindustrial do Açaí se encontra no tipo de cultivo financeiro-flexível Antecipado. Para isso, organizamos os argumentos a partir do conjunto de variáveis, as quais passam pelos seguintes eixos: complexos agroindustriais; mercado futuro; Cultivos Flexíveis; estrangeirização e mercado de terras; alimentos ultraprocessados; e políticas públicas. Antes de aprofundar cada elemento do constructo, apresentamos, brevemente, um contexto histórico.

### 3.2. Contexto Histórico

O Pará, na história da formação econômica brasileira, é considerado uma das regiões mais antigas no que tange os fluxos de mercadorias e colonização da Amazônia (COSTA, 2019). Adotamos a noção territorial do Estado do Pará para desenvolver o estudo de caso<sup>28</sup>. A cultura do Açaí acompanhou a trajetória histórica da região compondo as dietas das classes<sup>29</sup>, desde a alimentação dos povos antigos até as ocupações missionárias e coloniais, a economia da borracha, o processo de urbanização e a inserção dos produtos da Amazônia nas trocas internacionais.

---

<sup>27</sup> Em janeiro de 2018, no trabalho de conclusão da graduação, tive a oportunidade de conhecer diversos atores do Complexo Agroindustrial do Açaí por convite de uma empresa do setor. Conversamos com extrativistas, intermediários, produtores de “terra firme”, indústrias de processamento, assistentes técnicos rurais, investidores e pesquisadores(as). Observar as assimetrias entre os atores do Complexo Agroindustrial serviu de motivação para elaborar a presente pesquisa.

<sup>28</sup> O foco da produção e comercialização do Açaí é na Região do Grão-Pará, que abrange as mesorregiões do Nordeste Paraense, Região Metropolitana de Belém e Marajó, no Pará (COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018).

<sup>29</sup> O conceito ‘dieta de classes’ é desenvolvido na teoria dos regimes agroalimentares (MCMICHAEL, 2016) . Serve para analisar as mudanças institucionais em determinado regime de acumulação, por meio de uma análise da trajetória do consumo das *commodities* e dos alimentos nas classes sociais.



integração aos mercados globais. É preciso analisar as mudanças das práticas alimentares vinculada a elementos culturais que marcam os regimes de acumulação. Por exemplo, o regime agroalimentar internacional ancorado na hegemonia britânica (1870-1930) disseminou os monocultivos e produtos compostos pelo açúcar devido aos valores calóricos e energéticos e, por isso, como já dito, o açúcar também passou por uma trajetória de artigo de luxo para servir de alimentação das massas de trabalhadores urbanos (MCMICHAEL, 2016). Brondízio (2008) faz um paralelo com a trajetória do açúcar na Inglaterra, porém mostra que o Açaí não passou por um processo de flexibilização e de múltiplos usos como o primeiro, que servia de medicamento, balas calóricas e alimento. No caso do Açaí, pequenas alterações na forma de preparar e servir formam realizadas para suprir a demanda de alimentos básicos dos centros urbanos regionais, compostos por uma classe trabalhadora com baixíssima renda.

Em meados dos anos de 1990, no entanto, surgiu um novo mercado baseado de consumo de Açaí junto à incorporação de “saúde, ambientalismo e sagacidade social” (ibidem, p. 166). É assim que o produto se insere na dinâmica de exportações para outras regiões do Brasil e do mundo, pautado na narrativa de um superalimento, de propriedades nutricionais diferenciadas, de produtos de origem da Amazônia e de desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Brondízio:

“nesse caso, o gosto foi transformado dramaticamente além de qualquer semelhança com suas formas regionais de consumo para acomodar preferências de novos grupos; ao invés de gosto, nome do açaí, ícones e imagens, e sua cor característica passaram a cumprir seu valor simbólico. Nesse sentido, o gosto adquiriu novos significados para novos consumidores” (ibidem, p.166, tradução nossa).

Para Brondízio (2008), o Açaí sofrera um processo de fetichismo. Essa transformação é denominada de *Mix* de Açaí na literatura (COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018). Contudo, as regiões consumidoras do *Mix* de Açaí não o chamam por essa nomenclatura; também o chamam de Açaí ou, no máximo, de sorvete de Açaí<sup>31</sup>. Na seção sobre ultraprocessados buscamos ampliar a definição de *Mix* de Açaí. Sendo assim, focamos as análises no regime agroalimentar contemporâneo, que envolve o consumo em outras regiões do Pará, mas não deixando à parte os elementos dos arranjos produtivos locais e regionais, pois sofremos a influência de Ribeiro (2015) a partir da noção de práticas alimentares:

---

<sup>31</sup> De acordo com a definição de Costa, Fernandes e Crispim, “o *mix* de açaí consiste em uma espécie de sorvete de açaí pasteurizado e misturado com outras frutas (banana, morango, guaraná) e, às vezes, com granola, e é comercializado em potes de 500g” (2018, p. 119).

produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos, com ênfase na produção, aquisição e consumo.

O Açaí enquadra-se na expansão do comércio internacional de frutas característicos do regime agroalimentar corporativo ou neoliberal. Um dos elementos centrais dessa dinâmica comercial concerne o aumento da exportação de frutas dos países da periferia e semiperiferia do sistema-mundo com o objetivo de ‘dolarizar’ as economias nacionais e importar alimentos produzidos ou processados nos países centrais (FRIEDMANN, 1992; MCMICHAEL, 2016). O aumento da exportação de frutas e especiarias, o que chamamos de Exportações Agrícolas Não Tradicionais (EANTs), está vinculado à ascensão de corporações na coordenação dos regimes agroalimentares.

Acontecimentos históricos influenciaram a constituição das bases produtivas para inserir o fruto nas dinâmicas internacionais. Decisões governamentais, desde 1970, influenciaram a trajetória. De modo geral, a cultura do Açaí sofreu diversas mudanças desde meados de 1970 com o processo de urbanização de regiões do Pará, somado às políticas de colonização da Amazônia promovidas pelo regime militar, por meio da narrativa ilusória de “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”. Podemos atrelar tais mudanças ao Plano de Integração Nacional (PIN) no governo militar, baseado em uma visão de “modernização”, a qual a Amazônia estava incluída. Foram dois eixos estratégicos diretamente ligados à questão agrária e humana: “a disponibilidade de empréstimos financeiros estatais e privados e o incentivo da ocupação humana por meio de programas de colonização” (BRONDÍZIO, 2004, p. 11, tradução nossa). A colonização foi fortemente caracterizada por uma disputa entre Colonizadores e Caboclos (camponeses) (ibidem).

Como resultado dessa complexa trajetória histórica, constituiu-se um Complexo Agroindustrial do Açaí, o qual pode ser encontrado na literatura como ‘Arranjo Produtivo Local de Açaí na Região do Grão-Pará’, ou APL de Açaí na Região do Grão-Pará (COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018). Importante notar que esse arranjo produtivo, o qual chamamos de Complexo Agroindustrial do Açaí, é resultado de uma série de interações históricas extrativistas da região. Sendo assim, fazemos um recorte para compreender elementos dessa dinâmica contemporânea. A constituição de uma lógica industrial na cultura do Açaí carrega características regionais e externas. De acordo com Brondízio,

“essa estrutura tende a reproduzir desigualdades históricas que caracterizam a configuração sociopolítica regional que se baseia na hierarquia sociopolítica, meeiros ou arrendatários, na dependência de intermediários ou atravessadores, acesso desigual à infraestrutura e retorno econômico

diferencial. Com a expansão do mercado, novos participantes entram para aproveitar as oportunidades econômicas que estreitam a participação da maioria dos produtores locais. O discurso e as perspectivas de *marketing* sobre o açaí passam a desempenhar um papel duplo na formação da identidade de seus produtores: por um lado, reforça noções de produtores como extrativistas, indígenas e de “camponeses passivos”, enquanto, por outro lado, chama a atenção para o açaí como uma nova alternativa para desenvolvimento regional” (2008, p. 166, tradução nossa).

O quadro abaixo ajuda a compreender o argumento de Brondízio (2008):

**Quadro 2.** Fases de desenvolvimento, setores de mercado e participantes no Açaí.

	1970	1990	1995	2000
Fase de desenvolvimento	Alimento Indígena Alimento básico rural	Alimento básico Urbano	Comida da moda urbana	Industrialização
Escopo	Rural	Urbano-regional	Nacional	Internacional
Setor de Produção	Pequenos produtores Meeiros	Grandes proprietários de terra	Fazendas arrendadas Cooperativas	Fazendas Corporativas
Cadeia de Mercado	Intermediários	Agentes de mercado		Agentes corporativos
Processamento	Processamento manual ("amassadeiras")	Processamento elétrico	Processamento para exportação (Polpa congelada – adição de xaropes)	Transformação Industrial (sucos-iogurtes-suplementos)
Distribuição-varejo	Consumo familiar-doméstico	Varejo urbano	Aumento do varejo urbano	Supermercados nacionais Comércio online Mercados Internacionais

**Fonte:** Brondízio (2008, p. 173, tradução nossa).

Consideramos a passagem acima de profunda relevância para analisar o Complexo Agroindustrial do Açaí, assim como as políticas públicas e dinâmicas internacionais que reproduzem as desigualdades sociais e, neste contexto de análise, comprometem o Direito Humano à Alimentação Humana Adequada contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Portanto, por um lado, há a expansão de uma lógica de exploração da natureza e, por outro, um projeto de desenvolvimento regional que pode colocar em risco o desenvolvimento regional, econômico e social. Ademais, do ponto de vista dos mercados externos, pode difundir uma dieta nociva à saúde. Procuramos aprofundar tais questionamentos nas seções seguintes.

### 3.3. O Complexo Agroindustrial do Açaí

Consideramos relevante discorrer sobre algumas características ecológicas importantes que influenciam a ordenação deste Complexo Agroindustrial. Existem elementos do ecossistema da Amazônia que diferenciam as práticas desenvolvidas no que tange a domesticação das espécies e, dentre as inúmeras, está a agricultura nas áreas de várzea. Isto é, historicamente é uma região caracterizada pelo extrativismo vegetal, mas, com o aumento do consumo, ocorre uma transição de um extrativismo extensivo para um intensivo (ROGEZ, 2000). Há uma discussão similar – e importante – nas produções de Brondízio (2004; 2008), que entende o extrativista da Amazônia como um agricultor da floresta.

O Açaí possui safras fazendo com que os atores envolvidos no Complexo Agroindustrial trabalhem nas épocas de safra e entressafra<sup>32</sup>. Devido à lógica de safras, há um esforço por parte das empresas em buscar formas de adquirir o produto com um preço baixo durante todo o ano. Para isso, existem três principais estratégias: estoque por meio de congelamento da polpa, compra de Açaí da espécie *Euterpe precatoria Mart.*, que é natural de outras regiões da Amazônia, e incentivo à compra da produção de Açaí em “terra firme”. Todos esses elementos serão aprofundados ao longo da pesquisa porque mostram como há uma tentativa de controle do tempo por parte das indústrias, conforme discorrido no capítulo I, com os conceitos de capitais apropriacionistas e substitucionistas (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

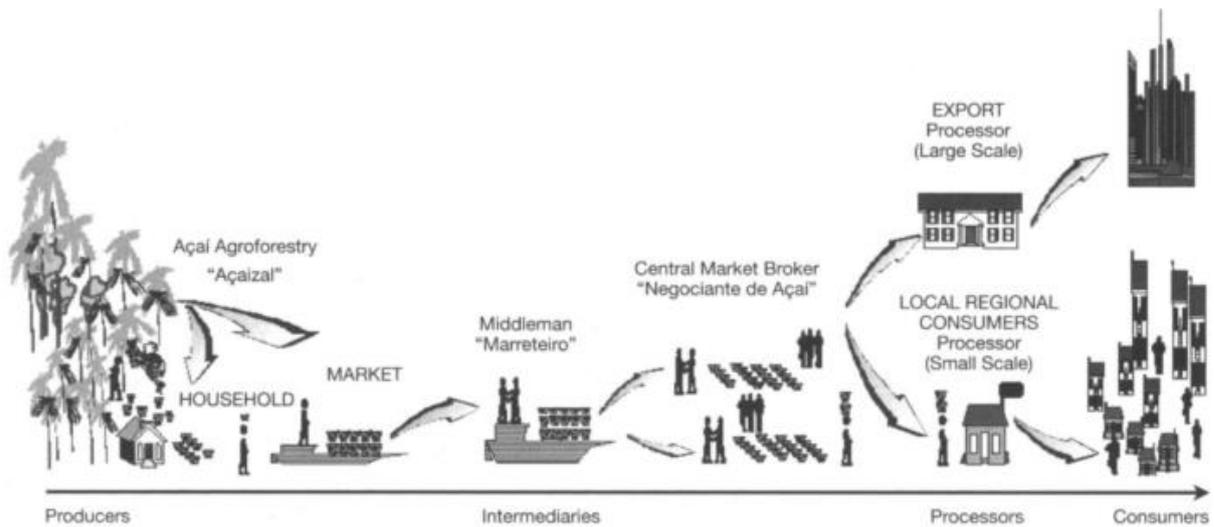
Isto posto, o foco não é aprofundar nos elementos etnográficos do Complexo Agroindustrial do Açaí devido a uma limitação de recursos, tempo e metodologia. Realizamos um recorte na expansão industrial vinculado à um regime agroalimentar coordenado pelas corporações. Existe uma série de atores que compõe o Complexo Agroindustrial do Açaí, desde animais e plantas dentro de um ecossistema baseado em um jogo de luz, sombra e nutrientes do solo, até outras espécies de animais e seres humanos. No aspecto humano, é importante registrar o conhecimento popular em volta do Açaí que carrega uma cultura milenar (BRONDÍZIO, 2008)<sup>33</sup>. Sendo assim, de forma geral, na figura abaixo há um esforço de ilustrar os principais momentos da economia, ecologia e política do Açaí no que diz

<sup>32</sup> Essa dinâmica muda de acordo com a espécie de palmeira de Açaí. Já região do Pará há uma predominância da espécie *Euterpe Oleracea Mart.*, que, de modo geral, a safra é no segundo semestre do ano. Já a espécie *Euterpe precatoria Mart.* possui uma safra no primeiro semestre e está presente na região da Amazônia ocidental, como por exemplo, no Estado do Amazonas (ROGEZ, 2000).

<sup>33</sup> Na pesquisa de Brondízio (2008), o leitor pode encontrar detalhes sobre a botânica do Açaí e suas relações com outras espécies.

respeito a sua trajetória, desde a forma de retirada da natureza até a chegada no comércio regional ou nas indústrias de larga escala.

**Figura 7.** Desenho esquemático de vias de comercialização para produtores. Dependendo da posse da terra e do transporte disponível, os produtores se envolvem em diferentes acordos com intermediários, corretores e processadores.

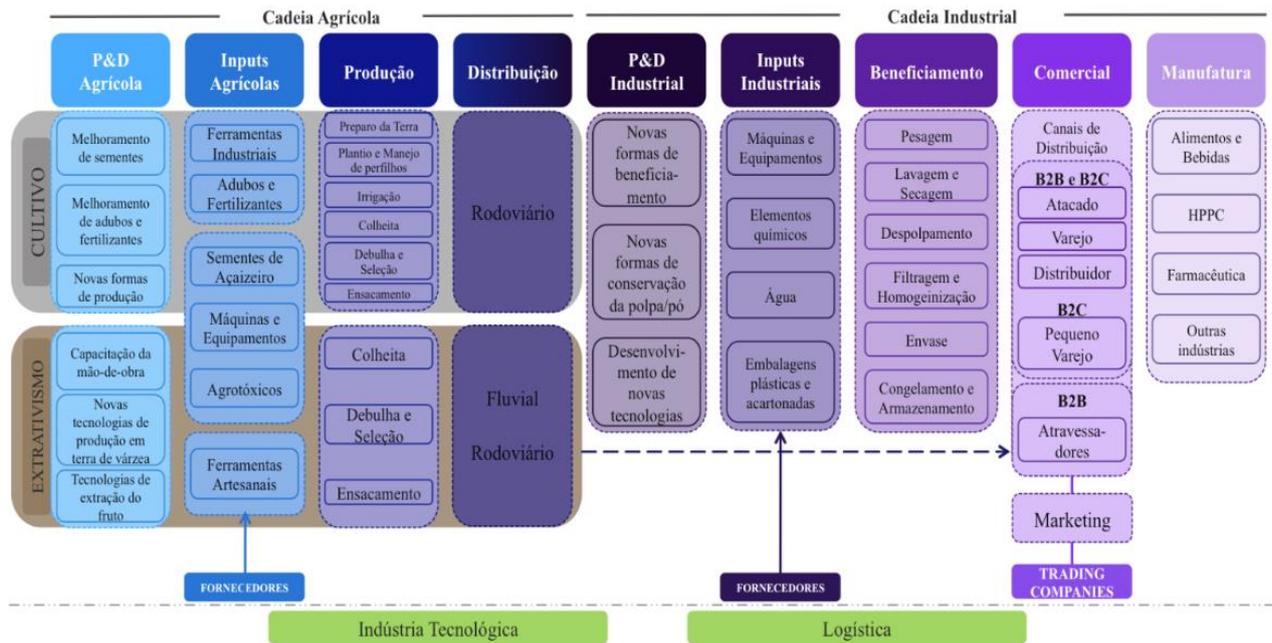


**Fonte:** Brondízio (2008, p. 205).

Pensamos a trajetória do fruto a partir de quatro eixos: produtores, intermediários, processadores e consumidores. Neste contexto, retomamos uma passagem do capítulo I, no qual destacamos que o foco de análise não diz respeito à dinâmica de preços entre os atores, mas, principalmente no processo de integração de regiões – neste caso, o Pará –, que submete os camponeses a uma dinâmica econômica internacional. Nas análises feitas por Costa, Fernandes e Crispim (2018), há a conclusão de que as empresas de grande porte cada vez mais fomentam uma cooperação na participação de feiras, capacitações técnicas e reivindicação de interesses.

A introdução de uma lógica industrial em larga escala gera uma série de alterações nos modos de vida de outros atores do complexo e nas relações com a natureza. O incentivo da produção em “terra firme” com irrigação, queda dos preços para produtores, aumento do preço para consumo local e outros fenômenos estão diretamente ligados à lógica industrial de produção voltada para exportações. A figura abaixo representa a maneira na qual as indústrias de larga escala mapeiam o complexo agroindustrial:

**Figura 8.** Estrutura Input-Output da Cadeia Global de Valor do Açaí.



**Fonte:** Coelho *et al.* (2017).

Até o momento, apresentamos um panorama do regime agroalimentar que envolve o Complexo Agroindustrial do Açaí. Do ponto de vista teórico, tomando como base outras culturas, as indústrias buscam aumentar o controle dos outros atores inseridos no complexo agroindustrial, muitas vezes por meio de estratégias de governança ou pela narrativa de desenvolvimento sustentável. Contudo, sob o prisma crítico, o conceito de governança traduz as mudanças nos arranjos institucionais e regulatórios, com o objetivo de expandir a mobilidade e, conseqüentemente, a acumulação do capital (OVERBEEK, 2010). Em outras palavras, as indústrias normalmente buscam formas de verticalizar e coordenar os diferentes atores envolvidos no complexo, por meio da interação entre diversos agentes econômicos, desde extrativistas até atores financeiros internacionais.

De acordo com Araújo, Pegler e Superti (2018), que têm como objeto de pesquisa as organizações quilombolas, no estado do Amapá ocorre um processo similar de aumento das exportações e alteração dos modos de vidas locais. Ainda assim, há um questionamento do modelo de desenvolvimento proposto no que concerne a forma em que os atores locais estão sendo inseridos nas cadeias globais de valor ou complexos agroindustriais. A discussão baseia-se a partir da governança entre uma lógica de produção local e regional *versus* um regime internacional que não integra o desenvolvimento social dos camponeses (quilombolas).

Um aspecto elementar na constituição deste complexo diz respeito à heterogeneidade das formas de produção, consumo e lógicas de mercado. A partir da profunda investigação de Brondízio (2008), torna-se possível relacionar os elementos da cultura do Açaí com a teoria das ordens alimentares (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). A teoria das ordens alimentares aponta para uma série de características que determinam as práticas, instituições e artefatos que compõe uma ordem alimentar. No caso do Açaí, todos os elementos teóricos propostos enquadram o fruto em diferentes ordens alimentares, isto é, desde uma dinâmica doméstica, pois o fruto é alimento básico das famílias paraenses; até uma ordem alimentar industrial e financeira, uma vez que indústrias e atores financeiros, cada vez mais, fazem inversões no Complexo Agroindustrial do fruto. Há uma semelhança nas abordagens ao apontar que um mesmo cultivo está inserido em diferentes ordens sociais. Queremos deixar claro que a industrialização do Açaí acontece em conjunto com outras formas de organizações sociais.

Neste contexto, buscamos evidências nas políticas públicas do Estado Pará que incentivam essa dinâmica de verticalização do Complexo Agroindustrial do Açaí. Existem dispositivos normativos estaduais voltados para o incentivo de agroindústrias no Estado, como o decreto nº 1.522/2016 - Política Industrial do Açaí, de 01 de abril de 2016, o qual tem como principal objetivo oferecer incentivos fiscais às indústrias que agreguem valor e verticalizem os processos produtivos no território do Pará. Entendemos essa política em dois aspectos: 1) oferta crédito subsidiado; e 2) isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Importante deixar claro que não necessariamente uma política industrial é negativa para o desenvolvimento regional, mas o incentivo para produção de determinadas mercadorias industriais pode criar uma série de disfunções.

Destacamos como proposta de análise o seguinte parágrafo do decreto nº 1.522/2016 - Política Industrial do Açaí, de 01 de abril de 2016:

§ 4º. “O tratamento tributário disposto no inciso II do caput só será concedido na hipótese da empresa se comprometer, no projeto apresentado à Comissão de incentivos, *produzir 3 (três) novas linhas de produtos, a partir da polpa do Açaí (mix, sorvete, barra, energético e etc...)*, e que a venda dos mesmos corresponda a no mínimo...” (PARÁ, 2016, grifo nosso).

Consideramos que o trecho acima justifica a necessidade deste estudo de caso. Ademais, mostra que a cultura do Açaí na região do Pará se enquadra no tipo de flexibilização Antecipada. Em outros termos, há um incentivo de subsídios, isenções fiscais e arranjos institucionais para aquelas indústrias que flexibilizam o fruto nos processos dentro do Complexo Agroindustrial. O público-alvo do decreto são as empresas exportadoras, uma vez

que o consumo local e regional do Açaí é minimamente processado. No capítulo II, abordamos sobre as categorias dos alimentos, por meio da classificação NOVA (MONTEIRO *et al.*, 2016), o qual enquadra *Mix* de Açaí como um alimento ultraprocessado<sup>34</sup> e, portanto, nocivo à saúde humana. Tratamos desse tema nas próximas seções do estudo de caso.

Isto posto, trazemos evidências da consolidação de um processo de flexibilização por meio das políticas públicas em conjunto com estratégias corporativas que procuram diferentes canais de escoamento e oportunidades de lucros. Em outros termos, a busca por fluidez nos investimentos. Na seção sobre a flexibilização do Açaí, discorreremos sobre a transformação do açaí para indústria de cosméticos, produção de óleos e biocombustíveis.

Durante as investigações também foi possível encontrar evidências da financeirização do Complexo Agroindustrial do Açaí. Importante lembrar que a flexibilização está diretamente atrelada à financeirização da economia política, quando atores financeiros passam a exercer influência na governança dos regimes agroalimentares (EPSTEIN, 2005; BURCH; LAWRENCE, 2009; CLAPP, 2016; entre outros). O Açaí, todavia, pode ser caracterizado como Antecipado. O processo de Fusões e Aquisições (F&A) da maior indústria brasileira de processamento, a Frooty, corrobora com a hipótese de que existem elementos da financeirização em processo de expansão.

### 3.4. Mercado Futuro

Não apontamos que o processo de industrialização do Açaí seja algo negativo para o desenvolvimento regional do Pará. Uma análise a partir da literatura dos estudos críticos agrários permite elucidar alguns desdobramentos de ações públicas e estratégias corporativas que possibilitam clarear possíveis fenômenos em expansão (McMICHAEL, 2016; CLAPP, 2016). No caso do processo de financeirização das culturas e *commodities* agrícolas, o Açaí não é considerado uma cultura financeirizada do ponto de vista convencional. Em outras palavras, o preço do fruto não é indexado e determinado nas bolsas de valores; os preços são definidos diariamente. Durante as entrevistas, diversos atores empresariais e técnicos do governo apontaram que não consideram o Açaí uma *commodity* (consultar entrevistados no apêndice B).

---

<sup>34</sup> Este grupo é constituído por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Com frequência, esses ingredientes incluem substâncias e aditivos usados na fabricação de alimentos processados como açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes (MONTEIRO *et al.*, 2016).

Conforme discorremos no capítulo II, a noção de *commodity* financeira e financeirização depende do posicionamento teórico do(a) pesquisador(a). Por um lado, se consideramos uma *commodity* financeira apenas aquelas que estão indexadas nas bolsas de valores, de fato o Açaí não se enquadra. Ademais, se também consideramos o processo de financeirização apenas quando o capital financeiro se sobrepõe ao capital produtivo, o Açaí também não passa pelo processo de financeirização.

Por outro lado, se consideramos uma *commodity* financeirizada aquela que serve ao interesse de complexos agroindustriais coordenados por atores financeiros (nacionais e internacionais), alinhado com a definição de Epstein (2005, p. 3), e que o processo de flexibilização da agricultura industrial está vinculado à ascensão de um espírito do setor financeiro com o objetivo de buscar liquidez dos investimentos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2016), torna-se possível apontar evidências empíricas e teóricas que enquadram o Açaí no estágio antecipado de financeirização.

Cabe notar, entretanto, que de acordo com Brondízio, “a combinação de um mercado regional sólido (como item básico) e um mercado externo emergente e indústrias de transformação (como moda) está subjacente a uma estrutura socioeconômica cada vez mais complexa, atualmente em vigor” (2008, p. 190, tradução nossa). Isso significa que o nosso objeto de análise está sujeito a inúmeras interpretações por ser complexo, não havendo um consenso sobre a financeirização do Complexo Agroindustrial do Açaí. Porém, consideramos uma discussão relevante no que tange o desenvolvimento regional da Amazônia e da agricultura sob um prisma amplo frente à expansão dos interesses financeiros na região e no setor. Neste sentido,

“...a intensificação da economia do açaí nos últimos 30 anos criou uma estrutura socioeconômica complexa, fortemente baseada na posse da terra e no acesso à infraestrutura (processamento e transporte) e ao mercado. Apesar da participação geral das populações ribeirinhas na gestão e comercialização do açaí, alguns aspectos significativos diferenciam os produtores em relação à propriedade de recursos, liberdade de tomada de decisões agrícolas e de *marketing* e controle sobre a comercialização. Além disso, o surgimento de um setor de exportação e indústrias de transformação criou novas esferas na cadeia de *commodities*, onde os produtores estão ausentes. A falta de infraestrutura e suporte para processamento e comercialização restringe o produtor ao lado da oferta, limitando assim o acesso ao valor agregado potencial gerado por um novo consumo” (BRONDÍZIO, p. 191, tradução nossa).

Esse novo consumo de produtos ultraprocessados derivados do Açaí cada vez mais é controlado por indústrias de maior porte. Surgem formas de governança do complexo ao

oferecer às cooperativas ou aos camponeses individuais materiais de segurança, equipamentos sociais nas comunidades (escolas, ambientes de lazer e instrumentos de trabalho), como também buscam comprar em volumes para diminuir o preço final da aquisição. O projeto de agroindustrialização do Açaí está voltado para os mercados externos.

Normalmente, a economia industrial em ascensão atrai o interesse de atores financeiros (CLAPP, 2016; BURCH; LAWRENCE, 2009). Além disso, existem inúmeras práticas de uma cultura financeira que possibilita transformar empresas e matérias-primas de complexos agroindustriais em ativos especulativos. No caso do Açaí, é importante distinguir o incentivo à industrialização por meio de crédito (público ou privado) em comparação aos instrumentos financeiros, como por exemplo, as Fusões e Aquisições (F&A).

O aumento da disponibilidade de crédito não necessariamente significa a financeirização da economia política. De acordo com Costa, Fernandes e Crispim (2018), as instituições de fomento (crédito) no arranjo produtivo do Açaí no Pará não atendem às necessidades das empresas, fazendo com que aumente uma dependência e hierarquização das relações entre os atores econômicos. Em outras palavras, a escassez de crédito para as empresas do setor faz com que estas busquem outros canais de investimentos. As empresas dentro do Complexo Agroindustrial do Açaí não possuem ações nas bolsas de valores e, por isso, o financiamento depende diretamente do acesso às linhas de crédito ou de instituições financeiras informais.

Diferentemente de *commodities* tradicionais cujos complexos agroindustriais, no Brasil, são dominados por atores gigantes, o Complexo Agroindustrial do Açaí é caracterizado por uma série de pequenos, médios e grandes atores (BRONDÍZIO, 2008). Neste contexto, surgem novas movimentações financeiras no complexo agroindustrial que merecem destaque. Isto é, quando a maior empresa processadora do país é alvo de atores financeiros através de um processo de Fusão & Aquisição (F&A), entendemos que há uma nova dinâmica a ser mapeada. O caso da empresa Frooty, a partir das entrevistas de campo, serve como exemplo para compreender as dinâmicas contemporâneas do Complexo Agroindustrial do Açaí e de outras culturas de Exportação Agrícolas Não Tradicionais (EANTs).

Conforme discorrido no capítulo I, as empresas de *Private Equity* são atores que acumularam influência nos regimes agroalimentares desde 1980, com a difusão da cultura neoliberal mundo afora. Outros atores financeiros também cumprem uma função importante nos regimes agroalimentares contemporâneos, como por exemplo os fundos de pensão, fundos soberanos, *Hedge Funds*, supermercados, corretoras e bolsas de valores (BURCH;

LAWRENCE, 2009). Neste caso, destacamos a empresa de *Private Equity* que, de acordo com Schmidt (2016), representa um dos agentes mais importantes do regime de financeirização ao aumentar o endividamento das empresas por meio de F&A e contribuem com a concentração de diversos setores da economia, em especial o setor de alimentos (analisar a discussão teórica na seção 1.1.). Essa é a evidência concreta de que é possível analisar a economia do Açaí a partir do regime agroalimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016).

A empresa Frooty, fundada em 1994, do ponto de vista empírico, possui um controle em nível nacional de pontos de venda em cooperação com supermercados (entrevista 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 – consultar apêndice B). Originalmente, é uma empresa que surgiu no Estado de São Paulo e expandiu as suas operações para outras regiões do país. Utilizá-la como ponto de reflexão permite compreender como o processo de financeirização pode ser expandido para outras culturas que não estão indexadas nas bolsas de valores. Sendo assim, o mercado da Frooty é basicamente a produção e comercialização de *Mix* de Açaí. Relatos nas entrevistas sugerem que a empresa é a criadora do produto, ao misturar sorvete com creme de Açaí nos anos de 1990. Paralelamente, com auxílio dos meios de comunicação, novelas e propagandas, foram difundindo uma nova forma de consumo pautada em estratégias de *marketing* (informações coletadas com entrevistados 1,2,4, 5 e 8 – consultar apêndice B).

Recentemente, a empresa foi adquirida por um dos maiores fundos de investimentos do país, o Pátria Investimentos (informações coletadas com entrevistado 1 e revisão de reportagens especializadas, apresentadas em seguida). Empresas do setor agroalimentar são alvo de diversos fundos concentrados, principalmente na região sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Em reportagem da Revista Valor Econômico (publicada no dia 12/12/2018), está evidente o interesse de atores financeiros na indústria do Açaí:

“O Pátria Investimentos também colocou a fabricante de produtos a base de açaí Frooty à venda e espera levantar cerca de R\$ 250 milhões. A gestora tem outras duas operações que pretende desinvestir, conforme dois executivos. Uma delas é o grupo de medicina diagnóstica listado em bolsa Alliar, que pode ter uma oferta subsequente (“follow-on”) ou ser negociado diretamente com um novo controlador. Outro negócio é a venda parcial de ações do grupo de academias de ginásticas Smart Fit, em bolsa” (VALOR ECONÔMICO, 2018).

O que chama a atenção é o fato do controlador da maior indústria nacional de processamento de Açaí também possuir a propriedade de empresas do setor médico, academias, entre outros. Isso mostra apenas o interesse financeiro em extrair lucro dessas

operações. Outro aspecto de extrema relevância concerne à gestão de recursos do Pátria Investimentos, que possui uma cooperação estratégica com o *Blackstone Group* na América Latina. Sediado em Nova Iorque, é considerada uma das maiores firmas de *Private Equity* em nível internacional, com operações mundo afora. Isso mostra como existe uma relação entre camponeses imersos na cultura do Açaí com o mercado financeiro internacional, dinâmica característica de um regime agroalimentar corporativo.

Ainda assim, encontramos outras publicações que embasam o argumento proposto. Em notícia da Thomson Reuters (publicada no dia 07/12/2016) – agência de notícias britânica influente no mercado financeiro –, existem outras informações relacionadas à empresa Frooty e o portfólio de investimentos do Pátria:

“o Pátria detém participação em empresas de alimentos (AC Café, Açaí Frooty, DFS), na rede de academias Bio Ritmo, e no ramo de saúde, com a farmacêutica Elfa e a na rede de diagnósticos oftalmológicos Eye Clinics... o Pátria passou a considerar investir em setores de infraestrutura regulados, como concessões nas áreas de energia e infraestrutura, após a mudança estrutural no modelo de concessões no país, saindo de um desenho fortemente apoiado em subsídios do BNDES e taxa de retorno tabelada, para outro baseado em maior racionalidade financeira... o Pátria avalia inclusive a possibilidade de adquirir participações de negócios de empresas de infraestrutura que foram atingidas pela operação Lava Jato” (THOMSON REUTERS, 2016).

Como dito anteriormente, o regime agroalimentar corporativo, desde os anos de 1980, é caracterizado pela redução da capacidade de investimento público e crescimento de atores financeiros privados na coordenação dos investimentos em infraestrutura (MCMICHAEL, 2016; CLAPP, 2016; BURCH; LAWRENCE, 2009, entre outros)<sup>35</sup>.

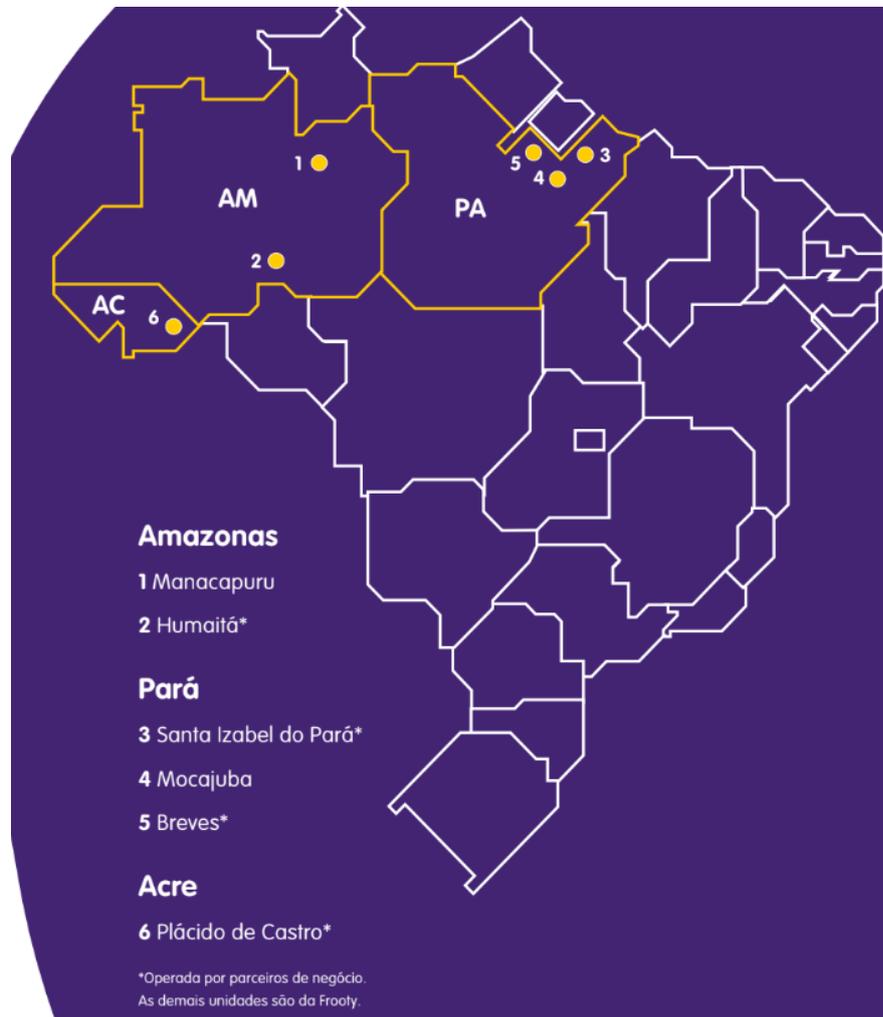
Neste contexto, o processo de F&A da empresa Frooty resultou em algumas mudanças concretas do Complexo Agroindustrial. Destacamos os principais reflexos: aumento do número de fábricas de processamento (por meio da aquisição de fábricas locais e abertura de plantas); compra de marcas concorrentes; novas estratégias de comercialização e pontos de venda em outras regiões do Brasil; investimentos em transformações do fruto; incentivo à produção de Açaí em “terra firme”; e investimentos em *marketing* relacionado à

---

<sup>35</sup> Devido às limitações de recursos e tempo, não adentramos na discussão da redução dos investimentos públicos a partir do primeiro governo da Presidente Dilma Rousseff e, posteriormente, somado ao golpe parlamentar vivenciado no Brasil a partir de sua queda em 2016, acontecimentos que estão inseridos no avanço da agenda neoliberal e de um modelo econômico neoextrativista para os países do sul global. De fato, existem países da periferia do sistema-mundo que resistem à essa nova rodada do neoliberalismo. Outra limitação diz respeito à falta de uma análise do regime agroalimentar corporativo por meio do discurso da racionalidade econômica.

sustentabilidade da Amazônia. No relatório de sustentabilidade da empresa, algumas passagens apontam nessa direção, com destaque ao esforço de verticalizar a cadeia produtiva. Na imagem abaixo, estão as unidades fabris que a empresa é proprietária ou que coopera por meios de estratégias corporativas de governança:

**Figura 9.** Fábricas da Empresa Frooty.



**Fonte:** Frooty (2017), retirado do relatório de sustentabilidade da empresa.

Uma questão importante diz respeito à expansão das operações em diferentes regiões da Amazônia. No estudo de campo nos deparamos com o argumento de que a empresa buscou fábricas em outras regiões (Amazonas e Acre) devido às safras. Isto é, no Pará – e na Amazônia oriental em geral – há uma predominância da espécie *Euterpe Oleracea Mart.*, a qual possui a safra no segundo semestre do ano, enquanto a espécie *Euterpe Precatoria Mart.*, presente na Amazônia ocidental, possui uma safra no primeiro semestre do ano. Assim, a empresa consegue comprar com o preço de safra durante todo o ano, além de acumular

estoques ao congelar as polpas. Nas embalagens dos produtos da Frooty, a empresa informa que o *Mix* de Açaí é produzido com frutos de diferentes regiões da Amazônia, podendo sofrer pequenas alterações de sabor e cor ao longo do ano.

A abertura ou compra de plantas fabris coincide com a necessidade de aumentar a produção com o objetivo de tornar a empresa passível de ser vendida a uma transnacional ou abrir ações na bolsa de valores, práticas recorrentes após uma empresa passar pelo processo de F&A. Além disso, essas movimentações financeiras são caracterizadas por uma injeção de altos volumes de capital, surgindo o risco de alta ou queda de preços caso os atores financeiros decidam retirar os investimentos.

Antes de discorrer sobre as outras mudanças quando uma empresa está sob o controle de uma firma de *Private Equity*, procuramos apontar um eixo relevante sobre o processo de congelamento de polpas. Durante a pesquisa de campo, diversos atores afirmaram que o Açaí não é uma *commodity*, pois não é produzido em larga escala, não possui parâmetros e *standards* e existe uma variação de preços diários (entrevistados 1, 2 e 3 – consultar apêndice B). Contudo, existem certificações internacionais exigidas para a exportação. De fato, o Açaí não possui uma característica de *commodity* negociada em bolsas de valores internacionais, como a soja, milho, óleo de palma e açúcar. Entretanto, se partirmos do exemplo da polpa do suco de laranja concentrado congelado, que atualmente é indexado às bolsas internacionais como a de Chicago, não é exagero inferir que a polpa de Açaí possui alguns parâmetros para tornar-se uma *commodity* negociada em bolsas de valores. Esse é uma evidência concreta quando apontamos que a noção de *commodity* agrícola se transforma de acordo com os regimes de acumulação e avanços materiais e tecnológicos. Neste sentido,

“Os maiores produtores de suco de laranja são: Brasil, EUA, União Europeia, China e México. 85% do mercado mundial é dividido entre a Flórida e São Paulo. Enquanto o Brasil exporta 99% de sua produção, 90% da produção da Flórida é consumida nos EUA. O suco de laranja é comercializado na forma de suco de laranja concentrado congelado para reduzir o volume utilizado” (TRADING ECONOMICS, 2020, tradução nossa)<sup>36</sup>.

De acordo com os tipos da financeirização-flexibilização, entendemos que o Açaí não está em um estágio avançado (Real), como o suco de laranja. Mas do ponto de vista de características físicas, a polpa de Açaí congelada é considerada uma *commodity* que no futuro pode ser negociada em bolsas de valores. Sendo assim, o aumento da demanda e

<sup>36</sup> Disponível em: <https://tradingeconomics.com/commodity/orange-juice>.

transformação do Açaí – principalmente em polpa, mas também em outros produtos (óleos e pó) – está atrelado às mudanças no uso da terra, assim como na expansão da plantação de Açaí em “terra firme” e no uso intensivo de irrigação. Trataremos esse tema na seção sobre mercado de terras. Além disso, na seção seguinte, sobre a flexibilização, mostraremos as mudanças genéticas feitas pela EMBRAPA na semente do Açaí com o objetivo de produzi-lo na lógica de monocultivo (*plantation*). De modo geral, queremos deixar claro que estão sendo constituídas bases materiais e lógicas para a flexibilização do Açaí e, conseqüentemente, intensificar a dependência das exportações (mercados nacionais e internacionais).

Por fim, ao longo do estudo de campo e revisão de materiais, descobrimos empresas que recebem incentivos para criar inovações no Complexo Agroindustrial do Açaí. No que tange a rastreabilidade da matéria-prima por meio da tecnologia de *Blockchain*, há um interesse dos atores econômicos em buscar formas de antecipação de safras por meio de contratos de antecipação, ou popularmente “adiantamento”. Para isso, precisam de um maior controle de preços. Contudo, são iniciativas incipientes na economia do açaí, as quais devem ser investigadas com maior profundidade científica.

### 3.5. Cultivos Flexíveis

Como dito anteriormente, o processo de flexibilização da agricultura possui uma ligação direta com a financeirização da economia política mundial. Desde a crise econômica de 2007-2008, uma série de atores e elites concentraram uma parcela vultuosa de capital. Com isso, surgiu uma movimentação na economia internacional pelo aumento de investimentos de alto risco em empresas de tecnologia da informação (*startups*), mas outros setores também foram alvo de investimentos, como no caso da agricultura.

De fato, o espírito da flexibilização dos cultivos agrícolas não é característico do século XXI. Desde a descoberta do fogo e evolução das técnicas, tornou-se possível manejar as espécies e transformá-las para atender diferentes necessidades humanas. Na revisão da literatura encontramos formas de uso do Açaí em outros períodos históricos. Do ponto de vista do campesinato (comunidades tradicionais), o Açaí era utilizado para alimentação, medicamentos, combate à malária, picada de cobra e construção de casas (FONTE, 2015). Já do ponto de vista industrial, na década de 1960, há registros de seu uso como combustível por meio de carvão, uma vez que as ‘caldeiras’ eram bastante utilizadas na região do Pará para produção de energia. O caroço do Açaí também era usado para fabricação de tijolos em

olarias, isso no contexto de urbanização da região, sendo que ainda hoje algumas regiões utilizam o fruto e o caroço para os mesmos fins. No entanto, não houve um uso extensivo e intensivo além do fruto e do palmito (CALZACARA, 1972; HIRAOKA, 1994 *apud* BRONDÍZIO, 2008). Entretanto, o que queremos destacar é que o fenômeno da flexibilização da agricultura no século XXI vincula-se a uma busca de investidores financeiros por fluidez dos investimentos. Tomamos como exemplo o caso da soja: se o preço para indústria de combustíveis estiver mais atrativo do que a industrial alimentar, o investidor irá vender para a indústria de combustíveis, e vice-versa. Quanto maior for a diversificação das formas de escoamento, maiores serão as inversões financeiras no cultivo (CLAPP, 2016; BORRAS JR *et al.*, 2016; REYES; SANDWELL, 2018).

No caso do Açaí, não é correto afirmar que o cultivo se encontra no estágio real de flexibilização. Todavia, a maior parte da produção é para atender o consumo regional e, em seguida, a indústria alimentar de outras regiões do Brasil e do mundo. Neste momento, mostra-se necessário fazer um comentário relevante: há uma extrema dificuldade em quantificar as transações do Complexo Agroindustrial do Açaí, mas também é importante buscar esses dados para posicionar uma leitura macroestrutural sobre o tema investigado. Sendo assim,

“A falta de dados estatísticos da coleta extrativa, de áreas manejadas e de plantios em terra firme (com e sem irrigação), torna difícil estimar a real produção de frutos de açaí... Com base nos dados para 2014 estima-se em 50 mil toneladas de polpa comercializados para outros estados, 5 mil a 6 mil toneladas são exportadas para 31 países, com dominância dos Estados Unidos e Japão. A exportação interestadual se concentra para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que respondem por 68,2% de todo o volume comercializado. Apresenta-se dificuldade para se estimar o real consumo da população residente no Estado do Pará. Especula-se que 8 a 10% da produção correspondente de polpa é exportado para outros países, 30% para exportação interestadual e 60% é consumido no Estado do Pará” (TAVARES; HOMMA, 2015, p. 12).

No âmbito dos mercados nacionais e internacionais, sabemos que existem indústrias multinacionais do setor de cosméticos que realizam a aquisição de Açaí para a fabricação de produtos de beleza (*shampoos*, cremes e sabonetes), como por exemplo, a empresa Natura com a linha *Ekos*<sup>37</sup>. Importante registrar que a empresa possui uma fábrica de grande porte no

---

<sup>37</sup> Uma evidência elementar no que diz respeito ao fomento da flexibilização do Açaí é o decreto nº 1.522/2016 - Política Industrial do Açaí, de 01 de abril de 2016, que isenta de ICMS e oferta linhas de crédito subsidiados para as indústrias que desenvolverem, pelo menos, três produtos a partir da matéria-prima. Ao final do estudo de caso, na seção das políticas públicas, aprofundamos essa discussão.

município de Benevides/PA, apenas para o processamento de matérias-primas da floresta Amazônica, conhecida como Ecoparque Natura - Cosméticos. Não encontramos dados quantitativos sobre a destinação do Açaí por setor, mas a partir das entrevistas que realizamos, é forte a percepção de que a indústria de cosméticos é a segunda maior indústria compradora de Açaí.

Na atualidade, o principal foco de transformação do fruto para além do consumo regional *minimamente processado* (apenas batido com água) é na fabricação de diversas linhas de *Mix*, energéticos e sucos. Produtos que são voltados para mercados consumidores externos à região do Pará. Ainda assim, surgem outras formas de extração e transformação do Açaí. Neste contexto,

“A produção de açaí liofilizado apresenta-se como um horizonte observado com interesse, uma vez que a liofilização do açaí é de enorme eficiência, tanto pela preservação dos nutrientes da fruta quanto pela otimização do custo de estocagem do produto. Ademais, o açaí em pó guarda uma grande versatilidade, podendo compor bebidas energéticas, iogurtes, barras de cereais, sorvetes, *milk shakes*, produtos cosméticos etc., assim como cápsulas de suplemento alimentar” (COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018, p.119)<sup>38</sup>.

Interessante notar o esforço pela redução do custo de estocagem, ao não utilizar diretamente a polpa do fruto congelada. O Açaí em pó compõe o portfólio das grandes indústrias de processamento com clientes nacionais e estrangeiros. Ademais, o pó serve de insumo para outras indústrias, como por exemplo a de cosméticos e a médica. Outra forma de transformação e extração do Açaí diz respeito ao óleo, uma matéria-prima que todavia gera controvérsia entre os atores envolvidos na economia do Açaí.

O óleo de Açaí é uma extração recente do ponto de vista industrial que serve, principalmente, para a indústria farmacêutica e de cosméticos. Um dos principais elementos de interesse no fruto concerne às antocianinas e antioxidantes naturais, que agem contra o envelhecimento. A extração do óleo é um processo financeiramente elevado, como também o aproveitamento é baixo. Por mais que o óleo seja financeiramente atrativo para indústrias médicas e de cosméticos, ainda é um processo caro, pois o óleo representa uma parcela mínima do fruto. É preciso extrair em grandes quantidades para obter bons rendimentos.

---

<sup>38</sup> De modo geral, o processo de liofilização consiste na desidratação da matéria-prima com o objetivo de congelá-la à vácuo e, conseqüentemente, aumentar o período de estocagem. É uma técnica bastante utilizada no comércio de frutas.

Investigações desenvolvidas pelo Laboratório de Óleos da Amazônia (LOA) buscam aprofundar as formas de extração e aproveitamento do óleo de Açaí.

Neste sentido, um questionamento que surgiu durante o estudo de campo diz respeito ao uso do óleo para a fabricação de biocombustíveis. De fato, o óleo de Açaí serve para a fabricação de biocombustíveis. Entretanto, do ponto de vista econômico não é viável atualmente, pois o custo de extração do óleo é alto comparado com o custo de transformar outros cultivos em biocombustíveis (cana-de-açúcar, soja, milho e palma). Por outro lado, surgiu uma discussão que consideramos de extrema importância para a pesquisa: a transformação do caroço de açaí em biocombustível. Essa é considerada uma temática relevante levantada pelo Laboratório de Óleos da Amazônia (LOA), porque o caroço de Açaí representa um problema de saúde pública no Pará e, principalmente, nos centros urbanos. Os caroços são deixados nas ruas das cidades e isso atrai, e desenvolve, uma série de doenças e acúmulo de lixo orgânico na cidade.

A transformação de biomassa (caroço de Açaí) em biocombustíveis parece estar no centro de um debate contemporâneo na comunidade científica. Durante o estudo de campo tratamos o tema com especialistas da área, os quais comparam com o caso da cana-de-açúcar no Brasil. A produção do etanol foi incentivada por políticas públicas e atendeu a interesses financeiros de investidores e produtores, ou seja, a consolidação de dois grandes canais de escoamento da produção (alimentos e energia). Com a evolução da tecnologia, o etanol pode ser feito a partir do bagaço da cana-de-açúcar, fazendo com que aumente a produção e haja redução do desperdício. Ao trazer para o caso do Açaí, os pesquisadores buscam transformar o caroço de Açaí em álcool, uma modificação que já é viável em laboratórios científicos (temas discutidos com entrevistados 7 – consultar apêndice B).

No campo dos regimes agroalimentares, podemos considerar esse exemplo elementar para compreender as relações de risco entre soberania e segurança alimentar e a produção de biocombustíveis. De modo geral, é possível analisar essas dinâmicas em dois pontos de vistas: 1) o dualismo entre atender a indústria alimentar ou combustíveis, tendo em vista a liquidez dos investimentos; e, 2) por outro lado, utilizar apenas os resíduos sólidos do complexo agroindustrial para suprir a indústria de biocombustíveis a partir da transformação de biomassa. Esse é um questionamento importante porque, como vimos no capítulo I e II, a especulação financeira com alimentos é capaz de gerar crises de fome em diferentes partes do mundo, com o aumento do preço (inflação) dos alimentos.

Tomando como exemplo o Complexo Agroindustrial do Açaí, à primeira vista, o setor de biocombustíveis não seria um risco à soberania e segurança alimentar, pois o custo de

transformar o Açaí em óleo e depois em combustível é elevado, como também o caroço (resíduo sólido) é jogado fora, ou utilizado como carvão, após a extração do alimento. Sendo assim, a economia do Açaí para geração de biocombustíveis é um exemplo interessante no campo da bioeconomia e economia circular, pois apenas os resíduos sólidos do complexo agroindustrial seriam utilizados para produção de biocombustíveis. Os riscos da flexibilização do Açaí estão na indústria de alimentos ultraprocessados (*Mix de Açaí*), farmacêutica e de cosméticos, se partirmos da segurança alimentar das populações do Pará. Sendo assim, a flexibilização intensa do Açaí pode gerar (ou gera?) crises alimentares para as populações locais e regionais, principalmente com o aumento dos preços e dificuldade de aquisição? Esse exemplo empírico provoca uma discussão sobre a necessidade de regulações e proposição de diretrizes na flexibilização dos cultivos a nível das políticas públicas.

Do ponto de vista teórico, existem categorias que abordam as relações entre a produção de biocombustíveis com a de alimentos: os biocombustíveis de primeira à quarta geração. Com os avanços tecnológicos na botânica e biotecnologia, há um esforço da comunidade científica em descobrir diferentes tipos de bioconversão para consolidação de uma sociedade pós-petróleo. Para isso, é realizada a transformação de biomassa em combustíveis (DUTTA; DAVEREY; LIN, 2014).

O grupo de biocombustíveis de primeira geração são aqueles que possuem o dilema entre produzir combustível ou alimentos. No caso do milho e da canola, por exemplo, há uma ligação direta com o preço dos alimentos, assim como o óleo de palma, além de ser uma ameaça à biodiversidade (por conta do desmatamento). Os de segunda geração não possuem esse dilema do impacto no preço dos alimentos, pois são transformados em biocombustíveis apenas os resíduos do processo industrial. Isto é, as tecnologias existentes podem transformar a biomassa (hoje considerada um resíduo) em combustível ou gás. Já os combustíveis de terceira geração são aqueles que representam as ‘colheitas projetas’, quando a planta já sofre uma série de mudanças genéticas para produzir biomassa. Por fim, a quarta geração, que ainda está em processo de consolidação, são aquelas plantações que passam por mutações genéticas com o objetivo de captar mais carbono da atmosfera e, com técnicas da segunda geração, transformar esses cultivos em combustíveis, baseado na narrativa de combater a mudança climática (DUTTA; DAVEREY; LIN, 2014). De acordo com as entrevistas de campo, o caroço de Açaí está próximo de um biocombustível de segunda geração ao possuir os elementos que permitem transformá-lo em álcool ou biocombustível.

Na realidade brasileira, um programa elementar a ser investigado do ponto de vista do ciclo de políticas pública (formulação, implementação e avaliação) é o Programa Nacional de

Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), aprovado no ano de 2004. Esse programa multidimensional propõe uma série de ações públicas para incentivar a produção de biodiesel em território nacional tendo em vista as particularidades regionais. Ademais, propõe um selo de combustível social àqueles produtores que seguem as diretrizes propostas na lei (ferramenta de fomento à inserção do agricultor familiar no mercado do biodiesel). A partir do estudo de caso sobre o Açaí, surgem novas perguntas que se aplicam em outras culturas: qual é o impacto do incentivo à produção de biodiesel na segurança alimentar e preço dos alimentos e dos camponeses agricultores familiares? O camponês prioriza a indústria de combustíveis em detrimento à alimentar? Esses questionamentos ultrapassam uma preocupação apenas no caso do Açaí. É possível encontrar evidências e objetos de pesquisa em outras culturas no Brasil: eucalipto, girassol, canola, babaçu, dendê e sebo bovino (elementos coletados na entrevista 7 com especialistas, consultar apêndice B).

Até o momento, procuramos apresentar as diferentes formas de flexibilização do Açaí, as discussões sobre os bicomcombustíveis no regime agroalimentar contemporâneo e os incentivos das políticas públicas para essas transformações ocorrerem. O Complexo Agroindustrial do Açaí não se encontra no estágio real (Avançado) de flexibilização. Contudo, existem bases materiais e lógicas que apontam para a expansão deste fenômeno na cultura, principalmente no que diz respeito à produção de *Mix*, liofilização e produtos alimentares ultraprocessados para atender mercados externos.

Além disso, existem setores da comunidade científica e empresarial que buscam fomentar a flexibilização do Açaí. Não necessariamente a diversificação que uma empresa pode fazer, como aponta Rogez (2000), é algo negativo.

O mesmo argumento adequa-se às pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA no que concerne à mutação genética das sementes, pautado na justificativa de aumentar a produção de Açaí irrigado. No final de 2019, foi lançado um novo cultivar “BRS Pai d’Égua - Cultivar de açazeiro irrigado de terra firme”. Não necessariamente a transformação genética de sementes causa externalidades negativas, depende do contexto e arranjos institucionais de fomento. No caso do Açaí, a justificativa apresentada diz respeito à produção do fruto na época de entressafra devido a uma questão de volatilidade de preço.

Por outro lado, existem outras tecnologias, como o congelamento e liofilização, que permitem a estocagem da matéria-prima e oferta do produto ao longo do ano. Não é preciso fomentar uma lógica de produção em “terra firme”, a qual permite criar bases materiais para o monocultivo, uma vez que existem outras tecnologias que aumentam a produtividade, rentabilidade e bem-estar social-ecológico, como por exemplo os sistemas agroflorestais. A

revolução verde com influência da EMBRAPA gerou desenvolvimento sustentável ao Brasil ou a intensificação dos monocultivos? Discorremos sobre os sistemas agroflorestais ao final da pesquisa, um modo de produção elementar para o desenvolvimento no século XXI.

### 3.6. Mercado e Estrangeirização de Terras

O incentivo à produção de Açaí em “terra firme” (com alta irrigação e mutação genética das sementes) desperta uma corrida por terras? Quer dizer, haveria um aumento da demanda por terras capazes de produzir o Açaí em condições diferentes daquela extrativistas em matas e igarapés? Devido à falta de informações disponíveis, não conseguimos aprofundar essa análise do ponto de vista estatístico e quantitativo, mas, por outro lado, coletamos algumas informações importantes de serem registradas.

O incentivo à produção de Açaí em “terra firme” teve início no século XXI, mas ainda é um fenômeno em fase de consolidação. Entendemos que o interesse de produzir o Açaí em “terra firme” atende, principalmente, a uma demanda industrial de processamento. Apenas para elucidar as dimensões e dificuldades de investigar a realidade fundiária do Estado do Pará, dentro da Amazônia Legal é conhecida por ser a região com maiores conflitos por grilagem de terras. São “495 milhões de hectares irregularmente registrados, ou seja, uma área quatro vezes superior à própria área total do estado (TRECCANI, 2017 *apud* NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 147). Sendo assim, antes de adentrar nesta seção da pesquisa, procuramos esclarecer o que entendemos por mercado e estrangeirização de terras. De acordo com Clapp (2016), o regime agroalimentar corporativo do século XXI é resultado de uma interação entre a financeirização das *commodities*, investimento em biocombustíveis e estrangeirização de terras.

Na literatura nacional e internacional, o fenômeno da estrangeirização de terras também é chamado de *Acaparamiento de tierras*, *Land grabbing* e Aquisição internacional de terras. O termo utilizado depende do prisma teórico, ou seja, estrangeirização de terra ou *Acaparamiento de tierras*, por exemplo, possui um significado crítico, enquanto em Aquisição de terras há um alinhamento com as instituições formais e corporações. De acordo com Leite e Lima (2016), trata-se de um fenômeno de nível global, multifacetado e heterogêneo, o que dificulta a sua interpretação e gera diferentes análises e propostas de governança. De modo geral, o conceito de estrangeirização remete à influência de atores estatais, privados, investidores estrangeiros, entre outros, no controle de terras e,

consequentemente, na alteração de sua função tradicional (CLEMENTS; FERNANDES, 2013; *apud* LEITE; LIMA, 2016). Esse fenômeno possui elementos devastadores, como a expulsão de camponeses, comunidades tradicionais e pequenos agricultores da terra (SASSEN, 2016).

Existem diversos contratos que intermediam esse tipo de troca, como por exemplo a compra, o aluguel ou arrendamento, o empréstimo e cessão. A questão central é esclarecer que além de produzir uma série de impactos na organização social de certos grupos tradicionais, também causa insegurança alimentar e aumenta as desigualdades sociais, principalmente pelo fato de concentrar largas porções de terra e alterar estruturas produtivas locais (DE SCHUTTER, 2011; LEITE; LIMA, 2016).

No caso da economia do Açaí, existem algumas evidências que despertam preocupações sobre a criação de um mercado de terras. O incentivo à produção em “terra firme” despertou em uma parcela do empresariado regional e de outras regiões do Brasil uma possível oportunidade de mercado, justificada em duas principais narrativas: 1) ofertar Açaí na época de entressafra; e 2) equilibrar os preços da época de safra e entressafra. Como dito anteriormente, existem outras tecnologias que atendem essas demandas com um custo ambiental menor, isso porque o aumento da demanda acontece pelo crescimento dos mercados externos. É possível desenvolver arranjos que priorizem a produção para o mercado regional, e focar a polpa congelada e pó para mercados nacionais e internacionais.

Não necessariamente a mutação genética de sementes está diretamente atrelada às plantações de monocultivos, mas são criadas bases lógicas e materiais para que esse processo ocorra. No atual estágio da economia do Açaí, não é possível apontar para riscos concretos da produção em “terra firme”, mas algumas preocupações surgiram a partir das entrevistas de campo. Tivemos a oportunidade de dialogar com produtores de “terra firme”, os quais compartilharam algumas práticas similares com a produção de monocultivos. O uso de agrotóxicos ou defensivos agrícolas nos chamou a atenção para combater as pragas, bem como o desmatamento de áreas, pois, como no caso do óleo de palma, o monocultivo de palmeiras gera grandes impactos à biodiversidade. E, por fim, o uso intensivo de água para irrigação, uma vez que a palmeira de Açaí exige uma quantidade significativa de água.

De acordo com Brondízio (2008, p. 191), no eixo da produção, a propriedade da terra (formal ou informal) influencia a ordenação dos atores dentro da economia do Açaí: extrativismo, logística, intermediários, distribuição, processamento, exportação e varejo. Ainda assim, existem três grupos de propriedades e arranjos de posse da terra: pequenos (1 a 50 ha), médios (50 a 200 ha) e grandes (acima de 200 ha). A partir de 1990, também surgem

as empresas como proprietárias de terras. Devido às características geográficas e sociais da região do Pará, as formas de organização são heterogêneas: é possível encontrar pequenos produtores dispersos às margens dos rios, como também fazendas na região metropolitana de Belém. Nosso foco de análise é a lógica de produção em larga escala, portanto, acima de 200 ha.

Como dito anteriormente, não encontramos evidências de investimentos estrangeiros diretos voltados para o mercado de terras na economia do Açaí. Mas, como acontece em outras culturas no Brasil, mapeamos os investimentos de empresários de outras regiões do país (sul) que investem na produção de Açaí em “terra firme”. Durante as investigações, encontramos um caso que envolve compra de terras e produção de Açaí em “terra firme”, o qual ilustra a discussão presente. Em outras palavras, no município de Óbidos/PA está a maior produção de Açaí irrigado – em “terra firme” –, controlada pela empresa Açaí Amazonas. Os atores da economia do Açaí entrevistados, no estudo de campo, também apontaram para esse empreendimento como o maior exemplo da produção de Açaí em “terra firme”.

**Figura 10.** Produção de Açaí em “terra firme” com o uso de irrigação.





**Fonte:** Imagens retiradas do site da empresa Açai Amazonas (2020).

Criada em 2002, no total são 1.400 ha de plantações de Açai irrigado em “terra firme” controlados por uma única empresa da região sul do país. Além do controle das plantações, a empresa possui plantas industriais que permitem a transformação do Açai em polpa, pó e *Mix*. Esse é um exemplo emblemático dos elementos que discutimos até o momento no estudo de caso. De fato, essa é uma forma de produção dentro da heterogeneidade que a economia do Açai apresenta.

Mesmo sendo um caso específico, consideramos importante registrar a origem do investimento deste empreendimento pela vinculação com práticas do regime agroalimentar corporativo. Em outras palavras, a trajetória do investimento que resultou na produção de Açai em larga escala e no surgimento da empresa Açai Amazonas, é fruto de um processo de Fusões e Aquisições (F&A) envolvendo outros negócios do grupo familiar, assim como de negócios informais. O grupo Vaccaro é conhecido em nível nacional no agronegócio brasileiro, com investimentos em diversos segmentos do agronegócio, desde embalagens para grãos até produção de monocultivos de Açai na Amazônia. Importante registrar que existem integrantes do grupo que possuem processos judiciais pelo desmatamento e comércio ilegal de madeiras, muito presente na região do Pará.

Do ponto de vista da financeirização, encontramos relatos que o investimento na produção de Açai em larga escala foi realizado após a Monsanto – uma transnacional no ramo de tecnologia agrícola, recentemente comprada pela Bayer – ter adquirido a maior empresa do grupo Vaccaro no sul do país, a qual atuava no ramo de produção de milho. Esses relatos podem ser encontrados em entrevistas com representantes do grupo empresarial. Sendo assim, após esse processo de F&A (neste caso de aquisição), entre a empresa do grupo Vaccaro com

a Monsanto, que ultrapassou 100 milhões de dólares, o grupo começou a buscar outros investimentos no território nacional, o qual resultou no aumento da produção de Açaí no interior do Pará. Portanto, do ponto de vista teórico, se ampliarmos as relações para além das ligações individuais, há um exemplo claro de governança entre as corporações com o objetivo de buscar novas formas de mobilidade e acumulação do capital. O que queremos deixar claro é que, normalmente, esse tipo de investimento possui um custo humano e ambiental alto, como também são atrelados a uma cultura neoextrativista e neocolonial.

Isto posto, também existem investimentos estrangeiros em infraestrutura na região do Pará que podem afetar a economia do Açaí e catalisar um mercado de terras, como é o caso da ferrovia que liga o município de Marabá/PA até Barcarena/PA, onde fica o porto Vila do Conde, um centro de exportações de Açaí e de outras *commodities* (minério e soja). O investimento chinês feito pela empresa China Communication Construction Company (CCCCSA) é de R\$ 7 bilhões e visa oferecer infraestrutura para escoar a produção de soja e outros cultivos do interior do Pará e da Amazônia<sup>39</sup>. Neste sentido, a ferrovia será construída em territórios com uma presença significativa de produção e comércio de Açaí, a região do baixo Tocantins. Contudo, os desdobramentos da relação entre a expansão da infraestrutura para escoar soja e minério com a economia do Açaí, todavia, precisa ser investigada com maior profundidade.

Outro acontecimento descoberto ao longo das entrevistas no estudo de campo, diz respeito à solicitação de empresários da “outorga do uso de água” na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidades (SEMAS), com o objetivo de produzir Açaí irrigado na região metropolitana e em outros municípios próximos a capital. Estes são dados empíricos coletados nos questionários de campo. Um alvo de produção de Açaí em “terra firme” é o cinturão verde da região metropolitana de Belém, que conta com grandes volumes de chuva, ambiente favorável para produção de Açaí irrigado e custo logístico menor para escoar a produção. Neste contexto, ao entrevistar um produtor de “terra firme”, os empresários envolvidos estão criando uma associação para defesa de interesses e intercâmbio técnico.

Se utilizarmos as tipologias propostas por Borrás *et al.* (2016), da flexibilização (Real, Antecipada e Imaginada) relacionando-o com as mudanças das formas de produção de uma espécie tradicionalmente cultivada em áreas de várzea para uma lógica de agricultura industrial produzida em larga escala (“terra firme”), fica evidente que a economia do Açaí

---

<sup>39</sup> Informações disponíveis no portal online do Investe Pará, órgão público estadual responsável pela atração de investimentos estrangeiros (Fonte: <http://investpara.com.br/>).

está passando por uma série de processos que a enquadram no estágio de flexibilização antecipada. Ainda não existe a flexibilização Real porque o cultivo não é coordenado por um preço único centralizado nas bolsas de valores, como também uma parte significativa da produção é concentrada na pequena e média propriedade das áreas de várzea.

Portanto, o incentivo para industrialização e verticalização do Complexo Agroindustrial do Açaí já altera paisagens e modos de vida. Como dito anteriormente, o principal foco da industrialização do Açaí é para atender uma demanda dos mercados externos, uma vez que o consumo local e regional é feito *in natura* ou minimamente processado, de acordo com a classificação NOVA. Sendo assim, todas essas alterações no complexo agroindustrial de Açaí servem principalmente para atender o consumo de *Mix* e de outras indústrias em crescimento, como a de cosméticos.

Na seção seguinte justificamos como o *Mix* de Açaí faz parte de uma lógica de padronização da alimentação no regime agroalimentar corporativo, com também é um produto nocivo à saúde humana que contribui para a proliferação de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como por exemplo, a obesidade.

### **3.7. Alimentos Ultraprocessados**

Conforme discorremos no capítulo II, há uma ligação entre o processo de industrialização da alimentação, a flexibilização dos cultivos e a produção de alimentos ultraprocessados. Essas relações são elucidadas a partir do estudo de caso sobre as diferentes trajetórias que o Açaí se insere até tornar-se um tipo de alimento. Neste sentido, de acordo com a classificação NOVA (MONTEIRO *et al.*, 2016), é possível inserir os alimentos entre quatro categorias: *in natura*, minimamente processado, processados e ultraprocessados. De modo geral, a categoria define o grau de industrialização do alimento (quadro 2), como também questiona os impactos da alimentação industrial à vida humana. Quanto mais industrializado for o alimento, maior serão os riscos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como por exemplo a epidemia da obesidade vivida no século XXI. Acreditamos que o estudo de caso sobre o Açaí possibilita compreender como o processo de industrialização da alimentação produz um alimento nocivo à saúde humana, mas que não gera questionamentos sobre a saúde no lado do consumo.

Em outros termos, ao mesmo tempo em que o consumo local e regional é de um alimento minimamente processado, isto é, apenas batido com água, por outro lado o consumo

difundido em outras regiões do país e do mundo é pautado principalmente no *Mix* de Açaí. De acordo com Monteiro *et al.*, o grupo de alimentos ultraprocessados é

“constituído por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Com frequência, esses ingredientes incluem substâncias e aditivos usados na fabricação de alimentos processados como açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes. Ingredientes apenas encontrados em alimentos ultraprocessados incluem substâncias não usuais em preparações culinárias e aditivos cuja função é simular atributos sensoriais de alimentos do grupo 1 ou de preparações culinárias desses alimentos ou, ainda, ocultar atributos sensoriais indesejáveis no produto final. Alimentos do grupo 1 representam proporção reduzida ou sequer estão presentes na lista de ingredientes de produtos ultraprocessados” (MONTEIRO *et al.*, 2016, p. 34).

Sendo assim, seguindo a definição de alimentos ultraprocessados, podemos posicionar o *Mix* de Açaí nesta categoria a partir de dois argumentos: 1) ao analisar a embalagem de um *Mix*, é possível encontrar no rótulo mais de cinco ingredientes, os quais incluem: açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes; e 2) como aponta Brondízio, “o conteúdo da polpa de açaí (e o sabor) em diferentes pratos mudou progressivamente de 100% puro e fresco para menos de 5% em alguns casos” (BRONDÍZIO, 2008, p. 187, tradução nossa). Ou seja, os alimentos ultraprocessados às vezes contêm uma porção mínima do alimento em si (grupo 1 – *in natura*), e o *Mix* de Açaí pode conter quantias mínimas do fruto dependendo do seu processo de fabricação. Existem três categorias de polpa de Açaí: popular (fino), médio e grosso. Estes três tipos de polpa são caracterizados pelo grau de concentração do fruto. As indústrias de processamento de polpa comercializam para a produção de *Mix* esses três tipos, que impacta a quantidade do fruto no produto final.

Isto posto, nas embalagens encontramos os seguintes ingredientes que compõe o *Mix* de Açaí: polpa de Açaí, água, açúcar, glucose de milho, fibra de laranja, estabilizante carboximetilcelulose sódica, aromatizante alimentício, acidulante ácido cítrico, emulsificante mono e de glicerídeos de ácidos graxos. Além disso, as empresas destacam que é possível o produto conter: trigo, aveia, cevada, soja, leite de vaca, centeio, amendoim, amêndoa, avelas, castanha-de-caju, castanha-do-pará, nozes, pecas, pistaches e castanhas<sup>40</sup>. Ou seja, são utilizadas substâncias como aromatizantes químicos para simular o cheiro; carboximetilcelulose sódica com o objetivo de “estabilizar o produto” muito utilizado na fabricação de margarinas e maioneses; acidulante para conservar o produto, o qual também é

<sup>40</sup> A glucose de milho, ou xarope de milho, é um exemplo emblemático da flexibilização do milho. Com os avanços da biotecnologia, serviu de substituto do açúcar na fabricação de diversos alimentos ultraprocessados.

utilizado na indústria de cosméticos; e os emulsificantes que servem como substitutos de óleos e gorduras.

**Figura 11.** Rótulos - *Mix* de Açaí.

**INGREDIENTES:** POLPA DE AÇAÍ, ÁGUA, AÇÚCAR, GLUCOSE DE MILHO, FIBRA DE LARANJA, EXTRATO DE GUARANÁ, ESTABILIZANTE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, AROMATIZANTE, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO.

**ALÉRGICOS: PODE CONTER TRIGO, AVEIA, CEVADA, SOJA, LEITE DE VACA, CENTEIO, AMENDOIM, AMÊNDOA, AVELAS, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, NOZES, PECÃS, PISTACHES E CASTANHAS. CONTÉM GLÚTEN.**

PRODUTO NATURALMENTE SEM GLÚTEN MAS PRODUZIDO EM LOCAL ONDE SÃO PROCESSADOS ALIMENTOS COM GLÚTEN.  
NOSSO AÇAÍ É PRODUZIDO COM FRUTOS DE DIFERENTES REGIÕES DA AMAZÔNIA, PODENDO SOFRER PEQUENAS ALTERAÇÕES DE SABOR E COR AO LONGO DO ANO.

**Ingredientes:** Água, polpa de açaí, açúcar, xarope de glicose, aromatizantes, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos, estabilizantes goma xantana, goma guar, goma locusta e carragena, acidulante ácido cítrico e corante artificial bordeaux S. **NÃO CONTÉM GLÚTEN.**

**Ingredientes:** polpa de açaí natural, extrato de guaraná, polpa de morango natural, açúcar, água, estabilizante carboximetilcelulose sódica (INS 466) e espessante goma guar (INS 412).

**ALÉRGICOS: PODE CONTER LEITE. PODE CONTER LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN.**

**Fonte:** Imagens de produtos físicos disponíveis nos supermercados.

Há uma relação entre as transformações do Açaí com o regime agroalimentar corporativo. De acordo com a obra elementar de Friedmann, *Distance and durability: shaky foundations of the world food economy* (1992), o alimento na economia mundial deve possuir padrões que permitem sua comercialização a nível mundial, isto é, devem ser duráveis para o produto não vencer até o consumo, inclusive aquele realizado em locais muito distantes de onde foi produzido. O Açaí *in natura* recém retirado da palmeira possui um tempo de consumo de até 72 horas, mas quanto mais rápido for batido para o consumo melhor será a sua qualidade. Também existem intermediários que transportam o fruto durante uma semana

com bastante gelo quando a oferta próxima aos centros urbanos está comprometida. Por outro lado, no caso das exportações de polpa ou *Mix*, a validade é expandida com o uso de tecnologias (congelamento) e substâncias (conservantes).

A exportação de produtos “não tradicionais” está atrelada a uma dinâmica de substituição dos pequenos produtores locais para concentração corporativa. Há também uma pressão pela queda do preço da matéria-prima exercida pelos atores corporativos (FRIEDMANN, 1992). Como dito anteriormente, a queda dos preços ocorre devido a múltiplos fatores, contudo um dos principais concerne à concorrência das exportações dos países da periferia e semiperiferia, com os subsídios que os produtores dos países centrais recebem para produzir os mesmos cultivos. Porém, no caso do Açaí existem contradições, porque é uma matéria-prima exclusiva da região amazônica, ou seja, não há concorrência com produtores de países centrais, como também não é observada uma pressão direta pela queda do preço da matéria-prima.

Por outro lado, de acordo com Costa, Fernandes e Crispim, em relação à demanda, há uma pressão pela queda de preços do produto final. Isto é, “as pressões sobre o preço do produto final se exercem mais efetivamente nos compartimentos terminais das cadeias de valor que abastecem o mercado nacional, indicando assimetrias que mereceriam tratamento estratégico e ação política” (2018, p. 133). Neste sentido, entendemos que há uma pressão por preços mais baixos, principalmente, dos mercados de exportação (nacional). Em outras palavras, até o momento, há uma pressão pela queda de preço do produto final para os mercados nacionais e internacionais, não da matéria-prima ou valor pago ao produtor.

Os principais mercados consumidores do *Mix* de Açaí estão no sudeste do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Se utilizarmos a noção de *dieta de classes* (MCMICHAEL, 2016) junto com as categorias propostas por Friedmann (1992), torna-se possível segmentar a análise a partir de três categorias: 1) alimentos de consumo local e regional; 2) ultraprocessados (calorias baratas); e 3) superalimento. O aumento do consumo de ultraprocessados e superalimentos possibilita a compreensão, em partes, da dinâmica de preços.

Após a consolidação do *boom* do Açaí para os mercados externos na virada do século, houve uma adaptação entre as dietas de classes. Se antes era possível encontrar o *Mix* apenas em supermercados de bairros com maior poder aquisitivo, academias, frutarias e boutiques na cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, atualmente também é possível encontrar o *Mix* nas estações de metrô, centros urbanos, saídas de fábricas e de empresas nos centros comerciais. Ou seja, o *Mix* deixou de compor apenas a dieta das elites (superalimento) e passou a inserir-

se como alimento de calorias baratas às massas de trabalhadores. Sendo assim, de acordo com a literatura dos regimes agroalimentares (MCMICHAEL, 2016), a partir do momento em que um produto atende às necessidades de reprodução do trabalho, ele passa a compor a dieta das classes trabalhadoras. Se o alimento possui alto valor energético e calórico, é cada vez mais produzido em larga escala e passa por uma queda de preços. Consequentemente, será introduzido como um alimento das massas. Portanto, se antes o Açaí compunha apenas a dieta das elites como superalimento, atualmente também é considerado um alimento das classes trabalhadoras. Essa dinâmica impacta no preço do produto final devido ao aumento da demanda puxada por consumidores de baixa renda<sup>41</sup>.

Por outro lado, uma perspectiva diferente que deve ser aprofundada a partir de investigações científicas diz respeito à relação entre o aumento das exportações e a aquisição no consumo local. Se tomarmos como base outras culturas importantes para as dietas locais e regionais, o crescimento do mercado externo muitas vezes resulta no aumento de preços para o consumo local, o que compromete a aquisição uma vez que o alimento é monetizado. Nas entrevistas de campo, diversos atores apontaram para este fenômeno: o aumento das exportações compromete a aquisição local e regional, principalmente na época de entressafra. Além disso, antes o Açaí era consumido pelos camponeses e classes trabalhadoras urbanas de Belém, também era considerado um alimento de trabalhador, carregado de preconceitos e um caráter pejorativo. Contudo, a mudança do consumo de Açaí pelas elites do Pará também afetou o acesso às classes trabalhadoras. Essas questões merecem maior profundidade em pesquisas futuras.

### 3.8. Políticas Públicas

Isto posto, na seção anterior dos ultraprocessados, apresentamos uma contradição presente na cultura do Açaí que consideramos importante para compreender a trajetória dos cultivos: ao mesmo tempo que é consumido como um alimento minimamente processado no contexto local e regional, também é consumido como *Mix* de Açaí, um produto ultraprocessado de acordo com a classificação NOVA. Sendo assim, há uma relação direta entre o Complexo Agroindustrial do Açaí com o objetivo de atender os mercados externos.

---

<sup>41</sup> Quando um alimento (*Mix* de Açaí) atende às necessidades das classes trabalhadoras urbanas, ele passa a ser produzido em larga escala para ser ofertado por um preço baixo. Embora existam outros fatores que justificam a queda do preço por parte da demanda dos mercados externos, é possível observar essa dinâmica na economia do Açaí: a popularização do *Mix* nos centros urbanos de outras regiões do Brasil.

Conforme apresentado no decreto da Política Industrial do Açaí (nº 1.522/2016), apenas as indústrias que produzirem três produtos a partir da polpa recebem acesso a crédito subsidiado e isenção de ICMS. Portanto, o foco deste incentivo público à industrialização e verticalização consiste na produção, principalmente, do *Mix* de Açaí.

Tendo em vista os dados e informações apresentados até o momento sobre o Complexo Agroindustrial do Açaí e, especificamente, sobre a Política Industrial do Açaí (nº 1.522/2016), sugiram algumas perguntas finais, as quais estão relacionadas com as outras seções do estudo de caso. Elas são: há um incentivo público para a produção de um alimento nocivo à saúde humana (*Mix* de Açaí)? Existe um aumento de emprego, renda e desenvolvimento com a produção em “terra firme” (monocultivo)? Com as isenções fiscais, este Complexo Agroindustrial gera arrecadações para o Estado? Qual é o risco para a biodiversidade com o aumento do consumo de Açaí industrializado?

O Estado cumpre um papel central na vida social e nos regimes agroalimentares internacionais. Como dito anteriormente, no regime corporativo (1980-) baseado em um projeto de globalização neoliberal, houve uma reconfiguração do Estado nos diversos campos da sociedade, e a alimentação insere-se nestas mudanças. A redução da capacidade de ação e investimentos públicos para consolidação de um Estado de bem-estar social são elementos que marcam o período do neoliberalismo. De modo geral, há um processo de transferência de atividades do Estado para as corporações e organizações privadas, impulsionado pelos ajustes estruturais ou reformas gerenciais (CLAPP, 2016; MCMICHAEL, 2016; BURCH; LAWRENCE, 2009; NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

No estudo de caso, procuramos investigar acontecimentos no âmbito das políticas públicas que incentivam o processo de financeirização e flexibilização do Açaí. Destacamos a Política Industrial do Açaí (nº 1.522/2016) como principal incentivo público à industrialização, isso porque há um parágrafo que explicita o princípio da flexibilização. Entretanto, há um campo para aprofundar uma análise da ação coletiva entre atores econômicos e agentes públicos para constituir um arranjo regulatório de incentivos para o Complexo Agroindustrial do Açaí. Como dito anteriormente, de acordo com Costa, Fernandes e Crispim (2018), cada vez mais, as indústrias do setor realizam encontros e fomentam a cooperação técnica.

Já do ponto de vista crítico, desde a revisão teórica até a experiência do estudo de campo, fica evidente a necessidade de políticas públicas, tanto para o combate das desigualdades que são criadas pela expansão do processo de industrialização do Açaí, como também pela necessidade de coordenação das relações entre a realidade urbana e rural.

Mesmo posicionando o Complexo Agroindustrial do Açaí em um estágio antecipado de financeirização e flexibilização, mostramos no estudo de caso que existem dinâmicas do regime agroalimentar corporativo que são capazes de aumentar as desigualdades, fomentar a expulsão de camponeses do campo, gerar uma série de riscos à biodiversidade, proliferar práticas alimentar nocivas e causar crises alimentares.

Ademais, do ponto de vista macro estrutural, a crítica à questão agrária aponta para as diversas externalidades negativas e impactos que o processo de industrialização da natureza, sem as devidas regulações, podem causar à vida. Uma análise sobre como os princípios do regime corporativo expressam-se na expectativa dos atores dentro do Complexo Agroindustrial do Açaí permite uma provocação teórica e empírica sobre a Soberania Alimentar. Isto é, as políticas industriais de cadeias produtivas sempre geram desenvolvimento social e econômico? Na economia financeirizada, as expectativas dos atores financeiros são as mesmas dos camponeses extrativistas e das massas de trabalhadores urbanos? Essas perguntas não possuem respostas simples.

No caso do arranjo produtivo local do Açaí (o que chamamos de Complexo Agroindustrial do Açaí), “há dificuldades no campo das organizações de governo. Primeiro, há déficit de leitura conceitual, teórica e operacional, das organizações de fomento, quanto ao arranjo, sua abrangência, lógica e significado para o desenvolvimento” (COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018, p. 134). Entendemos que a definição de desenvolvimento é fundamental, e deveria anteceder a tomada de decisão das políticas industriais capazes de alterar diversos modos de vida. Ainda assim,

“uma pauta de ações de política para a reversão desse quadro se faz urgente. É possível antecipar que uma aceleração, culminando com a confirmação radical da tendência de concentração no nodo industrial do APL, terá repercussões importantes: nos seus fundamentos rurais, que tenderão a enfatizar a plantation, em detrimento de sistemas agrofloretais, e no padrão de distribuição dos resultados do crescimento, que tenderão a concentrar, ao invés de distribuir renda. Tais efeitos se colocariam na contramão de um desenvolvimento que se requer sustentável e inclusivo na Região” (ibidem, p.134).

Há uma contradição profunda entre a agricultura industrial e a camponesa (agroecológica). A economia do Açaí vive um período emblemático desta disputa. Por um lado, há uma organização e defesa de interesses para produção industrial em larga escala (“terra firme” e manejo intensivo) para atender os mercados externos (nacionais e internacionais). E, por outro lado, existem grupos e organizações (públicas e privadas) que

advogam pelo modo de produção dos sistemas agroflorestais, capazes de impulsionar um desenvolvimento regional com maior harmonia entre o ser humano e a natureza. As decisões governamentais possuem uma responsabilidade elementar na trajetória da economia política do Açaí. Existem caminhos: a valorização do campesinato, da comida de verdade, culturas locais e regionais e de uma alimentação adequada para as massas de trabalhadores rurais e urbanas *versus* a consolidação de um regime agroalimentar global pautado nas exportações primárias e nos padrões de consumo internacionais.

Neste caso, evidenciamos como há uma articulação entre atores financeiros no âmbito internacional com a finalidade de buscar diferentes formas de acumulação do capital, um processo que pode ser analisado desde a soja até o Açaí. A economia do Açaí, por mais que não se encontre em um estágio avançado (Real) de financeirização pelas elites financeiras internacionais, não escapa do fenômeno da financeirização, se partirmos da definição de Epstein (2005).

Por fim, uma publicação marcante do Programa Trabalho Seguro, Instituto Peabiru e FUNDACENTRO, ““O peconheiro””: Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí”<sup>42</sup>, destaca para algumas questões críticas sobre às condições humanas e da reprodução do trabalho: a atividade é uma das mais perigosas do Brasil; alto grau de precariedade na atividade; a questão de trabalho infantil não foi objeto do estudo, mas estava presente no ambiente; em um dia de pico de colheita, há algo próximo a 1 milhão de subidas nas palmeiras de Açaí; uma atividade típica de agricultura familiar tornou-se uma cadeia de valor global, com características de uma *commodity*; total invisibilidade da segurança do trabalho perante o consumidor final o que faz com que os elos fortes da cadeia de valor – industriais, atacadistas, varejistas e batedores (na região) não se responsabilizem com a segurança do trabalhador; não foi registrada a existência direta de trabalho escravo no cultivo e na extração do Açaí, mas a empreita informal no Açaí é algo comum e suscita pesquisa específica; há 100% de informalidade nas relações de trabalho; o Açaí é uma das principais fontes de renda da região; há uma grande evasão escolar no período de safra; aumento do consumo de álcool, drogas e prostituição nas regiões extrativistas (analisar com maiores detalhes os resultados do estudo original).

Entendemos que esses efeitos ocorrem na base de camponeses extrativistas que, todavia, representam a maior parte de fornecimento dentro do Complexo Agroindustrial do Açaí. Em outras palavras, a expansão de um regime agroalimentar, baseado na produção em

---

<sup>42</sup> Na economia política do Açaí, o peconheiro é a pessoa responsável por escalar as palmeiras e retirar o fruto.

larga escala, não representa a totalidade do modo de produção envolta do fruto; a maior parte do cultivo é feita por camponeses da floresta que sentem os efeitos da inserção da matéria-prima nos longos circuitos comerciais. Enquanto existe um esforço de alterar as bases produtivas do Açaí por grandes atores econômicos, os produtores locais já sentem profundos impactos.

### 3.9. Conclusão

Consideramos que o estudo de caso sobre o Complexo Agroindustrial do Açaí, guiado a partir de um conjunto de variáveis, produziu informações e conexões entre fenômenos importantes, principalmente para aqueles atores imersos na economia política do fruto. Com base na teoria dos regimes agroalimentares, com ênfase no período coordenado pelos agentes corporativos e financeiros, foi possível enquadrar o Açaí no debate teórico sobre a transformação dos cultivos e da alimentação humana, assim como gerar reflexões teóricas sobre a necessidade de criar abordagens para analisar os cultivos agrícolas e alimentos (as ditas comidas de verdade), que todavia não estão em um estágio avançado de exploração industrial-financeira.

De fato, o Açaí, do ponto de vista convencional, não está em um estágio Real de financeirização e flexibilização, pois o fruto não está indexado na bolsa de valores, e os preços são definidos diariamente entre os períodos de safra e entressafra. Por outro lado, a partir da noção de financeirização adotada na pesquisa (EPSTEIN, 2005), indústrias de processamento são alvos de atores financeiros, como por exemplo firmas internacionais de *Private Equity*. Isto é, por mais que a matéria-prima não seja negociada nos mercados futuros formais, as indústrias de processamento passam por uma dinâmica de expansão – e endividamento – para especulação em mercados futuros. Assim sendo, o Açaí não é considerado uma *commodity* agrícola financeirizada, mas, talvez, caminha para essa trajetória.

Do ponto de vista do fenômeno dos Cultivos Flexíveis, atualmente, existem três grandes canais de escoamento: o consumo regional como alimento básico, para indústria alimentar de ultraprocessados e fabricação de produtos de beleza (indústria de cosméticos). Ademais, há uma crescente especulação na indústria médica. O fenômeno dos Cultivos Flexíveis está atrelado, principalmente, aos cultivos oleaginosos devido à facilidade de uso em diferentes segmentos industriais. O óleo do Açaí compõe uma fração mínima do fruto e existem especulações do óleo para indústria médica, mas para produção de biocombustíveis

não é um insumo competitivo, pois o custo de extração do óleo é elevado, como também existem outros cultivos no Brasil, como soja e cana-de-açúcar, que já são produzidos em larga escala e com grandes subsídios estatais. Entretanto, surgiu uma discussão interessante sobre a transformação do caroço do Açaí (resíduo sólido e biomassa) em biocombustível. Sendo assim, uma contribuição consiste na expansão do fenômeno dos Cultivos Flexíveis em cultivos que não contêm uma proporção majoritária de óleo. Além disso, justificamos a necessidade de delimitar grupos dos tipos de Cultivos Flexíveis, os tradicionais e não tradicionais, porque a soja, por exemplo, não está no mesmo estágio de exploração que o Açaí.

Uma evidência de profunda relevância no estudo, que vincula o Açaí aos regimes agroalimentares internacionais, diz respeito ao processo de mutação genética das sementes guiada por interesses privados em conjunto às políticas públicas. Há um esforço por parte da EMPRAPA de desenvolver um cultivar passível de ser plantado em larga escala, “terra firme”. Naturalmente o fruto tem origem nas áreas de várzea e igarapés, à beira dos rios. Atualmente, há uma dinâmica de ação coletiva de grupos de produtores com o objetivo de expandir a forma de produção em “terra firme”. Como evidenciado, essa dinâmica já altera paisagens e modos de vida.

O principal produto resultante do processo de industrialização do Açaí, atualmente, é denominado de *Mix* de Açaí, um produto que vai além de um ‘sorvete’ misturado com frutas. Na realidade, conforme apontamos, utilizando a classificação NOVA, o *Mix* de Açaí compõe o grupo de alimentos ultraprocessados, uma combinação de elementos químicos e estimulantes, prejudicial à saúde humana. Ou seja, a reordenação dos atores e alteração de modos de vida milenares, serve para anteder uma demanda de alimento industrial que não abastece os mercados locais; o foco é a exportação. Como dito anteriormente, o consumo local e regional do Açaí é de um alimento *in natura* ou minimamente processado, mas outras regiões do Brasil e do mundo o consomem como um produto industrializado. Entendemos que esse processo, possivelmente, está atrelado à mudança de consumo (dietas) nas classes sociais de regiões fora do Pará. Se antes o *Mix* de Açaí era comercializado em supermercados e frutarias das elites de São Paulo e do Rio de Janeiro, atualmente, é possível encontrar o produto nos centros urbanos de uma parte significativa das cidades brasileiras. Há uma relação entre a trajetória das *commodities* e dos alimentos com a dieta das classes.

As políticas públicas compõem um eixo central no projeto de industrialização do fruto. A partir de uma análise do Decreto nº 1.522/2016 - Política Industrial do Açaí, evidenciamos a materialização do incentivo à flexibilização nas políticas públicas. Em outras palavras, por

meio do estudo de caso, consideramos possível enquadrar o Complexo Agroindustrial do Açaí no estágio Antecipado de financeirização e flexibilização. Em suma, existem bases lógicas e materiais que enquadram o fruto no regime agroalimentar corporativo internacional. Essa dinâmica, extrativista e colonial, está presente nas origens do modelo agroexportador brasileiro, isto é, o projeto agrícola cada vez mais difundido para o Açaí representa um modelo de desenvolvimento que marca a história de dependência do Brasil e da maioria dos países do sul global.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais reflexões resultante do processo de investigação e formação acadêmica caminha para o substantivismo polanyiano na concepção de que a economia (mercado) não possui uma vida própria, ou melhor, a crítica sobre uma ideia do mercado autorregulável (POLANYI, 1957). Em outros termos, para compreender o funcionamento da economia, torna-se fundamental acessar outras fontes do conhecimento, como por exemplo, a antropologia econômica, a ecologia política e as relações internacionais.

Sendo assim, houve um esforço de contribuir com as discussões sobre o estado de bem-estar social. Talvez as causalidades trabalhadas ao longo da investigação não sejam vistas como variáveis diretas à literatura sobre políticas públicas, desenvolvimento e bem-estar social. Contudo, procuramos argumentar que o fenômeno dos Cultivos Flexíveis, da financeirização dos regimes agroalimentares, da produção de alimentos ultraprocessados e da proliferação de epidemias de DCNTs está totalmente vinculado aos debates dos regimes agroalimentares. Na elaboração de alternativas em busca da luta pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), consideramos também o Direito à Alimentação um dos eixos basilares de um estado de bem-estar social.

Como elucidado por Josué de Castro (1946, 1957), existem duas formas de morrer de fome: 1) não comer nada até a morte chegar; e 2) alimentar-se de maneira inadequada durante um longo período de tempo, fazendo com que as carências resultem em um quadro que leve à morte.

Do ponto de vista das limitações da pesquisa, sentimos falta de compreender como o processo de expansão dos Cultivos Flexíveis, da financeirização dos regimes agroalimentares, produção dos ultraprocessados e das DCNTs afetam diretamente a vida das pessoas. Por outro lado, devido a uma limitação de recursos, não tivemos a oportunidade de aprofundar um olhar metodológico da etnografia das *commodities* proposto por Brondízio (2008).

Sendo assim, as pesquisas futuras deverão aprofundar uma análise da trajetória das matérias-primas e suas relações com a dieta das classes. De que forma o aumento das exportações de Açaí afeta a soberania e segurança alimentar dos camponeses e trabalhadores urbanos do Pará? Ainda, como a expansão do consumo de Açaí se insere na dieta de trabalhadores das outras regiões do Brasil e do Mundo? Nos deparamos com uma limitação profunda da disponibilidade de dados quantitativos confiáveis sobre o Complexo Agroindustrial do Açaí.

Outra temática interessante consiste em uma análise sobre a influência das organizações internacionais nos princípios que constroem ou incentivam a financeirização dos regimes agroalimentares internacionais. A integração das estruturas financeiras afeta diretamente o campesinato nas diferentes regiões do mundo. Do ponto de vista do camponês e da vida humana, os sistemas agroflorestais apontam para um modelo de desenvolvimento relevante ao valorizar os serviços florestais em detrimento de uma sobrevalorização dos bens industriais. Não necessariamente a industrialização é algo negativo, mas é de extrema relevância questionar a alocação dos recursos e o valor das mercadorias. O que vale mais: um Açaí minimamente processado com altos valores nutricionais ou um *Mix* de Açaí composto por elementos industriais nocivo à saúde?

É impossível vivermos em uma sociedade justa se não for garantido o Direito à Alimentação, uma vez que para exercer a cidadania todos precisam estar alimentados. A fome, historicamente, compromete o desenvolvimento mais profundo e íntimo da vida.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Estatística, 2018.

ACOSTA, A. “Extratativismo e Neoextrativismo”. In: DIGLER, G., LANG., M., PEREIRA FILHO, J. (orgs). *Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*. Madrid: Siglo veintiuno, 1979.

ALONSO-FRADEJAS, A., LIU, J., SALERNO, T., XU, Y. “Inquiring into the political economy of oil palm as a global flex crop”. In: *The Journal of Peasant Studies*, 43:1, p. 141-165, 2016. Disponível em: <DOI: 10.1080/03066150.2015.1052801> Acesso em: 27 mar. 2020.

FONTE, A. P. N. (org.). *Uasei, o livro do açá: Saberes do Povo Karipuna*. São Paulo: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 75 p, 2015.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 384 p., 2010.

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999.

BORRAS JR, S., FRANCO, J., ISAKSON, S. LEVIDOW, L., VERVEST, P. “The rise of flex crops and commodities: implications for research”. In: *The Journal of Peasant Studies*, 43:1, 93-115, 2016. Disponível em: DOI: 10.1080/03066150.2015.1036417. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRONDÍZIO, E. S. “Agriculture Intensification, Economic Identity, and Shared Invisibility in Amazonian Peasantry: Caboclos and Colonists in Comparative Perspective”. In: *Culture & Agriculture*, 26 (1, 2), 1-24, 2004.

BRONDÍZIO, E. S. *The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: forest farmers in the global market*. New York: New York Botanical Garden Press, 403 p., 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43927654>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRUM, A. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BURCH, D.; LAWRENCE, G. “Towards a Third Food Regime: Behind the Transformation”. In: *Agriculture and Human Values*, v.26, n.4, p.267-79, 2009.

BYERLEE, Derek; FALCON, Walter P.; NAYLOR, Rosamond L.. *The Tropical Oil Crop Revolution: food, feed, fuel, and forests*. S.i: Oup Usa, 304 p, 2016.

CASTRO, J. *Geografia da Fome: A Fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, J. *Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo – 1º volume*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, J. *Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo – 2º volume*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CHENG, Y., YU, L., XU, Y., LU, H., CRACHNELL, A., KANNIAH, K., GONG, P. “Mapping oil palm extent in Malaysia using ALOS-2 PALSAR-2 data”. In: *International Journal of Remote Sensing*, 39:2, 432-452, 2018. Disponível em: DOI: <10.1080/01431161.2017.1387309> Acesso em: 27 mar. 2020.

CHESNAIS, F. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Leiden; Boston: Brill, 300 p., 2016.

CLAPP, J. *Food*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 242 p., 2016.

CLAPP, J., MURPHY, S., BURCH., D. *Cereal Secrets: The World’s Largest Grain Traders and Global Agriculture*. Oxfam International. Oxfam Research Reports, 80p, 2012. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-en.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2020.

COELHO, D. B *et al.* *Setor do Açaí*. São Paulo: Raia ESPM, 33 p., 2017. Disponível em: <<http://raia.espm.br/cadeias-globais-de-valor-volume-6-2017/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

COSTA, F. A.. *A Brief Economic History of the Amazon: 1720-1970*. 1. ed. New Castle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, v. 1. 348 p., 2019.

COSTA, F. A; FERNANDES, D; CRISPIM, C. “Constituição, Situação E Dinâmica De Arranjos Produtivos Locais: O Caso Do Apl De Açaí Na Região Do Grão-Pará (2002 A 2010)”. In: *Análise Econômica*, [s.l.], v. 36, n. 69, p.109-137, 27 abr. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22456/2176-5456.55792>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

COUTINHO, M. “Do Capital Financeiro de Hilferding”. In: *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, v. 35, p.5-26, jun. 2013.

CUNHA, AR., BELIK, W. “Entre o Declínio e a Reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos”. In: *RESR, Piracicaba - SP*, Vol. 50, N° 3, p. 435-454, 2012.

DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 142 p., 2012.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: Por que oito família tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: *Autonomia Literária*, 2017.

DUTTA, K; DAVEREY, A; LIN, J. “Evolution retrospective for alternative fuels: First to fourth generation”. In: *Renewable Energy*, [S.l.], v. 69, p.114-122, Elsevier BV, set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.renene.2014.02.044>. Acesso em: 27 mar. 2020.

EPSTEIN, G.A., “Introduction: the financialization of the world economy”. In: EPSTEIN, G.A. (Ed.), *Financialization and the World Economy*. Elgar, Cheltenham, pp. 1–16. 2005.

FRIEDMANN, H. “Discussion: Moving Food Regimes Forward – Reflections on Symposium Essays”. In: *Agriculture and Human Values*, 26, p. 335-44, 2009.

FRIEDMANN, H. *Distance and Durability: Shaky Foundations of the World Food*, 1992.

FRIEDMANN, H. “From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes”. In: *New directions in the sociology of global development*, ed. F. Buttel, and P. McMichael, 227–264. Amsterdam: Elsevier, 2005.

GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HALLAM *et al.* “The Market for non-traditional agriculture exports”. FAO, 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/y5445e/y5445e09.htm#bm9>> Acesso em: 3 jul. 2019.

HAMBLOCH, C. *Governance and Land Reform in the Palm Oil Value Chain in the Philippines*. Soas Department Of Economics Working Paper Series, Soas University Of London, n. 209, p. 1-30, maio 2018.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 208p., 2004.

HEINRICH-BOLL FOUNDATION. *Agrifood Atlas, 2017. Facts and Figures about the corporations that control what we eat*. Berlin: Heinrich Boll Foundation/Rosa Luxemburgo Foundation/Friends of the World Europe, 2017.

JAPIASSU, H., MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JHA, P; YEROS, P. “Global Agricultural Value Systems and the South: some critical issues at the current juncture: Some Critical Issues at the Current Juncture. Agrarian South”. In: *Journal of Political Economy*, S.i, v. 8, n. 1-2, p. 1-16, ago. 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2277976019851929>>. Acesso em: 29 maio 2020.

LEITE, A., LIMA, T. “Estrangeirização de Terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea?” In: *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.5. n.9, 2016.

MCMICHAEL, P. “Global Development and the Corporate Food Regime”. In: BUTTEL, F. H., MCMICHAEL, P. (Eds.). *New Directions in the Sociology of Global Development*, Oxford: Elsevier, v.11, p. 229-67, 2005.

MCMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Tradução Sonia Midori. – 1. Ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 255 p, 2016.

MONTEIRO, CA *et al.* NOVA. “A estrela brilha”. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.] In: *World Nutrition*, 7, 1-3, 28-40, 2016.

NAMBIAPPAN *et al.* *Journal of Oil Palm Research*, Vol. 30 (1), p. 13 – 25. March, 2018. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.21894/jopr.2018.0014>>. Acesso em: 29 maio 2020.

NIEDERLE, P.A. “A pluralist and pragmatist critique of food regime’s genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture”. In: *The Journal of Peasant Studies*, 45:7, 1460-1483, 2018. Disponível em: DOI: <10.1080/03066150.2017.1313238>. Acesso em: 29 maio 2020.

NIEDERLE, Paulo; WESZ JR., Valdemar J. *As novas ordens alimentares*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, v. 1. 432p., 2018.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Epidemiologia: guia de metodos de enseñanza*. Washington, DC, 1973.

PITTA, F. T; BOECHAT, C. A; MENDONÇA, M. L. “A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício”. In: *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 155-179, out. 2017.

OVERBEEK, H. “Global Governance: From Radical Transformation to Neo-Liberal Management”. In: *International Studies Review*, v. 12, 696–719, 2010.

POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time*. Boston: Beacon Press, 1957.

PROGRAMA TRABALHO SEGURO (Belém) (org.). “*O peconheiro*”: *Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí*”. Belém: Instituto Peabiru, 82 p., 2016. Disponível em: <<https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2017/09/160915-o-peconheiro-diagnostico-acai.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

REUTERS. “Patria prevê fazer de 3 a 4 compras de participação em empresas no Brasil em 2017”. São Paulo, 07 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN13W2QQ>>. Acesso em: dez. 2018.

REYES, J. L.; SANDWELL, K (ed.). *Flex Crops: a primer*. Amsterdam: Transnational Institute, 16 p., 2018. Disponível em: <<https://www.tni.org/en/publication/flex-crops-a-primer>>. Acesso em: 21 maio 2020.

RIBEIRO JÚNIOR, J. *Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo*. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROBBINS, P. *Encyclopedia of Environment and Society*. Sage Reference, 2007. 1967 p.

ROGEZ, H.. *Açaí: preparo, composição e melhoramento da qualidade*. Belém-PA: EDUFPA, v. 1., 313 p., 2000.

SASSEN, S. *Expulsões: brutalidades e complexidade na economia global*. Tradução Angélica Freitas. – 1a ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S. “Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária”. In: *Retratos de Assentamentos*, v.19, n. 2, p.69-97, 2016.

SCHMIDT, T. *The Political Economy of Food and Finance*. Nova York: Routledge, 2016.160 p.

SNYDER, M. “Gender, the economic and the workplace: Issues for the Women’s Movement”. In: *Unpacking Globalization: markets, gender and work*. LINDA, E. L. (orgs). Lanham: Lexington Books, 2007.

SUPERTI, E; PEGLER, L; ARAUJO, M. M. V. “The Governance of Emerging Value Chains and their Impacts on Traditional Communities”. In: *International Journal Of Humanities And Social Science*, [s. l.], v. 8, n. 10, p.1-19, out. 2018.

SWINBURN, B *et al.* “The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report”. In: *The Lancet*. p. 791-846. 23 fev. 2019.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. “Comercialização Do Açaí No Estado Do Pará: Alguns Comentários”. In: *Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana*, Brasil, p. 1-13, set. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/deref/http%3A%2F%2Fwww.eumed.net%2Fcoursecon%2Fecolat%2Fbr%2F15%2Facai-para.html>>. Acesso em: 29 maio 2020.

THE LANCET. *Editorial*: Volume 389, Number 10072, p. 881-982, e3. Mar 04, 2017.

VENNESSON, P. “Case studies and process tracing: theories and practices. : theories and practices”. In: DELLA PORTA, D.; KEATING, M. (ed.). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press, p. 1-383, 2008.

VALDÉS, F. *El Sistema financeiro de los Estados Unidos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016.

VALOR ECONÔMICO. “Fundos preparam venda de ativos”. São Paulo: Valor Econômico, 12 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/financas/6021613/fundos-preparam-venda-de-ativos>>. Acesso em: dez. 2018.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th. century.* New York, Academic Press, v. 1., 1974.

## GLOSSÁRIO

**Financeirização:** “uma crescente importância dos mercados e interesses financeiros, instituições financeiras e elites financeiras no funcionamento da economia e governança das instituições, tanto a nível nacional como internacional” (EPSTEIN, 2005, p. 3, tradução nossa).

**Fusões & Aquisições (F&A):** Fusões & Aquisições, ou *Mergers and Acquisitions* (M&A), são estratégias corporativas. Fusões são quando empresas se juntam para operar no mercado ou acumular poder. Aquisições são quando empresas são adquiridas por outros grupos econômicos, a aquisição pode ser motivada por diversos interesses (concorrência, expansão produtiva e especulação).

**Private Equity:** é uma prática, instrumento ou modalidade de investimento financeiro realizado por empresas especializadas, as quais investem em outras empresas, normalmente o investimento é feito em empresas que apresentam processo de crescimento, para extrair lucros em curto, médio e longo prazo.

**Alimentos Ultraprocessados:** “este grupo de alimento é constituído por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Com frequência, esses ingredientes incluem substâncias e aditivos usados na fabricação de alimentos processados como açúcar, óleos, gorduras e sal, além de antioxidantes, estabilizantes e conservantes” (MONTEIRO *et al.*, 2016, p.34).

**Sindemias Globais:** é um termo que argumenta a existência de duas ou mais pandemias no mesmo espaço-tempo, neste caso, procura evidenciar as relações entre as pandemias da obesidade, desnutrição e mudança climática (SWINBURN *et al.*, 2019).

**ANEXO A – Decreto nº 1.522 /2016 - Política Industrial do Açaí**

*Dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do Açaí e dá outras providências.*

O Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto na Lei nº 6.489 , de 27 de dezembro de 2002, e Leis nºs 6.913 e 6.915, de 3 de outubro de 2006,

Decreta:

Art. 1º O tratamento tributário de que tratam as Leis nºs 6.913 e 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário às indústrias em geral e agroindústrias, poderá ser concedido, por meio da Comissão da Política de Incentivos, às empresas que verticalizem e agreguem valor ao Açaí, em território paraense, nas seguintes modalidades:

I - crédito presumido de até 95% (noventa e cinco por cento) calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas internas e interestaduais dos produtos, resultantes da verticalização da polpa do Açaí, fabricados neste Estado;

II - crédito presumido no percentual de até 95% (noventa e cinco por cento) calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas interestaduais de polpa de Açaí, fabricados neste Estado pela empresa;

III - diferimento do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente:

a) nas prestações de serviço e de transporte vinculadas às operações intermunicipais das matérias-primas fruto e polpa do Açaí;

b) nas operações em aquisições internas de embalagens;

**(Revogado pelo Decreto Nº 578 DE 02/03/2020):**

c) nas operações em aquisições interestaduais de embalagens, desde que comprovada a não existência no Estado;

d) nas operações de importação de embalagens, desde que comprovada a não similaridade nacional, e seu desembaraço ocorra em território paraense;

e) nas aquisições de máquinas e equipamentos importados do exterior, destinados ao processo produtivo da empresa, desde que comprovada a não similaridade nacional e o desembaraço aduaneiro ocorra em portos paraenses;

f) nas aquisições em operações interestaduais, do diferencial de alíquota de ICMS, incidente sobre máquinas e equipamentos de fabricação nacional, destinados ao processo produtivo da empresa.

§ 1º O tratamento tributário previsto nos incisos I, II e III veda todo e quaisquer crédito fiscal, devendo, inclusive, ser estornado qualquer resíduo de crédito, ainda que a empresa efetue saídas para o exterior.

§ 2º Os incentivos fiscais de que trata este Decreto ficam condicionados a apresentação de projeto fundamentado à Comissão da Política de Incentivos, do qual constem os indicadores e critérios, conforme estabelecem a Lei nº 6.489, de 27 de dezembro de 2002, e Leis nºs 6.913 e 6.915, de 3 de outubro de 2006.

§ 3º O tratamento tributário disposto neste Decreto só será aplicado às indústrias do Açaí, após a avaliação de projeto com base nas condicionantes, indicadores e critérios estabelecidos na legislação.

**(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 578 DE 02/03/2020):**

§ 4º O tratamento tributário disposto no inciso II do caput, só será concedido na hipótese da empresa se implantar em município da Região de Integração do Marajó, bem como se comprometer, no projeto apresentado à Comissão de Incentivos, a produzir 3 (três) novas linhas de produtos, a partir da polpa do Açaí (mix, sorvete, barra, energético e etc.....), e que a venda desses corresponda a no mínimo:

- a) 30% (trinta por cento) do total de vendas, no 3º ano do projeto;
- b) 40% (quarenta por cento) do total de vendas, no 4º ano do projeto;
- c) 50% (cinquenta por cento) do total de vendas no 5º ano do projeto.

Art. 2º Fica mantido o tratamento tributário de diferimento para as operações com o fruto do Açaí, com destino à industrialização, conforme dispõe o RICMS/PA.

Art. 3º Fica mantido o tratamento tributário de isenção para as operações internas com a polpa de Açaí, com destino à industrialização, conforme dispõe o RICMS/PA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO, 1º de abril de 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista**

### **Complexos Agroindustriais**

1. Os contratos entre todos os atores do complexo agroindustrial são formalizados ou existe um grau elevado de informalidade?
2. Como ocorre a integração das indústrias de Açaí aos mercados internacionais? São realizados seguros com instituições financeiras? Quais são os incentivos?
3. Qual é o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento da economia do Açaí?

### **Mercado Futuro**

4. Na sua opinião, quais são os principais atores financeiros no Complexo Agroindustrial do Açaí? Bancos públicos ou privados? Fundos de investimentos? Além disso, houve um endividamento das indústrias de processamento nos últimos tempos?
5. Tendo em vista o aumento da produção de Açaí, é possível comprar a safra de uma forma antecipada do produtor? Os intermediários compram e vendem safras entre si?
6. Neste sentido, quais são as principais diferenças entre comprar de um extrativista (pequeno produtor) ou de um produtor em larga escala?

### **Cultivos Flexíveis**

7. Atualmente, quais são as principais indústrias compradoras de Açaí e seus derivados (óleo e pó)? Alimentar, cosméticos, biocombustíveis?
8. Há um investimento e interesse em tornar o Açaí um insumo para outros processos industriais? Se sim, como isso ocorre?
9. Existe algum tipo de incentivo de grandes indústrias ou de governos nacionais e internacionais para que essa “flexibilidade” ocorra?

### **Mercado e estrangeirização de terras**

10. Tendo em vista o aumento da produção de Açaí em “terra firme”, existe um interesse de investimento em terras (propriedade fundiária)?
11. De acordo com a sua experiência, quais são os principais investidores estrangeiros que influenciam a economia do Açaí? (Exemplo: investimento em infraestrutura, logística, financiamento, compra de terras etc.)

**Alimentos ultraprocessados**

12. Na sua opinião, por que o Açaí é consumido como um sorvete em outras regiões do país e do mundo?
13. Há um comprometimento do abastecimento local devido ao aumento das exportações e valorização-aumento monetário da fruta?
14. As grandes indústrias alimentícias de óleos vegetais, açúcar, gorduras e outras se relacionam com as empresas de processamento de Açaí? Há um aumento de fornecimento destes tipos de insumos? Existem incentivos?

**Políticas Públicas**

15. Quais são as principais políticas públicas que influenciam a expansão do processo de industrialização e exportação de Açaí?
16. Existem agências de outros países que incentivam ou oferecem suporte para fomentar as exportações?

## APÊNDICE B – Atores entrevistados

<b>Ator-entrevista</b>	<b>Descrição</b>
<b>Entrevista 1</b>	Empresa especializada em exportação de Açaí e Produtos Florestais Não-madeireiros (setor privado).
<b>Entrevista 2</b>	Empresa especializada em varejo e produção de açaí em terra firme ou <i>plantations</i> (setor privado).
<b>Entrevista 3</b>	Empresa de tecnologia para cadeias produtivas na Amazônia, especializada na tecnologia de blockchain (setor privado).
<b>Entrevista 4</b>	Empresa federal de assistência técnica rural (setor público).
<b>Entrevista 5</b>	Instituto estadual de desenvolvimento agrícola (setor público).
<b>Entrevista 6</b>	Instituto de desenvolvimento agrícola e social (setor social – sem fins lucrativos).
<b>Entrevista 7</b>	Laboratório científico especializado em óleos da Amazônia (setor público).
<b>Entrevista 8</b>	Secretária de desenvolvimento agrícola do Estado do Pará.
<i>As entrevistas foram conduzidas com membros das organizações, seguindo técnicas qualitativas.</i>	